

Comunicações do ISER

Número 56 - Ano 20 - 2001



# Violência e Minorias Sexuais

# Violência e Minorias Sexuais

**ALESSANDRA DE ANDRADE RINALDI**

**DORIAM BORGES**

**HILDEBERTO VIEIRA MARTINS**

**PATRICK LARVIE**

**SILVIA RAMOS**

## *Agradecimentos*

Agradecemos o apoio da fundação  
Heinrich Boll para o desenvolvimento do  
projeto e a publicação deste número  
Comunicações do ISER

Agradecemos aos nossos informantes e às  
entidades de defesa Homossexual da região  
metropolitana do Rio de Janeiro, o apoio e o  
estímulo para a realização desta pesquisa

**Diretoria**

Nair Mulls (Presidente)  
Guido Gelli (Vice-presidente)  
Ana Maria Quiroga (Secretária)  
Marcelo Camurça (Tesoureiro)  
Maurício Lissovisky (Vogal)

**Secretaria Executiva**

Rubem César Fernandes  
Regina Novaes

**Coordenador Geral**

Patrick Larvie

**Conselho Editorial**

Leandro Piquet Carneiro  
Leilah Landim  
Patrick Larvie  
Regina Novaes  
Rubem César Fernandes  
Samyra Crespo

**Editores deste número**

Alessandra de Andrade Rinaldi  
Patrick Larvie

**Coordenação da Pesquisa**

Patrick Larvie

**Assistente de Pesquisa**

Alessandra de Andrade Rinaldi

**Apoio Técnico**

Hildeberto Vieira Martins

**Colaboradores**

Sérgio Carrara  
Silvia Ramos  
Adriana Viana Lima

**Revisão**

Wilca Suzano Pereira Bruno

**Design Gráfico e Editoração**

Caio Serpa

# Sumário

## **Introdução**

Alessandra de Andrade Rinaldi

Patrick Larvie

5

## **1- "Chantagens", "extorsões", "brigas" e "queixas": Representações de gays, lésbicas e travestis sobre violência, conflito e discriminação**

Alessandra de Andrade Rinaldi

8

## **2- Violência contra homossexuais e organizações comunitárias**

Patrick Larvie

23

## **3- O que se conta e como se conta: Um pouco da história do DDH**

Hildeberto Vieira Martins

40

## **4- Disque Defesa Homossexual: Narrativas da violência na primeira pessoa**

Silvia Ramos

53

## **5- Disque Defesa Homossexual: Números da violência**

Silvia Ramos

Doriam Borges

67



# Introdução

Alessandra de Andrade Rinaldi\*  
Patrick Larvie

Baseando-se em fontes da mídia impressa, os grupos homossexuais brasileiros têm coletado informações que indicam uma alta incidência de homicídios e outros crimes violentos contra gays, lésbicas e travestis no Brasil quando comparada à frequência de tais crimes em outros países. Esses dados também indicam que, grosso modo, esses crimes raramente são investigados de forma adequada, não se configurando como assuntos prioritários para as autoridades de justiça e segurança pública. Uma das características mais alarmantes dos relatos de crimes coletados por organizações de homossexuais é a frequência de envolvimento de policiais ou outros agentes do Estado na perpetração de delitos homofóbicos.

Segundo informações do Grupo Gay da Bahia, a incidência de crimes homofóbicos seria particularmente alta no estado do Rio de Janeiro. Mas é possível que a imprensa do estado noticie tais crimes com uma frequência maior do que a imprensa em outras regiões do Brasil. De todo modo, é importante reconhecer que as fontes de imprensa tendem a apresentar os casos mais graves, com homicídios, no quais a homossexualidade aparece como "escândalo". Realizadas no Brasil e em outros países, pesquisas de vitimização mostram claramente o peso relativo dos conflitos menores, como assaltos e agressões verbais, na formação de percepções e atitudes sobre o perigo de violência e a eficácia de autoridades públicas (por exemplo, a polícia) na sua contenção.

A fim de ampliar o entendimento sobre a vitimização de minorias sexuais foi realizada uma pesquisa que enfocou a produção qualificada de informações relativas à experiência cotidiana de gays, lésbicas e travestis em relação a conflitos, discriminação e violência

na região metropolitana do Rio de Janeiro. Denomina Violência e Minorias Sexuais, a pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião e apoiada pela Fundação Heinrich Boll, desenvolveu-se por meio da realização das seguintes atividades:

1) Coleta de dados quantitativos referentes à violência e discriminação contra homossexuais. Essa coleta incluiu a elaboração de um banco de dados<sup>1</sup> sobre violência envolvendo homossexuais a partir de denúncias recebidas pelo Disque-Defesa Homossexual da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro;

2) coleta de dados qualitativos referentes à violência<sup>2</sup>, discriminação e formas de resolução de conflitos, envolvendo homossexuais. As entrevistas foram realizadas com membros de grupos homossexuais e com suas lideranças. Além de captar experiências individuais, as entrevistas serviram para documentar as formas pelas quais questões relativas à violência e discriminação vem estruturando as pautas desses grupos e os tipos de respostas que elaboram.

3) observações etnográficas das reuniões e atividades das organizações de gays, lésbicas e travestis na região metropolitana do Rio de Janeiro;

4) mapeamento e monitoramento das parcerias entre grupos homossexuais, enfocando o serviço Disque-Defesa Homossexual do Rio de Janeiro.

A idéia, ao realizar tais atividades, era compreender o que as minorias sexuais têm a dizer sobre violência, conflito e discriminação nas diferentes esferas de suas vidas tais como:

família, lazer e trabalho. A proposta era investigar como as fronteiras simbólicas, geográficas e econômicas poderiam produzir padrões distintos de conflitos e resoluções de conflitos. A produção do banco de dados foi pensada como uma forma de apreender, quantitativamente estas especificidades.

Outra proposta da pesquisa foi compreender como grupos de militância homossexual se organizam e de que maneira as experiências de violência e discriminação contribuem para essas formas de associativismo. Os grupos foram enfocados porque acreditamos que os recursos comunitários de gays, lésbicas e travestis na grande Rio – ainda que esparsos e precários – podem ser estratégicos para possíveis parcerias com os órgãos de segurança pública, contribuindo para diminuir a violência que atinge as minorias sexuais. Estudos realizados em outros países sobre a relação entre polícia e grupos homossexuais sugerem que a possibilidade de melhorar as condições de segurança pública para esse grupo está intimamente associada às articulações entre as associações comunitárias e as agências policiais. Além da parceria entre autoridades públicas e organizações homossexuais, a eficácia de políticas públicas para a redução de violência homofóbica depende, também, da documentação adequada e continuada da experiência desses grupos em relação a este tipo de violência e em relação às instituições de segurança pública e justiça.

Para além de investigações mais analíticas, a equipe de pesquisa realizou, também, um monitoramento sistemático de parcerias entre os grupos de homossexuais e o Estado do Rio de Janeiro em torno do Disque Defesa Homossexual, treinando os voluntários que trabalham no serviço. Além disso, ao longo da

execução da pesquisa, dois eventos foram, também organizados. O primeiro, realizado no ISER, comportou a avaliação do primeiro ano de funcionamento do DDH. Nele compareceram voluntários do serviço, militantes e representantes dos órgãos de segurança pública e justiça. Realizado no Hotel Glória, o segundo evento consistiu num seminário de âmbito nacional, denominado Olhares Entendidos, no qual discutiu-se, além da violência homofóbica, as novas manifestações culturais e políticas no cenário homossexual brasileiro na última década.

Gostaríamos de ressaltar que as atividades de pesquisa se desenvolveram em dois contextos políticos muito distintos marcados pela substituição do coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro em março de 2000. As ações do antigo Coordenador, Luiz Eduardo Soares, responsável pela elaboração política da articulação entre a Secretaria de Segurança Pública e organizações comunitárias, suscitaram a criação do Disque Defesa Homossexual, bem como de centros de referência voltados para questões de relativas à violência doméstica, aos crimes ambientais, ao racismo e às violações dos direitos de crianças e adolescentes.

Em parte, o empenho do ex-coordenador na criação do Disque Defesa Homossexual criou, num primeiro momento, um ambiente favorável ao diálogo entre autoridades públicas e grupos homossexuais, propiciando um contexto em que as organizações não-governamentais pudessem participar efetivamente da formulação e execução de políticas na área de segurança. De certa forma, a presença de Soares no governo potencializou um leque de iniciativas que, anteriormente, se desenvolviam

de forma dispersa, exercendo um importante efeito agregador entre as organizações da sociedade civil. Com a saída de Soares e de sua equipe, o futuro dos centros de referência, bem como a política de segurança pública tornaram-se incertos e a equipe de pesquisa procurou perceber o impacto dessa mudança e, também, atuou no sentido de monitorar os voluntários do Disque Defesa Homossexual dentro desta nova realidade.

É importante registrar que além do apoio e da parceria das entidades homossexuais do Rio de Janeiro, sem os quais este projeto não teria sido possível, dois parceiros institucionais se incorporaram definitivamente a este campo de pesquisas e de reflexões, o Instituto de Medicina Social da UERJ, através de sua equipe de pesquisadores coordenada pelo professor Sérgio Carrara, e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes, o CESeC/UCAM, através da área de Minorias e Cidadania, coordenada por Silvia Ramos.

Finalmente resta dizer que todas essas atividades, cujos frutos parciais apresentamos nos textos que se seguem, foram realizadas com o firme propósito de colocar as informações mais fidedignas à serviço da redução da violência que atualmente atinge gays, lésbicas e travestis, subsidiando o diálogo entre organizações comunitárias e poderes públicos. Se conseguimos avançar, mesmo limitadamente nesta direção, o esforço terá valido a pena.

## Notas:

\* Gostaria de agradecer ao professor Sérgio Carrara pelas sugestões importantes que forneceu.

1. Esse banco de dados foi criado e vem sendo mantido através de uma parceria entre a coordenação do DDH e o CESEC/UCAM, com apoio do ISER. Fontes complementares incluem um banco de dados com notícias de imprensa sobre crimes envolvendo homossexuais no Estado do Rio de Janeiro que vem sendo mantido em colaboração com pesquisadores do IMS/UERJ, envolvidos na pesquisa Homossexualidade e justiça, financiada pela Fundação Ford. Veja detalhes da estrutura desse banco de dados no último capítulo.
2. Ao longo desta etapa foram realizadas 31 entrevistas qualitativas com gays, lésbicas e travestis e oito entrevistas institucionais.



# 1- “Chantagens”, “extorsões”, “brigas” e “queixas”: representações de gays, lésbicas e travestis sobre violência, conflito e discriminação\*

Alessandra de Andrade Rinaldi\*\*

## 1- Homossexualidade ou homossexualidades?

No decorrer da realização da pesquisa *Violência e Minorias Sexuais*, realizada pelo Instituto de Estudos da Religião, percebemos a diversidade do universo homossexual. Começamos a atentar para o fato de que, assim como vem sendo apontado nos estudos de gênero, que não há uma condição feminina ou mesmo uma única masculinidade<sup>1</sup>, não é possível falar de homossexualidade no singular. Isso pode ser demonstrado quando os indivíduos investigados narram sua história de vida, suas relações com familiares e com as diferentes esferas da sociedade na qual estão inseridos.

Encontramos, no universo investigado<sup>2</sup>, tipos diversos de homossexuais: o gay intelectualizado (que produz um discurso psicologizado sobre si e sobre a vida); o gay militante (que produz um discurso e pauta sua prática na busca de uma igualdade de direitos para os homossexuais); o militante intelectualizado; o gay que não se envolve em movimentos sociais, mas frequenta grupos homossexuais como mecanismo de sociabilidade; o “transformista” (que se traveste de uma personagem feminina em espetáculos); a lésbica militante (que busca igualdade de direitos para os homossexuais, mas também para as mulheres<sup>3</sup>), a não militante; e, por fim, os travestis, que se dividem em dois grupos, os que trabalham como “profissionais do sexo”, e os que se travestem, mas exercem atividades profissionais que não a prostituição.

Neste sentido, o que está sendo dito é que gays, lésbicas e travestis, além de se diferenciarem uns dos outros, também se distinguem entre si. Estas diferenças são produto não do pertencimento a uma dada classe social, mas antes, da inserção num determinado universo simbólico no qual indivíduos compartilham visões e estilos de vida. Como mostra Gilberto Velho, “o contato com outros grupos e círculos pode afetar vigorosamente a visão de mundo e estilo de vida de indivíduos situados em uma classe sócio-econômica particular, estabelecendo diferenças internas” (1981:20).

O que está sendo afirmado é que há um peso considerável do capital social do indivíduo que se sobrepõe à orientação sexual, gerando, então, essas diversas homossexualidades. No entanto, há algo que une essa diversidade. E entendemos que é lugar de exclusão que a nossa sociedade atribui aos homossexuais; é a posição de estigmatizado<sup>4</sup> que produz uma conexão entre este universo tão distinto que iremos discutir a seguir.

## 2- Percepções, concepções e limites acerca do termo violência:

É importante problematizar o conceito de violência e evitar sua naturalização, por meio do afastamento da idéia de que exista apenas um significado, que é o de agressão física. Para isso, buscamos compreender o que gays, lésbicas e travestis, em suas diversidades, entendem por violência.

Encontramos múltiplos sentidos para esse termo, que vai desde a idéia de que violência significa violação de um conjunto de direitos abstrato ou legais até a de que violência é a violação de fronteiras da integridade física. Pudemos notar que este é um termo polissêmico. Por conta disso, entendemos que a compreensão de seus múltiplos significados é de grande valia para a elaboração de políticas públicas que têm como alvo as minorias sexuais. Por isso, optamos por esboçar os diferentes sentidos encontrados. Um deles, como já foi dito, é a associação entre violência e agressão física, como pode ser visto abaixo:

“Violência? Já sofri e já fiz violência física. Já quebrei o espelho do hotel e ameacei um homem, o homem queria me pegar, é muito comum, né, com prostituta, travesti.” (Água Viva, 25 anos)<sup>5</sup>.

“Violência Aqui no Rio, sim. Eu estava passeando com mais 3 amigos nós havíamos ido ao cinema na Av. Atlântica, aí de repente recebemos bagaço de laranja nas costas, aí foi realmente porque éramos gays. Outra vez eu vinha do cinema com um amigo meu e existia naquela época um grupo chamado os pássaros, igual existe hoje, e eles viviam brigando com os outros, mas procuravam machucar os homossexuais, somente porque os homossexuais são muito passivos.(...) Ele me deixou sozinho, e eu levei tanta porrada porque eles vinham realmente em cima de mim, esse amigo meu se mandou e quem pagou o pato fui eu. (Turma Ok, 70 anos)<sup>6</sup>

Outro tipo de concepção de violência que apareceu em nossos dados é a que a aproxima da idéia de discriminação, como pode ser visto a seguir:

“A violência pode ser tanta coisa. O fato de você ser gay e não poder entrar num bar é uma violência. Isso já aconteceu comigo.”(28 anos)

“Há pouco tempo eu sofri uma violência dentro do ônibus, num coletivo urbano eu vindo da periferia aqui do Rio, (...) Tinha um grupo de pessoas evangélicas dentro do ônibus, o ônibus estava lotado mas não hiperlotado estava uma lotação normal a única pessoa que eles escolheram para fazer uma abordagem fui eu. É uma violência disfarçada ainda mais porque foram indelicados, foram deselegantes, insistentes(...)” (Travesti, Turma Ok, 40 anos)<sup>7</sup>

“As lésbicas estão mais sujeitas à violência do que outras mulheres. Parece que quando as pessoas descobrem que você é lésbica, você vira um monstro. Aí você é obrigada a ser mulher duas vezes.

Há situações muito chatas. Você está com uma pessoa que gosta e está com vontade de fazer carinho, de dar um beijo na boca, não pode. Deixamos de fazer o que queremos para não sofrer violência”. (Entre Nós, 34 anos)

Notamos também que, no universo investigado, a impossibilidade de poder expressar os sentimento e a exposição a situações de chantagem ou extorsão, por conta da possibilidade de revelação da homossexualidade, são entendidas como violência, o que amplia o sentido do termo, como pode ser visto abaixo:

“Eu fui agente e fui passivo dessa violência, entendeu, e aí que eu me coloco como meu primeiro algoz da violência. Agora, a violência... a minha família me violentou. Porque a minha irmã é muito legal, mas, pô, quero falar do meu namorado, porque que ela

não pergunta?’ (...). Eu acho isso uma forma de violência”(Arco-Íris, 37 anos)

“Violência? Foi quando eu morava no Engenho Novo. Ele tentou me chantagear (um vizinho) espalhando para todo mundo que eu era gay. Ele parecia ser violento. Eu andava 3, 4 quarteirões para pegar o ônibus e evitá-lo. Nunca mais eu encontrei depois disso.”( 27 anos, Atobá)

Além disso, investigamos que “atentar” contra os direitos individuais, contra a esfera do desejo e das sexualidades é entendido como prática violenta. O eixo central desta concepção é o indivíduo como valor.<sup>8</sup>

“Violência”? Ah... teve uma vez(....) Tinham dois empregados lá no apartamento da mamãe, um era pintor, tava pintando alguma coisa que ela chamou, o outro era faxineiro, tava limpando lá a casa. (...)eles falavam entre eles, me pareceu alguma coisa relativa a minha homossexualidade. Aquilo me incomodou e até eu não me dirigi a eles, mas um deles veio espontaneamente meio que pedir desculpas, se justificar, mas ficou uma coisa meio velada, eu também não fui ver o que que era, podia ter ido lá ver o que que era às vezes eu faço isso, a coisa fica assim meio velada e depois fica me incomodando.” (Arco-Íris, 43 anos)

O trecho acima exposto faz pensar que a concepção de violência é contextual e depende diretamente das visões de mundo dos indivíduos para ser construída. Por exemplo, este mesmo fato, caso acontecesse em outro universo que não o investigado, poderia ser interpretado de forma distinta, não como violência, mas, por exemplo, como “piadinhas”, “gracinhas”.

Além das considerações acima, os dados encontrados nos levam a problematizar a tendência de pensar que em qualquer ação conflituosa, na qual estejam envolvidos homossexuais, estes acabam por ser as vítimas. Eles são também atores desse tipo de ação, vitimando, por exemplo, cônjuges, vizinhos, parentes e até mesmo desconhecidos, como vimos nos dados anteriores.

### **3- Conflitos, queixas e dramas: situações vivenciadas por gays, lésbicas e travestis \*\*\***

As situações de conflito e de discriminação são uma constante no universo que investigamos. A história de vida de gays, lésbicas e travestis é construída no e a partir do conflito. A fim de demonstrar isso, iremos discutir as situações vividas por eles na família, na escola, nas relações de vizinhança, no trabalho, na rua e com a polícia.

Escolhemos essas esferas porque, ao elaborarmos nosso instrumentos de pesquisa- o roteiro de entrevista qualitativa- tínhamos como proposta investigar as peculiaridades e as dinâmicas de conflitos por que passam os homossexuais nestes universos. Além disso, tínhamos o interesse de observar como os diversos tipos de homossexuais, em suas peculiaridades, vivem as situações conflituosas que dizem respeito à orientação sexual.

#### **3.1- A família: desejo ou reclusão?**

As narrativas das lésbicas, do gays e dos travestis são marcadas por grandes “dramas”, que estão associados às dificulda-

des enfrentadas em lidar com a homossexualidade frente à família.

É, então, ponto marcante no universo entrevistado um silenciamento em relação à homossexualidade. Segundo relatam, por medo de conflito com os familiares ou por medo de serem expulsos de casa silenciam-se sobre sua orientação sexual<sup>9</sup>.

“Ah, falei para o meu irmão. Para minha mãe e meu pai eu nunca falei” (Turma Ok. 70 anos)

Há situações nas quais esse silêncio, em casa, é quebrado<sup>10</sup>. Esse é um período marcado por conflitos. Gays, lésbicas e travestis narram diferentes situações e reações familiares que, conforme percebemos, variam de acordo com o capital cultural da família.

Nossos entrevistados relatam, por exemplo, que foram levados a médicos. Outros contam que foram encaminhados para tratamento psicológico; alguns foram agredidos fisicamente; outros, expulsos de casa, castigados e impedidos de sair de casa ou afastados de familiares.

“Eu me lembro que eu tava deitado, só de cueca, minha mãe, o pediatra e eu, o pediatra pegou e levantou a minha cueca olhou e falou “é, parece que é normal”. Naquele instante eu tinha vontade de virar pra ele e dizer “o senhor estava esperando encontrar uma vagina aí?” meu Deus, o cara é médico, e é um bom médico, era um pediatra muito conceituado. Bom, eu entendi pela conversa que ele disse que em termos físicos, fisiologicamente eu era normal, que devia ser um desvio comportamental e que eu tinha que ver uma psicóloga, que por acaso era a mulher

dele, que era uma anta, uma anta, uma mulher absolutamente idiota que já foi me perguntando de cara se eu queria ser uma mulher, eu disse pra ela “não”. (Arco-Íris, 34 anos)

“Porra! Perguntar a um médico amigo nosso se porque o tipo sanguíneo do meu filho é o mesmo do meu se tinha possibilidade do meu filho, futuramente, vir a ser homossexual. Você vê o nível que chegou, não de ignorância, mas um nível de medo que levou a esse tipo de questionamento, coisas absurdas.” (Arco-Íris, 37 anos)

As falas acima remetem a um universo que tende a interpretar comportamentos sociais como resultado da fisiologia dos indivíduos. Nestes termos, acionar instituições ou saberes médicos significa uma tentativa de buscar explicações e mecanismos de controle sobre “corpos patológicos”. Essa reação, que é a “medicalização” do desvio, distingue-se da que trata a diferença de forma mais imediata, procurando anulá-la, mesmo que seja por meio de agressão física, como pode ser visto abaixo:

“Neste período eu freqüentava a casa da família de minha companheira, como amiga. A sua mãe começou a desconfiar de nossa relação. Até que chegou um momento em que ela foi posta no quarto e espancada por sua mãe, quando esta descobriu que nós tínhamos um caso. Ela ficou impedida de sair de casa.” (35 anos)

No universo investigado, notamos que uma das estratégias de gays, lésbicas e travestis frente a esses conflitos familiares é a de sair de casa.

“Na minha casa de origem, nunca tive problemas com a mãe, ela sabia, mas sem que

eu assumisse claramente. Tinha também uma "casa substituta" de minha madrinha (antiga patroa de minha mãe), onde eventualmente eu e minha mãe morávamos. Nessa casa, me senti pressionada a casar e ser um modelo de comportamento para todos (boa aluna, professora etc). Quando descobriram que eu era lésbica, resolvi me afastar dessa casa."(COLERJ, 54 anos)

Esse afastamento dos familiares acontece, de acordo com os entrevistados, a partir da decisão de assumir a orientação sexual da maneira menos conflitante possível. A família, nestes termos, representa para os homossexuais o primeiro lugar dentro do qual eles acabam por sentir o peso social da diferença.

### **3.2- A escola: o que significa a diferença?**

Os conflitos narrados na escola ocorrem, sobretudo, na infância, significativamente no momento no qual a criança está sendo inserida em outras esferas de sociabilidade além da família. Este é outro momento em que, segundo relatos, os entrevistados começam a sentir o "peso" social da homossexualidade, pois a diferença ou a percepção da diferença é apontada como um problema.

Os gays, em sua maioria, afirmam que passaram por situações de exposição pública, por meio de "brincadeiras", "piadas". Eram tornados uma espécie de "bobo da corte" dos colegas de sala de aula.

"Eu estudava, tava fazendo ginásio, tinha um colega que ficava me enchendo o saco, passava a mão na minha bunda, falava alguma coisa, ele imitava o que eu tinha falado com

voz de mulher, e eu ficava muito atrapalhado, muito chateado com aquilo, não conseguia me defender, tinha uns colegas que me davam apoio, era bem maior do que ele, os colegas 'ah, dá um tapa nele', não sei que, e eu não conseguia reagir, ficava muito paralisado com isso, ficava ... não conseguia tomar uma atitude, uma posição, ficava sofrendo aquela, não sei nem se eu posso chamar aquilo de violência, a gente era tão garoto né. Sei lá, aquelas brincadeiras, e eu não fazia nada, mas aquilo me incomodava, aquilo me incomodava." (Arco-Íris, 43 anos)

"Violência física não, comigo não, até sei de violência física com outras pessoas mas comigo ainda bem que não aconteceu. Mas violência psicológica, aí sim, muito grande. (..). eu me lembro que na 5ª série, com 10 anos ainda, eu passei uma das situações mais humilhantes que eu já tive na minha vida, que foi um garoto que chegou pra mim, que era assim um "fodão" da turma(...) dizendo que eu tinha que sentar no colo dele, uma história assim, e pra mim era tudo muito estranho, era muito novo, eu me lembro que eu fiquei tão acuado com a situação, eu falei 'não, mas eu não quero, porque eu vou sentar no seu colo? Pra que?' e ele disse que se eu não sentasse eu ia pra porrada, ele era 1000 vezes mais forte do que eu, e eu fiquei naquele desespero, não sabia o que fazia. Eu lembro que na hora eu comecei a chorar e a professora virou 'o que tá acontecendo? Por que você tá chorando?' eu falei: 'não, não, já tá passando', engolindo o choro né. Quando ela falou comigo e ele viu isso, ele falou 'não, cara, é brincadeira' e não acontece nada. Mas aquilo ficou, nossa, aquilo foi uma violência, talvez tenha sido a coisa mais violenta que eu já tinha vivido até hoje." (Arco-Íris, 34 anos)

Os travestis narram conflitos de outra ordem, marcados por ameaças ou agressões físicas. Segundo relatam, as situações conflituosas ocorriam por conta do desejo que expressavam de "serem como as meninas". O que aponta para o fato de que há uma espécie de escala de graus distintos de conflitos: quanto maior o deslocamento do indivíduo em relação à norma, no caso os padrões de sexualidade, maior possibilidade de os conflitos se aproximarem da agressão física.

Os dados encontrados confirmam estas considerações. Nos relatos de travestis sobre conflitos nas escolas, são eles em sua maioria marcados por violência corporal, como pode ser visto a seguir:

"No colégio se eu fiquei 6 meses eu acho que fiquei muito, aprontei demais, aprontava mesmo...Brigava, brigava com as garotas e eu falava com a professora que eu queria entrar de sainha no colégio. Cheguei a levar uns puxões de orelha e tinha um passeio, um domingo de lazer então eu ficava preso. Porque eu queria ser que nem as meninas de entrar de sainha, sainha plissada, mas eu tinha como adolescência, infantilidade, na minha cabeça infantilidade, eu nunca tentei chegar ter relação, uma relação, levar a sério uma coisa assim." (Água Viva, 36 anos)

Dentre o universo investigado, não encontramos relatos de conflitos nas escola por que tenham passado as lésbicas. Esse dado nos faz levantar a idéia de que os conflitos ocorrem por conta da maior visibilidade das diferenças ou do afastamento de modelos ideais socialmente construídos. As lésbicas têm a possibilidade de tornar "invisível" a sua homossexualidade. É evidente que gays também podem fazer o mesmo, inclusive encontramos relatos

de homossexuais que contam que não tiveram problemas na escola porque na época nem mesmo eles sabiam de sua sexualidade, o que confirma a consideração feita acima.

### 3.3- Trabalho

Para falarmos da relação homossexualidade e conflitos no trabalho, podemos dividir os entrevistados em diferentes grupos: aqueles que não relatam a sua homossexualidade; aqueles que afirmam que a orientação sexual é de conhecimento público; e o grupo dos travestis "profissionais do sexo", que trabalham no universo da prostituição. Em cada um desses segmentos, há situações específicas de conflito que foram vivenciadas.

O que marca os integrantes do primeiro grupo é o medo de sofrerem algum tipo de represália; temem ter revelada a orientação sexual e, em decorrência disso, perder o emprego<sup>11</sup>.

"Sou massoterapeuta há uns 4 anos. Declarei minha opção sexual apenas para uma pessoa. Acho que posso ser discriminada se assumisse opção, porque muitas pessoas não entendem o que é homossexualismo. Eu sou homossexual, mas sou direita. Moro com minha mãe, não sou viciada, não participo de orgia, bacanal, mas acho que as pessoas confundem homossexualidade com marginalidade"(COLERJ, 33 anos)

Ou, "As pessoas não sabem de minha homossexualidade, mas acho que se soubessem não seria prejudicado porque ofereço, primordialmente, profissionalismo e dedicação. Por isso espero respeito. Eu estou ali como profissional. A vida pessoal não interessa. Caso aconteça alguma "situação", tentarei

resolver de forma profissional, com o meu trabalho". (Atobá, 35 anos)

Na segundo grupo, encontramos diferentes situações de conflito vividas. Há muitos relatos de discriminação. Essas situações, segundo narram, são complicadas pelo o fato de se sentirem impossibilitados de tomar atitudes. O preconceito não é verbalizado e, então, dizem que acabam não tendo como comprovar o que passaram e ainda correm o risco de serem chamados de "paranóicos" ou mentirosos.

Por conta de um preconceito que nossa sociedade nutre em relação aos homossexuais, uma tomada de decisão, que significa denunciar situações como essas, não aparece como algo fácil. Isso porque, de antemão, os homossexuais são postos num lugar "negativo", sendo, muitas vezes, responsabilizados por situações nas quais são vitimados.

"Eu trabalhava num grupo de acompanhamento psiquiátrico que era formado por psicólogos e alguns psiquiatras. (...) eu me lembro então que a seguir o psiquiatra encaminhou um paciente também do sexo masculino e eu estava com um horário disponível pra trabalhar, que esse seria um critério né, quais são os psicólogos que vão trabalhar com tal paciente, um dos critérios é disponibilidade de tempo e o outro critério era um critério muito subjetivo, no sentido assim que características de personalidade determinados psicólogos têm que facilitar, ou que vai ser proveitoso pra trabalhar com o paciente "x" que tem tais e tais características de personalidade e determinado comportamento, então essa equipe de psicólogos era formada segundo esses critérios pra atuar com aquele paciente. Então eu não entrei neste caso estando com horário disponível e eu quis

saber o que tinha acontecido, então um membro da equipe de psicólogos assim que tinha uma função também de coordenação do grupo, que não tinha contato assim com o tal psiquiatra, ele assim muito sem jeito, um pouco constrangido falou isso, que o Dr. Fulano tinha mencionado em função do meu jeito não seria terapêutico, não me lembro exatamente das palavras na ocasião, isso já tem muito tempo, não seria conveniente, terapêutico, por um trabalhar com aquele determinado paciente. E eu então tomei aquilo como da ordem do preconceito, da discriminação sim porque não houve nenhuma argumentação teórica, profissional, técnica, que sustentasse essa minha não entrada nesse trabalho. Então eu tomei isso como da ordem do preconceito, da discriminação porque como eu disse não houve nenhum critério técnico, teórico, profissional que sustentasse essa conduta do psiquiatra né, eu tive o cuidado de averiguar isso junto com esse colega que trouxe essa informação. E na época eu fiquei assim puto da vida. (Arco-Íris, 43 anos)

Há, ainda, outros conflitos relatados: as piadas sobre homossexuais contadas por colegas ou, ainda, denúncias infundadas de terem assediado pessoas do trabalho:

"Sim. Tive um problema com uma colega, que é uma pessoa muito difícil. Todo mundo já teve problema com ela. Ela achou que eu a estava assediando. Isso chegou aos ouvidos da minha supervisora. Ela me chamou para conversar. Eu contei a verdade, que isso tudo era um mal entendido. A situação foi contornada e ficou tudo bem. Continuei na empresa". (Entre Nós, 32 anos)

Há uma especificidade de conflitos no trabalho, quando a homossexualidade que não era de conhecimento público é revelada. Nesse caso, os danos aos homossexuais

tendem a ser muito bruscos, passando, por exemplo, por transferências indesejadas ou até perda do emprego.

“Quando eu me separei da minha ex-mulher, ela ligou para o meu trabalho e contou que eu estava saindo com um cara, que tinha o apelido de C.. As pessoas começaram a me chamar de C.. Isso me causou problemas, as pessoas fizeram muitas brincadeiras.

Um pessoa que trabalhava comigo começou a me chamar de “o bailarino”. Então, eu respondia, ‘não sou bailarino, sou ator.’

Essa situação durou um tempo até que um dia eu reagi e disse para ele:

‘Eu não sou bailarino, eu sou ator. Sou tão homem quanto você. Você tem que me engolir porque eu sou concursado. Vocês são uns mariquinhas. E vai tomar no cu.’

Duas semanas depois fui transferido. Fui mandado para outro lugar, com a justificativa de que lá estavam precisando de meu serviço. A transferência aconteceu porque a minha opção sexual foi revelada”. (28 anos)

“Eu trabalhava como assessor de cobrança numa empresa. E as pessoas costumavam sair para beber depois do trabalho. Numa destas saídas, fui assediado por um colega de trabalho, que já desconfiava de sua homossexualidade. Ficamos juntos. No outro dia, esse colega, que não era homossexual assumido, chegou na empresa e disse para as pessoas que eu o havia assediado. Essa pessoa não era um homossexual assumido e queria macular a minha imagem. Ele disse que eu o havia assediado, mas na realidade houve uma relação consensual. No início, esse fato trouxe problemas. Esse caso chegou até a diretoria da empresa, que ouviu as duas partes e acabou mandando a outra pessoa embora.

Não perdi o emprego porque já tinha um bom tempo de “casa”. “(Atobá, 34 anos)

Os conflitos que envolvem trabalho e travesti são específicos: podem ser relacionados à disputa por um ponto para prostituição; quebra de alianças com “cafetinas” para as quais devem e das quais precisam para conseguirem trabalhar; brigas com “clientes” por conta de dinheiro; atitudes “homofóbicas”; reação de “clientes” a assalto ou tentativa praticada pelo travesti e dívidas com traficantes<sup>12</sup>.

“Ah, é sempre assim, quando chega uma travesti nova entendeu, ah sempre tem uma palhaçada .Ah, eu já apanhei de travesti, eu sou marginalizado, todos querem cortar a gente, eu prefiro me cortar do que deixar os outros me cortarem entendeu? Já tive problema, já tive discussões dentro de casa, mas nada muito assim de morte, normal, como assim mulher se morar junto discute, brigam, homem, normal. Já fui roubada por travesti, mas na minha casa não, como a gente mora aqui na casa da cafetina se acontecer uma coisa dessa entendeu é podre porque a cafetina não deixa essas coisas acontecerem na casa dela, a cafetina é justamente uma segurança que a gente tem a gente paga cafetina pra ter segurança também” (travesti).

“Eu morava na “zona”. Estação da Luz, área de prostitutas e travestis. Eu tinha assaltado um homem, que dias depois me reconheceu na rua e me deu um tiro que atingiu a perna” (34 anos)

“A gente vê muito assassinato ,mas muitos não têm a ver com o fato de ser travesti tem a ver com outra coisa, que é a cobrança de dívida de droga” (Água Viva, 34 anos)



Os dados acima servem como demonstração da diversidade do universo homossexual e dos diferentes conflitos em que acabam se envolvendo ou sendo envolvidos. É interessante notar que os circuitos nos quais gays, lésbicas e travestis se inserem também são constitutivos desta diversidade.

### **3.4- Vizinhança: conflitos e favores**

No universo dos entrevistados, pudemos encontrar dois padrões típicos de relações de vizinhança: um, marcado pela proximidade e troca de favores, encontrado entre os moradores do subúrbio carioca; um outro, marcado pelo anonimato e por relações impessoais, encontrados entre os moradores da Zona Sul e do Centro do Rio de Janeiro. Falaremos, então, destes dois padrões e discutiremos como neles se manifesta a relação entre conflito, homossexualidade e vizinhança.

No primeiro, encontramos três tipos de relação e, portanto, conflitos distintos: uma que é a da vizinhança desconhecer por completo a homossexualidade; outra, que a vizinhança sabe, mas mantém boa relação, muitas vezes por conhecer a pessoa desde criança; e por fim uma terceira, na qual a vizinhança sabe e demonstra animosidade com o homossexual em decorrência de sua orientação sexual

Na primeira situação, gays, lésbicas e travestis ficam menos expostos a conflitos. O que não significa dizer isentos, uma vez que, conforme alguns relatos, quando é um caso típico no qual os familiares desconhecem a homossexualidade, os indivíduos sentem-se amedrontados com a possibilidade de vizi-

nhos virem a tomar conhecimento da orientação sexual e acabarem por relatar aos familiares. Como pode ser observado a seguir:

“As pessoas da bairro não sabem da minha homossexualidade, se soubessem isso me causaria problemas, pois meus pais iriam acabar sabendo. Eles são idosos e muito religiosos. Nunca iriam entender”. (Atobá, 35 anos)

Na situação na qual os vizinhos sabem da homossexualidade e mantêm uma relação amistosa, não significa, no entanto, que gays, lésbicas e travestis fiquem isentos de conflitos. Há, como pudemos observar, situações que acabam por deixar transparecer preconceitos e discriminações que são materializados em atos.

Temos uma fala de um entrevistado que é significativa. Ele conta que tinha um vizinho que, há mais ou menos cinco anos, estava construindo uma casa. O entrevistado dirigiu-se, então, para essa casa a fim de oferecer ajuda na construção. Encontrava-se no local um outro vizinho, que conhecia o entrevistado desde criança e que, ao vê-lo, perguntou “o que você está fazendo aqui? Isso não é trabalho para você”.

Este afirmou que a situação por que passou foi uma discriminação. Segundo ele, “as pessoas não pensam na capacidade. Elas põem a sexualidade à frente”. (Atobá, 32 anos)

Quando a vizinhança mantém uma relação de intensa animosidade com o homossexual, as situações são as mais diversas possíveis: jogar objetos na casa de gays, lésbicas e travestis; fazer piadas; perseguir na rua; agredir fisicamente; jogar pedras; no caso das lésbicas especificamen-

te, tentar paquerá-las<sup>13</sup>. Podemos ver algumas situações a seguir:

“Fui agredida fisicamente por um vizinho. Ele sabia que eu era homossexual e ficava me cantando mas por uma coisa de moral, de querer mostrar que é macho e eu devia ser passiva (e eu sou “ativa”) e então dei um tapa nele, que revidou com socos”. (COLERJ, 33 anos)

“Eu saí na rua fantasiado no carnaval, aí um vizinho, me chamou de “veadão” e me jogou uma pedra. Me senti ofendido e resolvi reagir. Achei abuso porque ele me jogou uma pedra, se tivesse só me xingado eu nem ligaria. Não dá pra ficar brigando por tudo com as pessoas. Resolvi, então, voltar e reagir”. (Atobá, 32 anos)

“Numa padaria local, próxima da minha casa, onde eu comprava pão todo dia e o rapaz todo dia tirava uma graça comigo até o dia que eu quebrei a cabeça dele com uma garrafa de coca cola de 1 litro e aí veio polícia, veio isso, veio aquilo e dali passei a ser respeitado e assim como as outras pessoas que me subestimaram”. (Turma OK, 40 anos)

O outro padrão típico de vizinhança, que é o de relações impessoais, também não isenta gays, lésbicas e travestis de passarem por conflitos, apesar de serem menos comuns. Há também, nesses casos, uma expressão de repulsa à homossexualidade que, posteriormente ao fato, desaparece, porque os conflitos não são levados adiante pelas partes envolvidas, por conta da impessoalidade das relações. Por exemplo:

“Tive problema com um vizinho de quarto. Eu queria andar de toalha no corredor

e ele não queria que eu andasse. Aí veio o dono do estabelecimento e falou comigo.” (travesti, 19 anos)

“Eu tive um problema com uma vizinha, que ela tinha um cachorro, e o cachorro eventualmente fazia xixi no corredor do meu andar, e eu nunca reclamei, me incomodava mas eu deixava pra lá. Parece que alguém reclamou e ela me acusou, disse que eu tinha feito xixi no corredor do meu andar, vê se pode uma coisa dessa? O porteiro me contou isso e ele falou assim ‘e ela falou outras coisas, indecências’, (que obviamente tinha a ver com minha homossexualidade) aí eu acho que eu perguntei que outras coisas, e ele não falou e eu achei, isso é uma aferição minha porque também isso não foi verbalizado, mas eu deixei pra lá, não quis saber por quê.” (Arco-Íris, 43 anos)

### **3.5- Rua: espaço de sociabilidade ou de perigo?**

Gays e travestis, mais do que as lésbicas, dizem se sentir expostos ao perigo nas ruas. Os entrevistados declaram que se sentem ameaçados e amedrontados em lugares de “pegação” e nas proximidades das boates gays. Sentem medo da ação de grupos “homofóbicos” que, segundo relatam, vão para as proximidades dos lugares acima referidos a fim de agredirem e até mesmo matarem gays, lésbicas e travestis.

“Eu já fui fisicamente agredido mas era uma situação que era um misto ligando homossexualidade com violência urbana, foram duas situações. Uma situação foi eu tava voltando de Niterói com um amigo e a gente tava atravessando a Via Ápia pra pegar um ônibus na Rio Branco, a gente não tava nem de

sacanagem, não era pegação, não era nada, a gente atravessando, nisso veio um grupo e atacou a gente, eu ainda consegui... bom a gente foi atacado, eu acho que era um grupo que tava ali para atacar gays, ou atacar as pessoas que freqüentam ali, que são basicamente gays. Nós éramos gays mas não estávamos nem por causa do local, a gente estava atravessando mesmo e foi agressão física mesmo. Esse meu amigo se cortou, sangrou para caramba, os caras me deram uma rasteira, me arranhei todo, foi uma situação bem barra pesada." (gay, Arco-Íris, 34 anos)

É interessante notar que não tivemos relatos deste tipo de situação pelas quais as lésbicas tenham passado. Estas são mais vitimadas em outras esferas, tais como a da família, a da vizinhança e a do trabalho. As vítimas preferenciais, na rua, são gays e travestis, sendo que estes últimos ficam mais expostos à violência por conta do circuito que se integra à prostituição, como o das drogas.

Os travestis, "profissionais do sexo", segundo seus próprios relatos, são envolvidos em roubos e é comum, conforme nos foi relatado, que assaltem seus clientes. Além disso, muitas vezes são agredidos por conta de dívidas com traficantes, o que problematiza a idéia de que são apenas vitimados por "homofóbicos".

"Travesti de prostituição quando morre é porque assaltou, raramente passa um louco e dá um tiro porque é travesti" (Água Viva, V. 34 anos)

É interessante notar que esta homofobia é um dado. Ela existe e pode ser detectada. O que estamos afirmando, no entanto, é que ela não é única forma de vitimar travestis. É importante assinalar que entrevistamos traves-

tis que não são "profissionais do sexo" e que relataram situações de violência que tipicamente podem ser categorizadas como "homofobia". Em contrapartida, encontramos também relatos de "profissionais do sexo" que demonstram terem sido vitimados por uma ação "homofóbica", conforme pode ser visto a seguir:

"Já foi vítima de violência num carnaval passado. Ia para a casa de uma amiga na Penha. Na rua foi perseguida por cinco homens que quase a mataram. Foi agredida com pedras." (28 de junho, 59 anos)

"Tinha que fazer um show e eu fui trabalhar na Augusto Severo que é um local público que é aonde nós usamos como ponto de prostituição, nós que eu digo os profissionais do sexo do gênero travesti e eu fui trabalhar no horário de 7 da noite, (...)fui trabalhar era 7 da noite e quando era 9:30/10 horas vim caminhando era a trajetória e vou passar na casa do W., (...)Fui no local e como eu só tinha ido uma vez na residência dele eu confundi as janelas, e eu estou chamando numa janela errada, um sobrado, um casarão e nisso quando eu cheguei na rua veio os 5 rapazes e começaram a se deslocar mais eu não coloquei maldade a questão e aí eu fui chamando e me passa uma outra pessoa 'olha quem você está procurando não mora aí não mora ali' e ainda me deu um advertimento, 'olha cuidado aqui é horrível'(...) e eu ainda passei por aqueles rapazes e eles deixaram, são pessoas covardes, (...)deixaram que eu passasse por eles e me agrediram pelas costas, foi terrível, foi terrível porque eu não esperava eu tive a reação também de atacar mas eram 5 homens e eu não sou melhor nem pior do que ninguém mas se colocar um homem da minha idade eu vou perder porque eu fiz

tratamento hormonal, recorri a algumas cirurgias quer dizer, e tentei me defender e corri aí eles escutaram da casa aonde eles estavam meus gritos e vieram em meu socorro e eu saí doida correndo e eles vieram e aí eles fugiram.” (Turma Ok, 40 anos)

Os conflitos de rua por que passam os travestis estão diretamente relacionados aos contextos de trabalho e ao estilo de vida. Isso pode ser visto abaixo:

“Perto de minha casa, tinha um sujeito que queria me matar. Me Jogou uma pedra mas não pegou. Eu não conhecia .Outra situação foi com um sujeito de atacava travestis. Foi um ataque mútuo. Um dia peguei o ‘obé’(faca) e fui tomar satisfação com o sujeito e cortei ele todo. Depois ele me atacou também” (Travesti, 28 de junho, 59 anos)

“Uma padaria local que eu comprava pão todo dia e o rapaz todo dia tirava uma graça comigo até o dia que eu quebrei a cabeça dele com uma garrafa de coca cola de 1 litro e aí veio polícia, veio isso, veio aquilo e dali passei a ser respeitado e assim como as outras pessoas que me subestimaram. Eu bati em muita gente, apanhar na época eu não apanhava não mas fiz muita coisa do gênero para me impor através da violência que não funciona, mas sou um ser humano bom também conquistei muita gente desde criança e hoje em dia eu sou bem respeitada, tem aquelas gracinhas como tem em todo lugar que as pessoas vão e vêm.” (Turma OK, 40 anos)

As considerações acima podem ser usadas para olhar criticamente as denúncias feitas sobre crimes, conflitos e violência praticados contra minorias sexuais. É importante saber especificamente de onde estão vindo as ações

violentas até mesmo para pensar em políticas públicas que efetivamente possam buscar o bem-estar de travestis, gays e lésbicas.

### **3.6- Polícia, homofobia e insegurança pública. A quem recorrer?**

A polícia não representa segurança para o universo de pessoas que entrevistamos. Ao contrário, a instituição é vista como produtora de ações violentas contra minorias sexuais. A descrença de que ela possa mediar conflitos é unânime.

Os que recorreram à polícia contam terem sido duplamente vitimados. Primeiro, pela situação que os fez buscar este tipo de mediação, depois, pela própria polícia, que acaba por discriminá-los em função da orientação sexual, como pode ser visto :

“Eu mesma procurei cabine da polícia e dali fui para a delegacia. Lá me senti discriminada, porque não fui tratada como vítima, mas como agressora. Minha prima, que tinha sido escritã, “abafou” o caso a pedido da minha mãe. Acha também que o pessoal da delegacia conhecia o cara e podiam me prejudicar especialmente por eu ser homossexual. Eu podia “entrar pelo cano”. (Lésbica, COLERJ/ CEDOICOM, 33 anos)

“Às vezes me param na rua e me revisitam. Acho que isso tem a ver com as minhas características e não com a minha orientação sexual”. (Atobá, gay, 32 anos)

“Eu acho que a situação do assalto foi decorrente do fato de eu ser homossexual.

Tenho certeza que os policiais não me encaminharam direto para o hospital pelo fato de eu estar num local de 'pegação'. Acho que se fosse uma outra pessoa, os policiais teriam uma postura diferente. Eu estava numa área de michês. Fui vitimado, mas de repente não fui tratado como deveria. As pessoas são preconceituosas" (Atobá, gay, 35 anos)

Mesmo os que nunca foram vítimas de alguma ação arbitrária de policiais afirmam não confiarem na polícia. Relatam ainda que em situações de conflito buscariam resolver sem precisar da mediação policial.

Encontramos entrevistados, no entanto, que no plano do discurso, quando interrogados se procurariam a polícia em casos de violência especificamente "homofóbicas", respondiam que sim, "como cidadão, procuraria os meus direitos" (Atobá, 34 anos). Mas, na prática, quando relatam situações vivenciadas, notamos que não recorrem à polícia.

Obtivemos, nos dados coletados, além das práticas de discriminação, dois diferentes padrões de comportamento da polícia em relação às minorias sexuais: violência com fins lucrativos, através, por exemplo, de chantagens e extorsão<sup>14</sup> (estas geralmente acontecem quando o vitimado teme que sua orientação seja revelada); violência sem fins lucrativos, por meio de arbitrariedades durante ações policiais. Como podemos ver:

"Teve certa vez que a polícia pegou eu mais duas amigas minhas, 3, todas as 3 de menor e eles levaram a gente pra I 3ª passaram piche nas nossas costas. Piche mesmo uma tinta preta nas costas, foi horrível mandaram a gente ficar de quatro, enfiaram o cabo de vassoura assim na gente ó com o pé, 'fica de quatro', aí enfiavam

assim com o pé até onde entrasse, aí tiravam e colocavam na outra e depois colocou nós 3 nuas, peladas ai molhou o chão, e mandou eu pisar em cima e segurando na mão das outras duas, e mandava eu pegar na geladeira, uma geladeirinha pequena assim, aí eu colocava a mão e levava um choque, eles barbarizaram a gente foi tão humilhante." (travesti, Água Viva, 34 anos)

"Tenho algumas experiências com a polícia. Eu já fui pego pela polícia algumas vezes, dentro de carro namorando. Eles tentam tornar a situação o mais constrangedora possível, querem dinheiro é claro. Eu tive uma situação que foi logo depois da criação da guarda municipal, tava no Aterro, também tinha conhecido um cara, aí a gente não tava nem fazendo nada na hora que eles vieram para cima da gente 'ah, a gente viu tudo', não sei que, claro, eu sabia que era dinheiro que eles que eles queriam eu me fiz de desentendido, 'ah a gente vai ter que averiguar'. 'Então vamos averiguar', fomos andando em direção à Delegacia na Pedro Américo, um ficou comigo e o outro ficou com o cara, o guarda que tava com o cara falou 'ah sei lá, vai dar pra rolar uma cerveja?' aí eu fui bem irônico 'ah você queria uma cerveja, você devia ter dito que queria logo uma extorsãozinha, porque você não falou logo', aí eu tirei a carteira, sabia que não tinha quase nada de dinheiro, mas era sei lá, o correspondente a 1,50, aí tirei, antes que ele fechasse a mão eu 'pera lá devolve aqui que eu devo ter dado o dinheiro da minha passagem de volta. Vocês queriam cerveja? Não vai dar nem pra vocês racharem um guaraná', e ainda fiquei pensando 'meu Deus, como é que pode corromper?' numa situação dessas o mínimo que eles podiam fazer era me levar para a delegacia nem que fosse para levar um esporro do Delegado. E se fosse pra ir para a delegacia eu iria sem o menor problema" (Arco-Íris, 34 anos, gay)

#### 4- Considerações gerais:

Um dos objetivos da pesquisa realizada era o de ampliar a compreensão sobre as experiências cotidianas de gays, lésbicas e travestis em relação a conflito, discriminação e violência. A idéia era a de que essas informações poderiam oferecer subsídios à elaboração de políticas públicas para a redução de violência contra homossexuais.

Uma contribuição desta pesquisa é, então, ter apresentado o mapeamento das diferentes concepções e percepções. Além disso, foi um progresso entender a idéia de violência não apenas das vítimas, mas também daqueles que a praticam. Aproximamo-nos dessa outra concepção porque tivemos a possibilidade de entrevistar pessoas que foram presas por roubo, tentativa de assassinato e que falavam da violência de uma outra perspectiva.

Isso foi de extrema valia para nós, na medida em que pudemos perceber o viés presente em nossos instrumentos de pesquisa. Percebemos, então, que tínhamos um tipo ideal de vitimados: o gay, de classe média, na faixa etária correspondente aos 30 anos e morador da Zona Sul do Rio de Janeiro. Não só nós temos um modelo, mas também, os órgãos de Segurança e Justiça, quando formulam políticas públicas.

A ampliação do sentido que encontramos e que aqui foi apresentada pode ser utilizada por esses órgãos do poder público e pela sociedade civil com o intuito de pensar de forma distinta melhorias para as minorias sexuais. Os grupos de militância homossexual podem fazer uso desses dados, mesmo que seja para contestá-los.

O que, de um ponto de vista, já é um efeito, na medida em que os militantes começam a repensar suas próprias concepções e ações.

Buscar a garantia de direitos humanos para minorias sexuais será possível se forem levadas em conta suas diferentes aspirações e visões de mundo. Esperamos, então, que as considerações aqui esboçadas possam servir como forma de ampliar a compreensão desse universo que vem, gradativamente, sendo olhado não só pelo meio acadêmico, mas também pelo poder público brasileiro.

#### 5- Referências bibliográficas:

- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- ELIAS, Norbert. "Sugestões para uma teoria de Processos Civilizadores" In: \_\_\_\_\_ O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização (vol.2). Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FOUCAULT, Michel. "Poder-Corpo" In: MACHADO, Roberto(org.) Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GREGORI, Maria Filomena. Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel, Senhores de Si: Uma interpretação antropológica da Masculinidade, Lisboa: Fim do Século, 1995
- VELHO, Gilberto. "Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas" In: \_\_\_\_\_ Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea
- VELHO, G. "Estigma e comportamento desviante em Copacabana". In: \_\_\_\_\_. Desvio e Divergência. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- VIVEIROS DE CASTRO, E. & BENZAQUEM DE ARAÚJO, R. "Romeu e Julieta e a origem do Estado" In: VELHO, Gilberto(org.) Arte e Sociedade: Ensaio de Sociologia da Arte. R.J.: Zahar, 1977

## Notas:

\* Este capítulo é resultado das entrevistas qualitativas que foram realizadas no decorrer da execução da pesquisa "Violência e Minorias Sexuais". Ao todo, foram entrevistadas 31 pessoas, que selecionamos por meio de contatos feitos nos grupos de militância homossexual da região metropolitana do Rio de Janeiro. Nem todos os entrevistados, no entanto, são freqüentadores assíduos, ou dizem fazer parte de alguma entidade. Além disso, realizamos entrevistas com voluntários do Disque Defesa Homossexual do Rio de Janeiro.

\*\* Doutoranda em Ciências Humanas e Saúde pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

\*\*\* Neste item, nós passaremos do plano das definições para o relatado de situações vividas por gays, lésbicas e travestis, que estes mesmos classificaram como sendo situações de conflitos.

1 Ver VALLE DE ALMEIDA(1995); CUNHA(1998); ENGEL(1997).

2 Apesar de termos selecionado nosso universo de entrevistados através do Disque Defesa Homossexual e dos grupos de militância homossexual da região metropolitana do Rio de Janeiro, nem todas as pessoas se dizem militantes. Pode ser observado que há uma freqüência nestes grupos não só por conta da busca de uma ação militante, mas também como uma forma de sociabilidade e lazer. Nestes termos é que se torna compreensível falarmos de um público que freqüenta estes grupos, mas que se diferencia do "militante" típico.

3 Há que se atentar para a influência do movimento feminista na militância dos grupos de lésbicas.

4 "O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem honroso nem desonroso."(GOFFMAN, 1988:13)

5 As referências dos entrevistados serão dadas pela idade e pelo grupo ao qual pertencem; quando for necessário, usaremos como dado a orientação sexual do entrevistado. O perfil das entidades de militância homossexual será discutido no capítulo seguinte. Neste, apenas os nomes são citados.

6 Quando não houver referência a grupos é porque os entrevistados consideram que não fazem parte dessas entidades.

7 Os evangélicos crêem que podem transformar o homossexual em heterossexual.

8 De acordo com Louis Dumont, "a noção de indivíduo [que estaria na raiz do pensamento ocidental moderno] é [a de] um ser moral e racionalmente autônomo, sujeito normativo das instituições, tendo como atributos a igualdade e a liberdade." (Viveiros de Castro, E. e Araújo, R., 1977:139)

9 Silêncio não significa só esconder a homossexualidade, mas também não falar sobre ela.

10 No caso de gays e lésbicas, isso se dá exclusivamente pelo fato de a homossexualidade ser revelada. No caso dos travestis, isso é acrescido à decisão de se travestirem.

11 É interessante notar que mesmo as pessoas que dizem não ter medo de perder o emprego, caso tenham a homossexualidade revelada, afirmam que preferem não arriscar.

12 Há questões que são específicas ao universo dos travestis e que optamos por não aprofundar na presente pesquisa

13 É interessante atentar para o fato de que nestas situações de conflito, gays, lésbicas e travestis não são atores passivos da cenas vividas; não são apenas vítimas. Antes, ao contrário, apresentam-se como peças fundamentais e constitutivas dos conflitos nos quais são envolvidos.

14 Há pessoas que fazem extorsão com homossexuais por meio de golpes, nos quais usam falsas credenciais policiais e ameaçam levar o envolvido para a delegacia. Situação que pode ser amenizada, caso a pessoa pague para que isso não aconteça.

## 2- Violência contra homossexuais e organizações comunitárias

Patrick Larvie\*

### 1- Entendendo as respostas comunitárias à violência contra homossexuais

Esse capítulo é uma tentativa de explorar e mapear o impacto da violência contra homossexuais nas instituições que compõem a "comunidade organizada" de gays, lésbicas e travestis da região metropolitana do Rio de Janeiro. O projeto de pesquisa do ISER buscou entender as dimensões desse tipo de violência a partir de um acompanhamento das ações empreendidas pelas organizações comunitárias que se dirigem a um público homossexual de Janeiro de 2000 a Fevereiro de 2001. Nossas observações apontam para significados variados das idéias de violência, conflito e até a própria homossexualidade, variando de um grupo para outro e mostrando-se ligados a posições de classe, de gênero, de geografia e de tipo de organização. Durante o projeto de pesquisa, interpretações do significado de violência na comunidade homossexual informaram intervenções que transformaram a relação entre gays, lésbicas e travestis e as instâncias governamentais em que políticas relacionadas à segurança e à justiça são formuladas. Acreditamos que uma compreensão dessas idéias e do contexto associativo em que estão inseridas ajudará a avaliar e reformular as estratégias adotadas. Como parte do projeto de pesquisa Violência e Minorias Sexuais, procuramos não apenas estudar o papel da comunidade na formulação de uma resposta à violência contra homossexuais, mas também assessorar essas entidades, contribuindo para aumentar a eficácia das organizações da sociedade civil no âmbito de políticas de segurança pública e justiça.

Com uma única e notável exceção – à epidemia da AIDS –, a homossexualidade não tem sido objeto de políticas públicas no Rio de Janeiro ou no Brasil nas últimas décadas. Entendemos que as minorias sexuais de modo geral – categoria na qual incluímos homossexuais do sexo masculino, lésbicas e travestis – são alvos de modalidades específicas de vitimização, que inclui diversas modalidades de crime violento. Com poucas e relativamente isoladas exceções, no Brasil não existem políticas específicas de combate à violência contra homossexuais, mesmo com ampla evidência da ocorrência de crimes motivados por ódio ou preconceito contra esse grupo. Entendemos também que uma pesquisa sobre a vitimização de homossexuais, se realizado em moldes clássicos da sociologia do crime, iria exigir uma metodologia quantitativa com uma amostra aleatória, oferecendo resultados extrapoláveis a um universo teórico de gays, lésbicas e travestis. Como a homossexualidade é uma característica auto-atribuída e, ainda, fonte potencial de estigma e preconceito, em termos práticos é impossível seguir uma metodologia clássica para determinar empiricamente os graus e tipos de vitimização entre os diversos segmentos da população homossexual. Por isso, nossa pesquisa teve, desde o início, uma relação estreita com os grupos de gays, lésbicas e travestis da área metropolitana do Rio de Janeiro. Nossas parcerias com esses grupos contribuíram de três formas para a realização da pesquisa:

(1) como esses grupos oferecem espaços sociais definidos a partir de um conceito de homossexualidade, ajudaram a definir, ainda que de forma parcial e enviesada, o que é um público homossexual para os fins dessa pesquisa;



(2) por agregar pessoas que se auto-identificam como minorias sexuais e participam de uma entidade comunitária, os grupos nos ofereceram acesso a uma população para entrevistas qualitativas e, ainda, observações sobre o funcionamento das organizações e,

(3) como incluem militantes e outros que têm um papel fundamental na representação da homossexualidade junto a um público mais amplo, nosso contato com os grupos organizados nos ajudaram a formular e analisar questões específicas a segmentos da comunidade homossexual que desconhecíamos no início do estudo.

Trabalhando com e através das entidades organizadas, modificamos o perfil do projeto de pesquisa para enfatizar os significados de conflito e violência entre os participantes dos grupos e o impacto que a violência homofóbica teve na pauta de atividades dessas organizações.

Os grupos organizados de homossexuais estavam presentes no projeto de pesquisa desde o início, e de duas formas distintas. Primeiro, o Instituto de Estudo da Religião entende a participação de organizações comunitárias como elemento fundamental a uma sociedade plural e democrática. Mesmo quando está disposto a trabalhar em colaboração com comunidades específicas, o Estado raramente tem a competência necessária para formular e executar políticas públicas para assuntos que afetam grupos minoritários. Tais grupos, por sua vez, muitas vezes são excluídos das instâncias em que políticas específicas são pensadas. A parceria entre grupos homossexuais e as agências públicas responsáveis pelas políticas de segurança, por exemplo, ajuda a garantir que as estratégias adotadas sejam coerentes em termos

conceituais e viáveis no sentido prático.

Segundo, o envolvimento de organizações da sociedade civil estava presente no projeto de pesquisa como uma questão empírica. Quais são as dimensões associativas da homossexualidade no Rio de Janeiro? As minorias sexuais do Rio de Janeiro dispõem de quais recursos materiais, humanos e sociais? Esses recursos são distribuídos de que forma entre os vários grupos da região metropolitana, e que impacto tem essa distribuição na articulação dessas entidades entre si e com o poder público? Cada uma dessas questões tem importantes consequências para o desenvolvimento e avaliação de políticas públicas. Dessa forma, entendemos a participação de organizações comunitárias como um valor pelo qual devemos zelar em nome da democracia e da eficiência administrativa, e como uma importante questão empírica, que sugere desafios para pesquisadores interessados na relação entre os setores privado, o Estado e as organizações do chamado "terceiro setor".

Há uma outra questão, relacionada às duas expostas acima, que ajudou a formular o projeto de pesquisa e o presente relatório: como podemos caracterizar a relação entre minoridade sexual - que entendemos aqui como incluindo principalmente gays, lésbicas e travestis - e a esfera política? Começamos com uma pressuposição básica: que a relação entre a esfera da sexualidade e, particularmente uma sexualidade marginalizada, e o mundo da política teria diversos mediadores: a mídia, produtores de conhecimento erudito (e.g. especialistas acadêmicos, médicos, pedagogos) e as próprias organizações que representam ou atuam junto a grupos de gays, lésbicas e travestis. Aqui privilegiamos as entidades comunitárias, que têm um papel que vai além das representações, ajudando a

formular e executar intervenções como “parceiro”, seja do poder público ou privado.

De fato, as organizações de gays, lésbicas e travestis transformaram e foram transformadas pelas iniciativas de combate à violência contra homossexuais ao longo dos últimos dois anos. Durante esse período, a questão da violência contra homossexuais, bem como a formulação de políticas públicas e respostas do setor não governamental para diminuir o impacto da homofobia, estavam presentes nas pautas das organizações de gays, lésbicas e travestis do estado do Rio de Janeiro de uma forma inédita. Certamente, o associativismo entre gays, lésbicas e travestis da região metropolitana levará a marca dessa época durante muito tempo; as transformações e mudanças pelas quais passaram as entidades e as agências públicas na área de segurança foram significativas. E a atenção da mídia e de grupos homossexuais de outras regiões do País às iniciativas do Rio terá uma influência no âmbito nacional durante os próximos anos. Por essas razões, uma análise do papel das organizações de homossexuais está em primeiro plano nesse relatório.

Aqui, pretendemos analisar o componente “comunidade” no contexto de uma iniciativa marcada por uma articulação entre o setor público e as organizações de gays, lésbicas e travestis do grande Rio: o Disque Defesa Homossexual. Como no capítulo anterior, nossa análise enfatiza duas dimensões: os significados da violência e as consequências desses significados para a formulação e execução de políticas públicas. Refletindo a diversidade de posicionamentos políticos, de identidades sociais e de disposições para colaboração com o poder público, os significados dos termos “violência” “conflito”

e até de “minorias sexuais” variam de acordo com os atores e contextos em que são mobilizados. Podemos observar que o conteúdo de termos como “conflito” e “violência” se transforma ao passar pelos grupos organizados, adquirindo aspectos e usos que diferenciam esse nível de análise de outros possíveis. Na interface com as agências públicas, esses significados e definições se transformam novamente, refletindo o processo de renegociação e re-definição de idéias de sexualidade e violência passam antes de virar objetos de uma política pública.

## **2- O Disque Defesa Homossexual no contexto fluminense**

Nos anos 1999 e 2000, a violência homofóbica teve um papel estruturante nas pautas de atividades dos grupos homossexuais do Rio de Janeiro. Em grande medida, a presença desse tema estava relacionada não apenas à relevância do assunto, mas também a uma iniciativa específica. O Disque Defesa Homossexual, ou DDH, nos oferece um bom caso para examinar as relações entre as organizações comunitárias e o poder público. Mais especificamente, trata-se de uma tentativa de co-gestão de uma política pública de segurança, área em que a atuação de grupos comunitários de modo geral tem sido bastante restrita. E como um dos exemplos mais claros de uma tentativa por parte do poder público de responder a uma demanda colocada por homossexuais, o DDH se destaca também por ser uma iniciativa de “vanguarda” no País, reconhecendo os direitos de um grupo que ainda é objeto de preconceito e ódio por boa parte do público, inclusive um público de

eleitores. O governo do estado do Rio de Janeiro assumiu um risco político significativo ao iniciar parcerias com organizações homossexuais, chegando a convidar líderes de grupos militantes para dar aulas em academias das polícias militar e civil. Por isso, enxergamos nessa iniciativa uma oportunidade de examinar não apenas a instrumentalização de conceitos como homofobia para os fins de uma política pública, mas também a gestão de uma parceria entre segmentos da sociedade que, historicamente, tiveram uma relação marcada por conflito.

A história do DDH e dos grupos que participaram da sua formação e administração é o enfoque do capítulo 3 desse relatório. Mas, para ajudar a situar o leitor no contexto que será examinado aqui, apresentamos uma história muito breve dos eventos que marcaram essa iniciativa de Janeiro de 1999 até Fevereiro de 2001.

#### Janeiro de 1999:

Representantes do grupo Atobá se reúnem com assessores de Carlos Minc, deputado estadual do Rio de Janeiro do PT e aliado da causa homossexual no Rio de Janeiro. A pauta da reunião é a expansão do serviço Disque AIDS para incluir um serviço específico a denúncias de violência contra homossexuais. Segundo representantes do grupo Atobá, o serviço Disque AIDS já vem sendo utilizado para denúncias, sem a infraestrutura necessária para esse tipo de iniciativa. A decisão tomada na reunião é de entrar em contato com outros grupos para sondar a possibilidade de construir uma iniciativa conjunta na comunidade.

#### Janeiro de 1999:

Seguindo a entrada do novo governo do estado do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares

é nomeado Sub-secretário de Pesquisa e Cidadania dentro da Secretaria de Segurança Pública. Com uma nova equipe de assessores, novas parcerias entre as polícias e a comunidade são iniciadas. Na última semana desse mês, Silvia Ramos – Sub-Secretária Adjunta de Pesquisa e Cidadania – organiza uma reunião com representantes de mais de 12 grupos de gays, lésbicas e travestis do Rio de Janeiro. Comparecem à reunião também representantes de outras organizações da sociedade civil. Dessa reunião sai a idéia de formar um Centro de Referência para crimes contra homossexuais e um serviço telefônico para denúncias. É formado, provisoriamente, um Fórum do Centro de Referência que tem, como primeira tarefa, a elaboração de uma estratégia para lidar com problemas de segurança na comunidade homossexual durante o Carnaval.

#### De Fevereiro a Abril de 1999:

Representantes da sub-secretaria de Pesquisa e Cidadania se reúnem com representantes dos grupos de gays, lésbicas e travestis. Elabora-se um modelo de atendimento telefônico para atender a denúncias de crimes e/ou violações dos direitos de homossexuais e para resolver eventuais conflitos entre as instituições policiais e a comunidade homossexual.

#### De Março 1999 a Março 2000:

Através do Centro de Referência, líderes de grupos militantes da comunidade homossexual se reúnem com autoridades policiais em batalhões e delegacias na região metropolitana em uma tentativa de estabelecer uma parceria viável. O Secretário da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, Cláudio Nascimento, é convidado para dar aulas nas academias das polícias Militar e Civil.

Junho de 1999:

É inaugurado o Disque Defesa homossexual. Com uma equipe de voluntários e um gerente pago (recrutado através do grupo Atobá), o centro começa a receber ligações e encaminhar casos de violência às polícias e, em muitos casos, encaminhar casos de conflito a grupos parceiros, como o Balcão de Direitos ou psicólogos voluntários.

De Junho de 1999 a Fevereiro de 2000:

Através das parcerias estabelecidas entre o Disque Defesa Homossexual e as polícias, diversos casos de crime contra homossexuais são resolvidos. A mídia dá destaque ao novo serviço em diversas matérias publicadas ao longo desse período.

Participação do Fórum do Centro de Referência, que também serviria como o elo entre o DDH e a comunidade, começa a diminuir. A estruturação do serviço, e a consolidação de um modelo de atendimento que enfatiza a relação entre a Secretaria de Segurança Pública e as delegacias locais levam alguns grupos a acreditar que sua participação regular no Fórum não é prioridade.

Março de 2000:

A saída de Luiz Eduardo Soares e sua equipe de assessores provoca uma crise no Centro de Referência e no DDH. A Secretaria de Segurança Pública é re-estruturada e a relação com a comunidade homossexual não é uma prioridade clara do novo Secretário.

Realiza-se uma reunião de emergência do Fórum, e uma estratégia provisória é elaborada. A primeira prioridade é chamar uma reunião com o novo Secretário para garantir que o DDH não seja abandonado pelo governo. Os representantes dos grupos

concordam que o Fórum precisam retomar suas atividades para evitar um esvaziamento da parceria com o estado.

Maio de 2000:

Torna-se evidente a crise pela qual o DDH e o Centro de Referência estão passando. A participação no Fórum chega a zero, com reuniões canceladas sem aviso. O novo secretário ainda não nomeou um assessor para intermediar a relação entre as polícias e o DDH; quase não há diálogo com o novo Secretário de Segurança Pública, e a parceria com o estado se torna muito frágil. Os voluntários começam a achar difícil o encaminhamento das denúncias por falta de interlocutores com o governo e o número de ligações começa a cair.

O grupo original de 20 voluntários começa a se esvaziar, chegando a um grupo de 10 que nem sempre pode comparecer ao plantão. O Disque Defesa Homossexual passa períodos sem voluntários para atender o telefone.

Novembro de 2000:

Em uma reunião do Fórum, com a participação de mais de 15 grupos diferentes, toma-se a decisão de avaliar o desempenho do DDH e de elaborar, formalmente, o estatuto do Centro de Referência. Em parte, essa decisão é provocada por um projeto encaminhado ao Ministério da Justiça, que criaria posições remuneradas no DDH.

A reunião evidencia a fragilidade não apenas da parceria entre o DDH e o estado mas, também, as relações entre os diferentes grupos de gays, lésbicas e travestis da região metropolitana.

Como pode ser observado desse breve resumo histórico, a trajetória do Disque Defesa Homossexual e do Centro de Referência, é marcada por altos e baixos, começando com um grande movimento entre os grupos e terminando com uma crise quanto ao seu modelo de administração. Não se pode negar que a relação entre a comunidade homossexual e o Estado é crítica em todos os momentos dessa história; em momento algum o Disque Defesa Homossexual operou de forma totalmente independente do governo. Significativamente, a iniciativa começa com o Disque-AIDS como modelo, projeto que havia sido realizado pelo grupo-Atobá, que já tinha experiência suficiente na administração de projetos para saber que a infra-estrutura para um "disque violência" (como a idéia original era conhecida) exigiria novas parcerias e financiamentos. No período de 14 meses, uma parceria que começou com a atenção da mídia, do governo estadual e o engajamento de quase todos os grupos se reduziu a uma tentativa de manter um voluntário ao lado do telefone. No final, a sobrevivência não apenas do atendimento ao público, mas também da relação entre os grupos homossexuais e o governo estadual estava em questão.

Na parceria entre o governo do estado do Rio de Janeiro e a comunidade homossexual, vários fatores contribuíram para o esvaziamento do DDH e do Fórum do Centro de Referência, pontos críticos da crise pela qual passava em Fevereiro de 2001. Quais são os fatores que mais contribuíram para a crise pela qual o DDH passava no começo de 2001? A seguir, aponto para alguns dos fatores que parecem se destacar como determinantes dessa trajetória:

· A relativa fragilidade dos grupos homossexuais da região metropolitana;

Grosso modo, a participação no Fórum implicava em gastos (de tempo, de dinheiro e de energia) que oneravam grupos quase sem recursos. Como argumentamos na próxima seção desse capítulo, a maior parte dos integrantes dos grupos homossexuais mora longe do centro da cidade e não dispõe de muitos recursos financeiros. Esses grupos contam apenas com voluntários, e não podem ressarcir seus membros por gastos quando participam de reuniões de qualquer natureza. E como os grupos tinham poucos membros atuantes, as mesmas pessoas acabavam freqüentando todas as reuniões, situação que levaria a uma sensação de desgaste, mesmo nas melhores de condições. A médio prazo, essa situação se tornou inviável para muitos grupos, que deixaram de comparecer às reuniões do Fórum.

De igual importância, a maior parte dos grupos não contava com equipes permanentes de voluntários que podiam treinar novos voluntários ou realizar tarefas administrativas. O uso de grupos voluntários para manter plantões de atendimento telefônico oito horas por dia, cinco dias por semana representava um desafio significativo para esses grupos. O modelo gerencial adotado pelo Fórum não previa dificuldades dessa ordem, e os grupos se deram conta da gravidade dos problemas muito tarde. Quando perceberam as dificuldades pelas quais o DDH estava passando, a situação já havia se tornado crítica, com o esvaziamento dos voluntários.

O poder do Estado para legitimar iniciativas na área de segurança pública; Desde o início, o DDH estava ligado ao poder público, começando com o Disque-AIDS, que tinha financiamento público durante alguns anos. Na segunda fase, quando o DDH foi

aberto, a ligação com a Secretaria de Segurança Pública se tornou chave, às vezes ocupando um primeiro plano em notícias que saíram na mídia. De fato, quase todos as instâncias de diálogo entre os grupos homossexuais e as forças policiais eram mediadas pela Secretaria de Segurança Pública. Essa inserção no Estado, um ponto forte da iniciativa quando havia interlocutores no governo, tornou-se um ponto vulnerável do projeto quando Luiz Eduardo Soares e sua equipe saiu do governo em Março de 2000. Naquele momento, os grupos ficaram sem interlocutores e a relação com a polícia – um ponto crítico do projeto – se fragilizou, comprometendo o encaminhamento de denúncias às autoridades públicas e, no final, a legitimidade do serviço.

A relativa inexperiência por parte dos grupos em lidar como parceiro com os órgãos de segurança pública:

No início da parceria, nenhum dos grupos havia trabalhado diretamente com os órgãos de segurança pública, implicando um desconhecimento da organização institucional e dos procedimentos burocráticos dessas instituições. A parceria com a polícia, sobre tudo, dependia basicamente de um grupo reduzido de aliados dentro das polícias, que estavam dispostos a atuar não apenas com o DDH, mas com as outras iniciativas da Sub Secretaria de Pesquisa e Cidadania. Com a mudança no governo em Março de 2000, essas alianças mudaram e o DDH ficou sem os aliados que estavam presentes no início.

É bom lembrar que na única outra área em que há uma tradição de parceria entre grupos homossexuais – a AIDS – a experiência de parceria entre o governo e a sociedade civil vem se desenvolvendo ao longo dos últimos 15 anos.

Nesse caso, o desconhecimento mútuo é quase total, implicando em um período de aprendizagem bastante prolongado.

· Um novo modelo de administração pública que enfatiza parcerias com a sociedade civil como medida de eficiência administrativa:

Uma das características do governo estadual no período da pesquisa foi a ênfase em parcerias com a sociedade civil como uma medida de baixo custo para aumentar a eficácia de políticas públicas e a eficiência do seu provimento. Essa lógica é relativamente simples: trabalhos realizados em parceria com organizações comunitárias colocam o conhecimento acumulado dessas entidades, junto com a capilaridade das suas relações locais, à disposição do governo. É importante observar que esse modelo tende a enfatizar eficiência administrativa, e o fato de que essa estratégia não implica na contratação de novos funcionários públicos.

Em vários momentos antes da saída de Luiz Eduardo Soares e sua equipe, o DDH foi mencionado como um exemplo de um projeto “realizado a custo quase zero” que aumentava a eficácia dos serviços policiais. De fato, esse cálculo de custos não considera o tempo e experiência dos voluntários, militantes e outras pessoas que se engajaram com o projeto. Nesse caso, a idéia de “parceria” significava, entre outras coisas, que grupos homossexuais iriam doar seu tempo, energia e conhecimento especializado. Por parte do governo, o investimento de recursos nas organizações homossexuais foi mínimo, limitando-se aos salários dos poucos funcionários alocados à nova Sub-Secretaria e o gerente do DDH. Na prática, essa estratégia criou uma situação em que os grupos que mais precisavam do

reconhecimento das suas necessidades na área de segurança pública eram chamados para doar seu tempo, talento e energia ao próprio governo que antes ignorava seus problemas.

Embora a trajetória da experiência do DDH traçada aqui seja negativa em vários aspectos, é importante lembrar que foi uma iniciativa pioneira e terá um impacto a médio e longo prazo que não poderá ser avaliado aqui. Se os grupos homossexuais tiveram dificuldade de lidar com os órgãos de segurança pública, também tiveram uma oportunidade de ir além da denúncia, obrigando-se a pensar do ponto de vista de instituições policiais que, muitas vezes, seguem lógicas burocráticas que resistem a qualquer mudança. Sobre tudo, o esvaziamento do Fórum do Centro de Referência indica um problema não apenas de congestão de uma nova abordagem à segurança pública, mas também da relativa fragilidade da comunidade homossexual do Rio de Janeiro. O Disque-Defesa Homossexual não foi a primeira iniciativa para melhorar as condições de segurança de gays, lésbicas e travestis no Rio, mas foi o primeiro projeto pautado em uma parceria entre os governo do estado e entidades comunitárias. Por essa razão, devemos avaliar a experiência como uma oportunidade de refletir sobre os desafios atuais para a comunidade homossexual na área de segurança pública, e não apenas como um projeto isolado.

O impacto do DDH no governo do estado do Rio de Janeiro merece uma menção específica. É significativo notar que o governo não apenas deu início a uma nova parceria com grupos homossexuais. O governo do estado também optou por começar essa iniciativa com a comunidade homossexual com

algumas das suas instituições mais conservadoras— as polícias Militar e Civil. Por sua vez, os grupos homossexuais começaram a atuar de forma prática em uma área em que tinha pouca ou — como na maioria dos casos — nenhuma experiência. Como é o caso para a maior parte do público, as instituições de segurança pública e justiça estavam basicamente fechadas à possibilidade de colaboração com grupos homossexuais. Começar a atuar junto com essas instituições implicava um investimento significativo de recursos materiais e de energia, um empreendimento de risco considerável para grupos que contavam com uma crônica escassez de recursos. Mas também foi um investimento que, de forma especulativa, pode render futuras parcerias. Desse ponto de vista, os últimos 15 meses poderiam ser vistos como um ensaio, ou como um sinal de iniciativas e parcerias que começarão a se desenvolver no futuro próximo.

O Disque Defesa Homossexual e o Centro de Referência tiveram suas origens em uma conjuntura peculiar do poder público e dos interesses das organizações de gays, lésbicas e travestis da área metropolitana do Rio de Janeiro. Na história recente das organizações homossexuais do Rio de Janeiro, como as de outras regiões do País, observa-se uma tentativa de formular uma resposta sistemática à violência. Mas essa é a primeira vez que esse o tema é elevado ao nível de uma política pública, com articulações entre entidades homossexuais e as duas principais forças policiais. Mesmo assim, não chegou a ter as mesmas dimensões que outros assuntos que viraram objetos consagrados de políticas públicas nessa área — como é o caso de violência doméstica ou discriminação racial. Talvez um dos pontos mais frágeis do projeto seja o fato de não ter dado nenhuma formalidade à iniciativa. O Centro de Referência,

como o Disque Defesa Homossexual, não têm estatuto formal, existindo apenas como idéias que se concretizaram, mas poderiam se extintas sem qualquer constrangimento legal. É possível que essa falta de formalidade reflita o grau de maturidade da idéia. Certamente, as entidades homossexuais e os órgãos de segurança pública ainda não chegaram ao formato ideal ou final da sua parceria. Mas sem algum grau de formalidade, essa iniciativa se tornou muito vulnerável a um esvaziamento por parte do governo estadual.

É instrutivo examinar a história de parcerias entre organizações homossexuais e agências do governo. No caso do Rio de Janeiro, o impacto da AIDS nessas organizações é particularmente notável. Nos anos 90, as organizações não governamentais que trabalhavam com AIDS produziram uma mudança fundamental nas estratégias adotadas pelo estado para combate à epidemia. Entre essas organizações, os grupos de gays, lésbicas e travestis que foram fundados ou que passaram a atuar nesse campo também sofreram mudanças significativas através de parcerias com o Estado na área de saúde. No Rio de Janeiro, a experiência com AIDS propiciou não apenas experiência prática na gestão de projetos administrados pelo "setor sem fins lucrativos", mas também a acumulação de experiência em lidar com oficiais do Estado. Essa experiência foi fundamental na articulação com o governo para a formulação de uma iniciativa de segurança. Desde a concepção de um serviço telefônico para atender a denúncias de homossexuais à formulação do Centro de referência com uma equipe de voluntários, a AIDS serviu – direta e indiretamente – como uma referência. De modo geral, os grupos e indivíduos com mais experiência administrativa e política com a

AIDS foram os que se destacaram com a questão da violência também. Sobre tudo no início da epidemia da AIDS, as parcerias com o governo não foram caracterizados por seu sucesso. De fato, a maior parte das iniciativas durante os primeiros cinco anos da epidemia fracassaram e produziram novos problemas para a relação entre autoridades sanitárias e a comunidade homossexual. Mas, ao longo da primeira década da AIDS, tanto as entidades civis quanto os órgãos governamentais chegavam – de forma lenta e imperfeita – a uma estratégia viável de colaboração. Esse talvez seja o caminho para o problema da violência contra homossexuais.

A disposição do Estado de atuar junto com grupos homossexuais também foi influenciado pela AIDS. Primeiro, a epidemia deu uma base prática a oficiais e integrantes de organizações para realizar trabalhos em parceria. Desde o final dos anos 80, representantes de grupos homossexuais estavam presentes, por exemplo, no Conselho Estadual de AIDS. Depois, passaram a participar de conselhos municipais e federais, conquistando um papel importante na administração de recursos do Programa Nacional de Controle e Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS. Nos anos 80, o estado do Rio de Janeiro não contava com quadros adequadamente preparados para formular políticas bem sucedidas para homossexuais do sexo masculino. De forma consistente com essa deficiência, as primeiras estratégias adotadas para o controle da AIDS foram rejeitadas publicamente por grupos homossexuais por serem preconceituosas e ineficazes. Sem o respaldo do público alvo, qualquer política de prevenção percebida como mal formulada e até agressiva teria uma eficácia muito reduzida. Por isso, o trabalho



em parceria com organizações de homossexuais tornou-se uma estratégia administrativa, remediando uma deficiência nos quadros do estado e aumentando a eficácia das estratégias adotadas.

Nota-se que essa estratégia se mostrou atraente em termos econômicos, uma vez que criou parcerias de conjuntura, visando a solução de problemas específicos sem aumentar o número de funcionários públicos e sem a expansão de instituições já existentes. Ao longo da década de 90, a visibilidade e aparente sucesso de articulações entre governo e "comunidade" tornaria a AIDS, e os grupos homossexuais exemplares de um novo paradigma administrativo. Esse paradigma estava presente de várias formas no início do projeto de pesquisa: na presença de funcionários do Estado que haviam passado por organizações comunitárias, num consenso quanto à necessidade e eficácia (pelo menos em potencial) de parcerias desse tipo. É importante destacar que essa estratégia pressupõe a existência de quadros dentro dos grupos homossexuais capazes de contribuir para a formulação do novo modelo administrativo. De fato, foi isso que aconteceu, mas observamos que os grupos homossexuais não apenas influíram a formação de políticas públicas relacionadas à AIDS, também foram transformadas por seu engajamento com a epidemia. Dos grupos que participaram do Fórum, os mais assíduos foram precisamente aqueles que mais experiência tinham com projetos ligados à AIDS, pois entenderam a importância da sua persistência e que a continuidade da iniciativa dependia do seu empenho nos primeiros anos.

### **3- O contexto associativo: grupos de gays, lésbicas e travestis da área metropolitana do Rio de Janeiro**

Nesse ou em qualquer estudo sobre grupos identitários, há um problema básico em definir as fronteiras da "comunidade". Na literatura sobre homossexualidade, há uma preocupação em definir como homossexuais aqueles que se identificam com esse termo e suas implicações sexuais. Nessas definições, nota-se uma preocupação com a dimensão psicológica da homossexualidade, que se manifesta ou através de uma "orientação" ou "opção" sexual que difere do padrão heterossexual. Nesse capítulo, nosso interesse está nas manifestações sociais da homossexualidade, as formas de sociabilidade, de organização política e de articulação que se associam às entidades freqüentadas por pessoas que se identificam como gays, lésbicas ou travestis. Sabíamos, de ante mão, que essa definição iria excluir boa parte de uma população bem maior de homens e mulheres cuja preferência sexual é por pessoas do mesmo sexo. Essa exclusão é proposital. Como a pesquisa enfocou respostas "comunitárias" à violência, optamos por estudar a homossexualidade como se apresenta através de grupos organizados, seguindo um viés informado mais por estudos de organizações da sociedade civil do que por estudos sobre minoridade ou orientação sexual. Aqui, incluímos apenas redes formais de pessoas que se identificam como integrantes de uma "comunidade" de gays, lésbicas e travestis, e que são assim identificados por outros que se apresentam como membros dessa comunidade.

Por redes formais entendemos o conjunto de associações, clubes, movimentos, organizações não governamentais e até empresas do setor privado que se dirigem a um público homossexual (isto é de gays, lésbicas e travestis) e são freqüentados por pessoas que assim se auto identificam. Para os fins desse relatório, consideramos esse conjunto de instituições formais como compondo o capital social de que qualquer iniciativa ou proposta para a “comunidade organizada” de homossexuais dispõe. Esse capital possibilita tais ações e impõe limites a elas também – uma vez que esse capital tem particularidades históricas e sociais. Por exemplo, se a grande maioria de tais associações é de natureza social, oferecendo espaços de sociabilidade e rejeitando uma politização explícita das atividades do grupo, a administração de um projeto financiado com dinheiro público pode representar um desafio. De modo igual, se a maior parte dessas entidades atende a um público masculino, seria razoável esperar que os significados associados ao termo violência refletissem esse viés social.

Em termos práticos, para os fins dessa pesquisa, nós incluímos grupos e organizações que se apresentam como parte da “comunidade” de gays, lésbicas ou travestis. Denominamos esse conjunto de entidades constitui a única interface com legitimidade política e social para o estabelecimento de um diálogo com o poder público. O termo “comunidade homossexual” integra uma diversidade de significados, incluindo desde empresas com um público basicamente homossexual até organizações que atuam exclusivamente na esfera política. Às vezes, essas entidades mobilizam o termo “movimento” para se referir a uma unidade entre os grupos de gays, lésbicas e travestis, sobre tudo na interfaces entre essas entidades e o

poder público. Como argumentamos ao longo desse relatório, a diversidade de propostas e perspectivas entre as entidades que compõem a “comunidade” é notável e, à primeira vista, parece contradizer a existência de um só “movimento” de homossexuais no Rio de Janeiro. Por outro lado, tanto a idéia de “comunidade”, quanto a de “movimento” sugerem um ideal, um bloco político ou social que reafirma a posição minoritária desses grupos em relação a grupos ou interesses que não se definem nem são definidos por orientação sexual.

Como é composto esse universo no Rio de Janeiro? Quais os grupos que se auto denominam integrantes de uma comunidade de gays, lésbicas e travestis na região metropolitana? A seguir, apresentamos uma tabela com a lista de organizações e entidades a que tivemos acesso ao longo da pesquisa:



### Organizações de Gays, Lésbicas e Travestis:

Nome do grupo	Âmbito de atuação	Público Principal	Tipo Organizacional
ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis)	Nacional, com sede no grupo Arco Íris do Rio de Janeiro	Misto	Político
ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados)	Nacional, com sede no Rio de Janeiro. Projetos locais.	Travestis	Político, assistencial
Água Viva	RJ – capital	Travestis	Assistencial
Atobá	RJ – capital	Misto, com predominância de homens	Política, social
Arco Íris	RJ – capital	Masculino; Também tem um grupo de lésbicas	Político, social
COLERJ	RJ – capital	Lésbicas	Político (desativado no momento da pesquisa)
Convivência Cristã	RJ – capital	Misto, com predominância de homens	Social, religiosa
Entre Nós (Crioula)	RJ – capital	Lésbicas	Política, social (desativado ao longo da pesquisa)
Grupo 28 de Junho	Nova Iguaçu, Baixada	Grupo misto, com predominância de	Política, social

Ao longo da pesquisa, tivemos notícia da existência de vários outros grupos, mas não conseguimos fazer contato. Esses grupos incluem a Associação Fé e Esperança, a Associação de Gays e Amigos de Nova Iguaçu (AGANI), o grupo Nobreza de Petrópolis e a Associação Madame Satã de São João de Meriti. Tampouco incluímos diversas empresas que servem a comunidade homossexual e que se empenham com suas causas, como as revistas *Sui Generis*, *Grito G* e *Em Tempo*. Realizamos entrevistas com lideranças e/ou visitas a todos os grupos listados na tabela ao longo da pesquisa. Os objetivos eram dois: entender o funcionamento e estrutura dos grupos e mapear seu envolvimento com o tema da violência homofóbica ao longo do projeto.

Dois dos grupos têm uma atuação no âmbito nacional: a ABGLT e a ASTRAL. A primeira dessas entidades é uma organização "de classe", que pretende reunir os interesses das organizações homossexuais do País. O número de entidades associadas variou significativamente ao longo do projeto. No início, fomos informados que o grupo tinha em torno de 90 entidades afiliadas. Mas no final da pesquisa, esse número parece ter diminuído: no Rio de Janeiro vários grupos pediram o desligamento formal com a ABGLT em função de dissidência sobre a missão e a administração da entidade. Já a ASTRAL tem uma atuação mais forte na região metropolitana do Rio de Janeiro, mas ajuda a organizar um encontro nacional de travestis. Ambos grupos foram fundados nos anos 90 e têm fortes ligações com a Coordenação Nacional de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, que é um dos patrocinadores mais importantes das suas atividades.

Outro grupo com uma atuação nacional não está presente nessa lista. O Grupo Gay da Bahia tem tido um impacto muito importante por oferecer uma visibilidade à causa homossexual e por suas publicações sobre as violações dos direitos de homossexuais no Brasil. Essas publicações, que saem anualmente desde 1995, servem para aumentar a visibilidade do problema da violência contra homossexuais e servem um papel pedagógico: ao mostrar os dados sobre violência, os relatórios anuais ensinam militantes locais a coletar dados e torná-los públicos. Nesse sentido, o Grupo Gay da Bahia está presente entre os grupos do Rio de Janeiro, muitas vezes servindo como fonte de informação, às vezes servindo como exemplo de como atuar e às vezes assessorando grupos locais. É importante assinalar que o Presidente do Grupo Gay da Bahia, Luiz Mott, é também Secretário de Direitos Humanos da Associação de Gays, Lésbicas e Travestis.

O conjunto de grupos também tem outras características importantes: com a exceção do Grupo Atobá, o Momento D'Ellas e a Turma OK, todas as entidades foram fundadas nos anos 90. Os grupos que se auto denominam como sendo de natureza social, como a Turma OK, são mais antigos. Quanto mais "política" a natureza do grupo, mais recente sua fundação, com a única exceção dos grupos assistencialistas, que são da segunda metade dos anos 90. Dos 13 grupos, apenas dois não tinham um estatuto formal, permitindo que o grupo recebesse dinheiro formalmente. Quase todos sobreviviam com um sistema de "mensalidades", doações regulares dos sócios. Somente quatro dos grupos tinham, no momento da pesquisa, algum projeto financiado com dinheiro público, sempre ligados à AIDS.

À primeira vista, parece haver um certo equilíbrio entre grupos que atendem a um público de mulheres, homens e travestis. De fato, se o peso de cada grupo fosse relativo ao número de freqüentadores, a predominância de homens iria aparecer com nitidez. Três dos 13 grupos contabilizam mais de 50% do público. As organizações com um público predominantemente feminino tendem a ter menos recursos financeiros, menos experiência com a administração de projetos e mais fragilidade em termos organizacionais. Dois dos grupos de lésbicas estavam desativados no momento da pesquisa. A predominância masculina também se reflete na distribuição de recursos: dos poucos projetos financiados, dois ou três contabilizam quase todo o dinheiro. Os grupos que reuniam membros de classe média também eram basicamente masculinos, dando outro aspecto ao público da comunidade homossexual organizada. Os homossexuais do sexo masculino predominavam no sentido numérico e agregavam a maior parte dos recursos materiais. Como se pode prever, a concentração de recursos às vezes criava um clima de desconfiança, que certamente contribuiu para o desligamento dos grupos fluminenses da ABGLT no começo de 2001.

Os grupos que atendem a um público predominantemente masculino também têm outra marca: uma passagem pela AIDS. Dos 12 grupos pesquisados, cinco têm um público basicamente masculino. Desses, 4 têm ou já tiveram projetos relacionados à AIDS, na maior parte dos casos com dinheiro do Programa Nacional em Brasília ou do Programa Estadual de AIDS. Das organizações que trabalham com travestis, uma já teve ou tem um projeto relacionado à AIDS com financiamento público. E a ABGLT estava coordenando um programa nacional para treinar lideran-

ças homossexuais para elaborar projetos nessa área. Em outras palavras, a AIDS tem uma forte presença nessas organizações, e essa presença tem uma forte marca masculina.

Essa experiência é muito significativa. Dois dos grupos que mais se fizeram presente no DDH têm projetos relacionados à AIDS. Presente desde o início do projeto, o grupo Atobá fundou o Disque-AIDS. O Secretário da ABGLT estava na coordenação de um projeto de abrangência nacional. Essa experiência certamente tem um peso na formação de quadros capazes de atuar junto a autoridades do governo.

Esse fator talvez ajude a explicar a predominância de homens na administração do DDH. Grosso modo, os voluntários foram recrutados de grupos predominantemente masculinos. Isso criou uma situação em que boa parte dos grupos não se sentia diretamente envolvido no dia a dia do DDH, a única iniciativa do Centro de Referência de grande visibilidade. O Fórum tendia a favorecer os grupos com um número maior de membros e com experiência com a execução de projetos ligados à AIDS. Ambos fatores pareciam contribuir à não-inclusão de mulheres e travestis no Fórum e como voluntários do DDH.

#### **4- Concepções de violência na pauta dos grupos homossexuais**

No último capítulo do relatório, observamos como o significado de violência varia segundo classe, local geográfico, gênero e sexo. As entrevistas individuais revelaram não apenas diferenças quanto aos significados de violência e conflito, apontam também para divergências quanto à definição das prioridades para uma resposta coletiva a esse problema. Aqui, chamamos atenção para uma outra variável importante: para se tornar passível de intervenção, problemas relacionados à violência, conflito e minoridade sexual passam por outro filtro: o dos grupos, associações e circuitos sociais formais que compõe a "comunidade homossexual" organizada. Essa instância de definição é a interface entre a esfera privada e pessoal e a esfera pública – onde ocorre a negociação entre o que é um problema propriamente político e o que é um problema de cada um. Os grupos e associações compõem um espaço onde o vocabulário de políticas públicas se confronta com e se transforma através das experiências e perspectivas que são peculiares às minorias sexuais no Rio de Janeiro. É nesse espaço que os atos de agressão física ou de discriminação se transformam em objetos de intervenção política. A ferida resultante de uma pedrada em frente a uma boate gay não é mais apenas um caso de lesão corporal, ato previsto no código penal e passível de uma intervenção padronizada da polícia e sistema judiciário. Transforma-se em uma manifestação do preconceito contra uma categoria de pessoa definida por sua orientação sexual, como evidência física para a necessidade de desenvolver respostas específicas não apenas para esse tipo de agressão, mas também para o preconceito social em que se inspira.

Como não há uma única definição de violência ou conflito, tampouco há consenso quanto à resposta mais adequada, seja por parte dos grupos da "comunidade", seja por parte do estado. Mas, os atores comunitários conseguiram chegar a um ponto em que se não havia consenso, havia pelo menos uma massa crítica para uma mobilização em torno da violência contra homossexuais. A seguir, apresento algumas observações sobre a maneira em que a violência e o conflito entraram na pauta e no discurso das entidades homossexuais:

A violência homofóbica "nobre" tende a envolver agressões físicas; No discursos dos grupos mais politizados, o caso clássico é do assassinato brutal de um homossexual motivado por ódio a homossexuais. Muitos grupos apresentam esses casos de violência física como o maior problema que a comunidade homossexual. Certamente, tais casos despertam mais interesse na mídia do que outros. Casos de discriminação sutil, de exclusão de oportunidades ou de extorsão tendem a ocupar um segundo plano. Casos envolvendo agressões domésticas e conflitos familiares freqüentemente nem aparecem no discurso público sobre o problema da violência contra homossexuais.

Para os grupos que reúnem um público de classe média, a trauma psicológica provocada pela discriminação aparece como o problema mais importante; Tanto na pauta dos grupos, quanto no discurso de lideranças, problemas na esfera doméstica, na escola, no local de trabalho e com vizinhos compõem um universo de conflito básico que afeta homossexuais de forma diferencial. Mesmo assim, esse discurso não chega a ser elaborado como tendo a violência

homofóbica como seu foco principal. Fala-se em discriminação e exclusão, mas parece haver um consenso quanto à necessidade de agressões físicas para falar em “violência homofóbica” em público. Alguns grupos promovem palestras para falar desse universo de problemas, mas não fazem a ligação com serviços como o DDH. Grosso modo, esse tipo de problema é tido como sendo de natureza psicológica e pessoal, não entrando em discursos sobre política.

· Para grupos que atendem um público de travestis, problemas com a polícia aparecem com mais frequência;

Tema recorrente no discurso de lideranças de grupos que atendem um público de travestis e nas entrevistas com travestis, problemas com agentes do poder público atingem esse grupo de forma diferencial. A falta de recursos sociais certamente contribui para o sentimento de frustração com os serviços da polícia, por exemplo. Essa experiência implica que serviços como o DDH têm que atuar junto a esses órgãos para conquistar a confiança desse público.

Um dos desafios dessa pesquisa tem sido entender a relação entre a “comunidade organizada” composta por diversos grupos de minorias sexuais e as políticas públicas que se propõem a minimizar o impacto da homofobia. Essa relação tem variado de forma significativa ao longo da execução do projeto de pesquisa. Modalidades específicas de vitimização, como o crime conhecido como “Boa Noite Cinderela” (uma modalidade de golpe envolvendo o uso de soníferos), sugerem uma definição específica de violência, um público-alvo para uma intervenção e uma gama relativamente limitada de opções para minimizar a frequência de tais crimes. Conflitos

que não ocorrem em espaços públicos – como conflitos domésticos ou trabalhistas – podem ter também uma relação estreita com a homofobia, mas pensam idéias de crime, sexualidade e resolução de conflitos de outra forma. Ambos casos acabam definindo sexualidade de formas distintas (no primeiro caso, como possível motivo de sociabilidade em um espaço público ou semi-público; no segundo, como eixo de união e de discórdia no âmbito familiar), fato que tem consequências importantes para pensar políticas públicas. Homossexual é aquele que frequenta bares, boates ou outros espaços públicos ou semi-públicos assim demarcados? Ou é aquela pessoa com uma vida clandestina ou semi-clandestina que vive um conflito constante com pais, irmãos ou até com seu cônjuge? A princípio, não parece haver necessidade de escolher entre essas duas opções; em termos conceituais, não são definições excludentes. Mas em termos operacionais, para elaborar e executar uma estratégia de combate aos conflitos que atingem homossexuais

## **I. Conclusões:**

Desde o início, as parcerias entre o Estado e as organizações de gays, lésbicas e travestis no combate à violência contra homossexuais foram marcadas por várias desigualdades estruturais. Com poucas exceções, os grupos contam apenas com a colaboração de voluntários. Quase todos os grupos da área metropolitana do Rio de Janeiro servem a um público misto em termos sócio-econômicos; a maior parte desses grupos serve um público de classe média baixa ou de classe trabalhadora. Em muitos casos, os grupos têm dificuldades de manter-se em contato com outros grupos do Rio de Janeiro. Uma conta telefônica pode representar um peso

financeiro insuportável para um grupo que tem uma renda limitada às mensalidades pagas pelos freqüentadores.

Nesse contexto, o Estado sempre entra com um peso desigual. Se os grupos detinham um conhecimento específico sobre como formular e executar intervenções para reduzir a freqüência de crimes contra homossexuais, o governo do estado possuía uma infra-estrutura além das possibilidades de qualquer das organizações participantes do fórum do Centro de Referência. Como o Centro não tinha estatuto legal, e era basicamente uma criação de um subsecretário de Segurança Pública que havia saído, estava sujeito aos caprichos do novo secretário.

Com essa perspectiva, não é difícil entender por que a participação dos grupos no Fórum foi diminuindo ao longo do tempo, deixando a parceria entre o governo do estado e as entidades homossexuais vulneráveis a uma crise profunda quando Luis Eduardo Soares e sua equipe saiu da Secretaria de Segurança Pública. Por um lado, a participação no Fórum seguia uma lógica previsível. No início, havia mais entusiasmo e disponibilidade de tempo por parte dos grupos. Uma vez que o ritmo inicial do DDH foi estabelecido, muitos grupos deixaram de participar regularmente do Fórum, e pensando que a parceria havia chegado a um ponto estável. Também, a forma inicial de administrar o DDH e o Fórum privilegiava certos grupos em detrimento de outros; alguns integrantes dos grupos que tinham poucos ou nenhum voluntário trabalhando no DDH deixaram de freqüentar as reuniões.

No momento inicial da crise provocada pela troca da equipe de assessores que deu início à parceria com o estado, houve uma

tentativa de reunir esforços e de garantir que o trabalho tivesse continuidade. Mas, como os grupos não tinham estrutura ou fôlego para manter o Fórum funcionando, acabaram deixando as coisas como estavam no momento inicial da crise. Essa era uma saída que oferecia pouca resistência; o coordenador do DDH era um funcionário público, os voluntários compareciam ao serviço com alguma regularidade. Mas essa estratégia mostrou-se perigosa: dentro de pouco tempo a insatisfação dos voluntários chegou a um ponto quase insuportável.

Mesmo não tendo alcançado todos seus objetivos, a tentativa de elaborar uma política pública para o problema da violência contra homossexuais é de grande importância. Como é quase consensual no mundo contemporâneo, as iniciativas do Estado – mesmo em áreas que seriam da sua responsabilidade exclusiva – tornam-se mais eficazes quando há uma participação efetiva dos públicos-alvo. Nesse caso, essa sinergia se torna ainda mais evidente, tanto pela inexperiência relativa dos órgãos de segurança pública e justiça na formulação de projetos para garantir a segurança de minorias sexuais, quanto pela relação historicamente difícil entre as autoridades públicas e gays, lésbicas e travestis. Espera-se que a experiência e o conhecimento acumulados ao longo dessa experiência possam contribuir, tanto para a continuidade do DDH, quanto para o desenvolvimento de iniciativas nessa área no futuro.

#### Nota:

\*Patrick Larvie é coordenador geral do ISER e coordenador do projeto Violência e Minorias Sexuais.



### 3- O que se conta e como se conta: *Um pouco da história do DDH\**

---

Hildeberto Vieira Martins\*\*

A história que pretendo contar não tem o estatuto de "a verdade" sobre o DDH (Disque Defesa Homossexual), ela é antes de tudo uma das possíveis interpretações sobre o programa criado em julho de 99, dentro da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Pretendo falar dessa história de um modo peculiar, privilegiando um evento, entre os muitos que fizeram parte das histórias do serviço. Escolho esse caminho por acreditar que tal evento contém vários aspectos que são relevantes para entender as dinâmicas que possibilitaram a criação, consolidação e os eventuais problemas por que passou o DDH na sua curta, porém produtiva existência. O ponto de partida privilegiado é a reunião de avaliação do primeiro ano do DDH. Nela estavam presentes várias pessoas que haviam contribuído de maneira significativa para a criação e a continuidade do projeto. Além disso, a idéia principal da reunião era perceber e discutir os principais avanços e os consequentes problemas apresentados pelo "desgaste natural" que um serviço voltado para tal temática poderia ter. Certamente, trabalhar com a violência e tentar dar a melhor assistência possível à demanda que surgia não era uma tarefa das mais tranquilas e fáceis.

Por ter feito essa escolha, minha narrativa não começa a partir do marco zero, ou seja, da data oficial da criação do serviço (o primeiro dia do mês de julho de 1999). Resolvi optar por esse salto temporal não apenas por estar interessado no modo como os atores envolvidos reconstróem sua própria história, mas também por achar que o recurso poderia ser útil para perceber as tensões existentes em um projeto de grande apelo social, mas que nunca foi incorporado realmente pela política "social" do atual governo do estado. Do meu ponto de vista, a política de segurança pública

no âmbito da qual o DDH foi criado era projeto de poucos visionários para quem essa nova proposta deveria ser construída não por um único segmento da sociedade, mas por parcerias, congregando os mais variados aliados. Buscava-se uma sociedade mais justa e igualitária, mais próxima do ideário individualista que caracteriza a sociedade ocidental moderna. São justamente tais parcerias e as tensões que elas geraram que estarão em foco nesse trabalho.

Acredito que essa pequena história permite discutir e dar certo relevo às relações que têm sido estabelecidas entre a sociedade civil organizada e o Estado brasileiro. Gostaria de esclarecer ainda que, ao fazer essa pesquisa, acreditei que poderia encontrar um "campo minado", já que trabalhar com atores tão diversos implicaria trabalhar com realidades as mais diversas, o que naturalmente acarretaria tensões, conflitos nas relações que se estabeleceriam. Mas falar de histórias, de lutas, da vida nos coloca à mercê de acontecimentos e sentimentos inesperados. Cabe ao pesquisador tentar apreendê-los e transpô-los ao texto. Não sei se consegui, mas vamos ao que interessa: a história.....

#### **Fatos Marcantes, Acontecimentos reveladores**

Com a iminência da chegada do aniversário de um ano do DDH, um dos parceiros do empreendimento, o ISER (Instituto Superior de Estudos da Religião), resolveu organizar uma reunião de avaliação do programa em sua sede, na Glória. Além da festa que estava planejada, o intuito do evento era discutir como o serviço estava funcionando naquele momento e o futuro do projeto. Até aquela

ocasião, o ISER já havia participado ativamente de outras atividades ligadas ao DDH, tendo feito, inclusive, o treinamento dos voluntários que trabalhavam no atendimento. Esse evento aconteceria num sábado à tarde e, para ele, foram convocados todos os parceiros: militantes dos grupos homossexuais cariocas, executores do projeto no âmbito da Secretaria e pesquisadores que assessoravam a implantação do serviço. Antes de prosseguir, gostaria de deixar claro o que estou chamando aqui de "militantes", "executores do projeto" e "pesquisadores". E isso é fundamental, pois durante todo o acompanhamento da criação do DDH, tarefa que me coube como pesquisador ligado ao ISER e à UERJ, pude perceber que havia uma disputa, nem sempre velada, pelo controle do programa e pela definição de seu "verdadeiro" papel. Tais categorias são analíticas e me servem para melhor tentar explicar a dinâmica que atravessava as falas e atitudes desses atores sociais. São "tipos ideais", à maneira de Weber, já que se misturam em um mesmo indivíduo concreto, agente empírico. Nessa história, existem "militantes - executores dos projeto", pesquisadores - militantes" "executores - pesquisadores". Se utilizo esse recurso é simplesmente na tentativa de facilitar o entendimento dos conflitos e problemas ocasionados pelo lugar que cada um ocupava na visão de seus opositores. Parece ser possível atribuir aos diferentes atores mais um "papel" do que outro. Os atores dessa história falam do lugar institucional que lhes é possível, ou seja, cada um ocupa seu "papel" para poder, com isso, afirmar a veracidade de seus argumentos e das suas ações. Ninguém fala de um lugar neutro e o que está em jogo nesse momento é mostrar qual é o lugar que cada um se atribui na criação do DDH. Para os "militantes", o DDH era uma conquista do movimento homossexual

organizado e eles deveriam, por isso, ter uma maior ingerência no serviço. Entre os "militantes", incluo basicamente os líderes dos grupos homossexuais cariocas que acompanhavam de perto sua implantação e boa parte dos voluntários que nele trabalhavam, recrutados entre os participantes do grupo. Já os "executores" viam o projeto como uma afirmação da viabilidade das novas propostas de segurança pública, que procuravam garantir ao cidadão os direitos básicos que lhe teriam sido negados até então (não eram e não são gratuitos o temor e a desconfiança que o cidadão brasileiro deposita nas instituições públicas de segurança). Essa categoria abarca todos aqueles que ficaram encarregados da execução administrativa e política do projeto como funcionários da Secretaria<sup>1</sup>. Na visão dos "pesquisadores", o serviço era um inédito objeto de pesquisa, pois poderiam mostrar, através dele, como Estado e sociedade civil organizada poderiam se articular em prol de uma nova política de segurança. Os atores incluídos nessa categoria são representados pelos parceiros que não tinham vínculos diretos com os grupos homossexuais e nem ocupavam cargos na hierarquia administrativa do DDH, estando vinculados a ONGs ou à Universidade. Todos tinham interesse em acompanhar de perto o desenvolvimento do programa e por isso a importância da participação de todos naquele dia em que se celebrava seu primeiro aniversário. Estava planejado, ainda, um coquetel para a comemoração simbólica do aniversário do DDH. Essa reunião foi bastante importante por revelar claramente alguns dos conflitos que pareciam estar presentes desde o começo da criação do serviço. Vou tentar agora apresentá-los, buscando fazê-lo através de cortes temporais que facilitem o entendimento dos desdobramentos das etapas que permitiram a criação, consolidação e as futuras crises pelas quais o DDH passou.

## ***E todos estão reunidos***

Como havia dito, a reunião aconteceu numa tarde de sábado, no ISER. Eu, como membro da equipe de pesquisa do ISER e mestrando da UERJ, e um dos então coordenadores do DDH<sup>2</sup> havíamos ficado encarregados de elaborar uma dinâmica que possibilitasse a discussão dos avanços, problemas e resultados conquistados nesse primeiro ano<sup>3</sup>. A reunião era também uma reivindicação da coordenadora à equipe do ISER, já que ela percebia certos problemas que estavam interferindo no andamento do projeto. Devido à participação ativa que desempenhava junto ao DDH, o ISER percebia que a reunião seria o momento propício para que os problemas vividos pelos voluntários do serviço fossem discutidos por todos os que acompanhavam o trabalho do DDH. As queixas, muitas vezes, eram direcionadas aos executores do projeto, principalmente em relação à falta de assistência na resolução de problemas oriundos do atendimento aos seus usuários. Alguns voluntários se sentiam com isso "entregues à própria sorte". A reunião não deixava de ser uma oportunidade de colocar "em xeque" os então executores e mostrar as falhas políticas e administrativas que estavam ocorrendo. Por isso, a importância da participação de todos os voluntários, já que a partir daí a intervenção poderia ser vista como uma demanda do próprio serviço.

Quando cheguei ao ISER, só estavam presentes poucos voluntários, o que me levou a temer o fracasso da proposta, pensando que a falta de participação poderia ser mais um indício da desmotivação que eu já vinha notando em parte deles<sup>4</sup>. Tínhamos, ainda, o interesse de distribuir um questionário para que eles respondessem sobre a sua percep-

ção em relação ao primeiro ano do serviço. Enquanto organizávamos a sala para a reunião, algumas pessoas foram chegando, o que me deixou mais tranquilo. Já estavam presentes líderes do movimento homossexual, antigos executores do projeto, que vinham mostrar os últimos dados sobre o serviço, os então coordenadores e alguns voluntários. Nesse dia, entre os pesquisadores contávamos com a presença de quase toda a equipe. No total, participaram do evento 38 pessoas.

Para iniciar as discussões, sugerimos que fizéssemos uma reflexão sobre o primeiro ano do serviço ou trabalhássemos na confecção de uma linha temporal que teria como marco inicial o "nascimento" do DDH e sobre a qual os diferentes parceiros situariam os eventos que julgassem mais importantes para esta história. Essa linha seria montada coletivamente, com as lembranças e contribuições dos presentes até conseguirmos chegar àquele momento e à análise do funcionamento do serviço. Por consenso, foi sugerido que fizéssemos as duas coisas. Rapidamente, foi surgindo uma "pré-história" do DDH, o que não estava inicialmente previsto na linha temporal proposta. Essa idéia foi sugerida primeiramente por um dos pesquisadores, que chamou a atenção para a existência de tal "pré-história".

Para vários dos presentes, a história do DDH não começava no dia 01 de julho de 1999, e isso ficou claro desde o início da reunião nas falas de executores, militantes e pesquisadores. Cada um, a seu modo, tentava "contribuir" para contar a história de um serviço que, de alguma forma, tinha mudado a percepção dos grupos em relação ao apoio do Estado no que tange ao combate da violência contra homossexuais. Ficou claro para todos que o projeto tinha uma "pré-história" rica em

detalhes e fundamental para compreender como todos haviam “contribuído” para a sua realização. De fato, todos os que falavam na “pré-história” tinham sido responsáveis pelo “sucesso” inicial do programa, empenhado-se pessoalmente em sua criação.

Vários projetos foram lembrados como idéias embrionárias para o que viria a se constituir como o DDH. Iniciativas que já tinham como objetivo principal monitorar, controlar e encontrar soluções para o problema da violência contra homossexuais, dentre os quais foram lembrados: o disque-violência/disque-AIDS do grupo Atobá; o trabalho do grupo Arco-Íris de denúncia da violência contra homossexuais através do projeto “Xô Coió”; a peça teatral organizada pelo grupo o Atobá, através do grupo GHOTA (Grupo Homossexual de Teatro Amador) sobre violência policial e discriminação contra homossexuais, baseado no projeto do Teatro do Oprimido de Augusto Boal; a campanha de conscientização sobre o “Boa Noite Cinderela”<sup>5</sup> realizado pelo grupo Arco-Íris e a veiculação, cada vez mais freqüente na mídia, da violência contra homossexuais empreendida pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que teria ajudado a dar maior visibilidade ao problema. Todos esses eventos deram o impulso inicial para um movimento que estava começando a crescer devido à constante exposição na mídia dos crimes contra os homossexuais.

Ao longo de sua confecção, a pré-história do DDH foi se subdividindo em períodos mais precisos. Os participantes iam acrescentando dados à linha do tempo, o que nos obrigava a refazê-la continuamente para que pudesse contemplar toda a quantidade de informação que estava sendo apresentada de maneira entusiasmada. Tudo se passava como

se todos tivessem percebido o quanto teria sido importante o engajamento e o esforço comum para que o projeto saísse do simples “delírio coletivo” e se transformasse em uma proposta concreta. Era como se todos tivessem percebido o quanto de suas vidas e expectativas teria sido incorporado nessa idéia, que alguns anos antes poderia ser realmente considerada inexecutável. Parece que, naquele momento, a maioria tinha se dado conta do esforço e trabalho coletivo que havia sido feito em prol de uma proposta coletiva, todos querendo dar testemunho de sua contribuição. Era quase impossível controlar o volume de informação que era despejado. Quase impossível deixar de perceber que aquelas pessoas tinham investido parte de suas vidas num projeto que acreditavam ser o mais importante para a história do movimento homossexual. E isso não por ser o DDH uma “salinha” dentro da Secretaria de Segurança, mas por ser uma proposta de mudança político-institucional inovadora dentro do próprio Estado, visto até ali como distante dos apelos expressos pelos movimentos sociais organizados. Ter conseguido impor uma idéia surgida no meio das discussões realizadas pelos grupos e implementada por um governo dito “popular” era algo que há muito tempo não se via no cenário político carioca, daí um certo orgulho de se ter chegado tão longe, de estar completando um ano e ainda “estar em pé”.<sup>6</sup>

Alguns participantes diziam ainda que, em janeiro de 99, certos eventos foram os fios condutores desse processo que começava a ocupar um espaço cada vez maior nas discussões dos grupos homossexuais, das organizações governamentais ligadas à questão da violência e à discriminação contra homossexuais e dos órgãos governamentais. Nesse sentido, os militantes lembravam da manifestação no

Posto 9 (Ipanema) e da Campanha pela Paz no Rio de Janeiro, promovida pelo Viva Rio<sup>7</sup>, no âmbito da qual havia também sido denunciada a violência de lutadores de jiu-jitsu contra os homossexuais. Foi a partir daí que teriam ocorrido reuniões no gabinete do deputado Carlos Minc (PT-RJ) e a articulação de um projeto voltado ao público homossexual. Nessas reuniões, surge a idéia de uma convocação dos grupos homossexuais para que eles se articulassem para a criação de um programa de defesa contra a violência que os atingia. Dessas reuniões iria surgir o nome "DDH". Ex-executores e pesquisadores lembram-se de que a idéia do nome do serviço teria sido de um dos pesquisadores. O militantes discordavam de que o nome tivesse saído das reuniões no gabinete de Carlos Minc, lembrando que teria sido resultado de uma discussão posterior dos próprios grupos homossexuais.

Os militantes lembravam ainda que a questão da violência teria sido uma das principais preocupações apontadas pelos grupos quando da realização do carnaval gay do ano de 1999. Tal carnaval teria contado com o apoio e acompanhamento da Secretaria de Segurança Pública, que havia se comprometido em criar um esquema de segurança nos principais pontos freqüentados pelo público gay. Essa parceria teve um relativo sucesso, o que teria consolidado ainda mais a ligação entre os grupos e a própria Secretaria. Concomitante a esse evento, surgia no âmbito da Secretaria de Segurança o Fórum de Entidades, que reunia representantes dos grupos homossexuais, da Secretaria e de várias ONGs de apoio aos direitos dos homossexuais, como o IBIS e o ISER, por exemplo. Os grupos de trabalho que daí se formariam iriam discutir e refletir sobre as novas ações voltadas para a segurança da comunidade homossexual.

A antiga executora do serviço apontava que teria sido a freqüência às reuniões do Fórum e dos grupos de trabalho que permitiu que se amadurecesse a idéia do DDH. Foi acrescentado, ainda, que os grupos de trabalho saíram em parte da preocupação do Atobá quanto à sua capacidade de manter permanentemente um disque-violência.

Ao longo da reunião, pesquisadores e executores lembraram também do contexto político e social no qual o DDH surgiu. O contexto onde tal processo foi possível se deu no momento da mudança de Governo do Estado do Rio de Janeiro, quando um candidato eleito propunha criar uma nova política de segurança pública no Rio de Janeiro, cujo idealizador teria sido o sociólogo Luiz Eduardo Soares<sup>8</sup>, que passou a ocupar o novo cargo de Subsecretário de Pesquisa e Cidadania. A nova política procurava se opor à política do Governo anterior, que havia criado projetos de segurança desastrosos, pelo menos no que diz respeito aos direitos humanos<sup>9</sup>. Esses eventos teriam permitido que a articulação entre os grupos homossexuais, Secretaria de Segurança Pública, ALERJ e outras ONGs pudesse caminhar de maneira mais satisfatória, possibilitando que o DDH se tornasse realidade.

Segundo os participantes da reunião, esses seriam os elementos que teriam permitido a criação de um espaço de discussão permanente sobre violência contra homossexuais, propiciando com isso que se estabelecesse uma medida político-institucional voltada para a questão.

A partir das reuniões do Fórum de Entidades, cria-se um Centro de Referência que é divulgado pela imprensa no mesmo momento

que o então Subsecretário idealizava a formação de “profissionais especialmente treinados” para fazer o policiamento em duas das principais áreas de concentração gay (o “Baixo Gay”, na rua Visconde Silva, em Botafogo, e o quiosque Rainbow, em frente ao Hotel Copacabana Palace). A partir de então, a parceria entre a Secretaria e o movimento homossexual parecia estar cada vez mais consolidada, fato evidenciado através da aula inaugural que Cláudio Nascimento, presidente da ABGLT, proferiu na Polícia Civil, no início de abril, e que tinha como objetivo esclarecer a corporação militar sobre a questão da homossexualidade. Isso foi considerado por muitos que estavam presentes à reunião de aniversário um dos fatos mais importantes para o movimento, já que a polícia sempre foi percebida mais como um inimigo do que como um aliado dos grupos.

O Centro de Referência ocupava mais e mais espaço dentro da estrutura da nova política de segurança pública e, inevitavelmente, a Secretaria de Segurança, contando com o apoio dos grupos, começava a atender alguns casos de violência que seriam manchetes nos jornais. Entre eles, o caso do “Boa Noite Cinderela” do qual foi vítima um professor universitário, que solicitou atendimento especial e que ocasionou uma reunião com diferentes membros da polícia para a sua solução. Houve também o arrastão contra os travestis realizados pelo 19º Batalhão da Polícia Militar e que acabou gerando um grande mal-estar entre os militantes e a polícia.

Todos esses eventos teriam contribuído, cada um à sua maneira, para o amadurecimento da idéia de criação de um serviço integralmente voltado para o público homossexual. Em junho daquele mesmo ano, os grupos começaram a divulgar a criação de tal serviço e a necessidade do recrutamento de voluntários

os para o atendimento de vítimas de violência. Essa proposta conseguiu obter boa adesão entre os membros dos grupos e um número significativo de pessoas se inscreveu para fazer o atendimento voluntário. A maioria era do sexo masculino, mas havia também um número razoável de mulheres<sup>9</sup>.

O primeiro treinamento dos voluntários seria patrocinado pelo ISER e, a partir daí, a criação e divulgação do novo serviço foi uma questão de dias, vindo a acontecer em 1 de julho de 1999, com a presença da imprensa, de autoridades de Estado e com a participação de praticamente todos os grupos homossexuais em atividade no Rio de Janeiro.

Terminado o relato da construção da “pré-história” do DDH, cabe uma análise de como todo o processo se deu e como propiciou que o serviço começasse a funcionar na Secretaria de Segurança.

Antes de mais nada, deixando o romantismo de lado e analisando mais criticamente os fatos expostos e quem os expôs, fica evidente que militantes, executores e pesquisadores colocavam, cada um à sua maneira e partir das suas interpretações, os acontecimentos que se tornariam relevantes para a criação do DDH. Não é à toa que a existência de uma “pré-história” havia sido indicada por um pesquisador, logo gerando controvérsias e questionamentos em relação a alguns fatos por parte dos militantes. Tais fatos seriam o mote para discussões acaloradas. Era evidente que todos tinham bastante claro o quanto de seu investimento pessoal possibilitou o surgimento do DDH, mas também era incontestável que cada personagem queria dar a “verdadeira” versão dos fatos. Era sem dúvida uma disputa que se travava sobre quem deveria ocupar lugar de destaque nessa história.

A disputa em torno do nome do serviço discutida acima é reveladora do fato de que o que estava em jogo era a sua "paternidade". Mais um indício das tensões presentes em todo decorrer da reunião entre os militantes e os seus parceiros, ou seja, os executores do projeto e os pesquisadores. Tal tensão sempre ficou clara para mim desde o começo do meu acompanhamento junto ao DDH na Secretaria de Segurança, revelando que a aliança entre Estado, organizações da sociedade civil e grupos homossexuais nunca foi amigável e tampouco tranqüila, pelo menos não em todos os momentos. Sempre me chamaram a atenção as relações de tensão entre o ISER e os grupos homossexuais. Às vezes, o ISER se configurava como um aliado importante para o movimento homossexual, que sempre recorria à instituição quando necessitava de apoio instrumental e financeiro. Foi o caso da realização do primeiro treinamento dos voluntários, assunto que aparecerá mais adiante, e do apoio dado pelo ISER no carnaval de 2000, para que os grupos confeccionassem faixas para a divulgação do serviço. Porém, além disso, como reconheceu em privado um dos pesquisadores, havia o receio por parte dos militantes da ingerência do ISER no Centro de Referência e a sua capacidade de articulação dentro e fora das instâncias governamentais, o que colocava os militantes em uma posição desfavorável em relação ao controle do serviço. Já a respeito da convivência entre os grupos e a Secretaria, o problema parecia estar marcado por uma disputa de hierarquia e poder de decisão dentro do próprio serviço. As tensões nesse nível giravam em torno das figuras dos antigos executores do serviço, que já haviam sido objeto de comentários agressivos e sentimentos ambíguos por parte de alguns dos voluntários no próprio DDH e também na reunião de aniversário.

Apesar de todas essas tensões, é importante ressaltar o grau de participação ativa que os militantes tiveram para a implementação do DDH e o quanto os grupos se empenharam para fazer do tema da violência contra os homossexuais um problema de Estado. Fica evidente o esforço de articulação do movimento homossexual e o quanto ele esteve atento às possibilidades de avanço junto ao Estado em relação a essa questão. Uma coerência e uma coesão de idéias permitiu que o projeto pudesse ter "vida própria" e conseguisse ser viável politicamente. Os grupos pareciam ter percebido que a hora havia chegado e que todo investimento deveria ser feito para que o DDH realmente se tornasse uma realidade. Se insisto em colocar em relevo aqui o empenho dos grupos na criação do DDH é porque, como se evidenciaria mais tarde, a continuidade do serviço dependia da participação ativa dos militantes. Antes, porém, de falar sobre o modo como o desinvestimento da militância implicou a relativa desestruturação do serviço, é preciso falar da sua consolidação e o que propiciou a sua manutenção por um certo tempo.

## **A Consolidação**

Continuando a usar a reunião como recurso analítico, o que aconteceu posteriormente à montagem da "pré-história" do DDH foi algo ainda mais interessante. Foi sugerido que cada participante apresentasse os três momentos que considerava mais marcantes nesse primeiro ano do serviço. Praticamente todos os participantes falaram. Apenas alguns sentiram uma certa dificuldade de externalizar o que consideravam importante. Os fatos considerados mais marcantes foram muitos, mas alguns eram apresentados por quase

todos os presentes e se aglutinariam basicamente nos seguintes tópicos: a) mudança na relação entre os grupos gays e Secretaria de Segurança Pública e seu impacto sobre a comunidade gay; b) prisão de Marcos da Baixada e a inclusão de uma testemunha do caso no programa estadual de proteção de testemunhas; c) prisão de um agressor do "Boa Noite Cinderela" pela 5ª DP, revelando a articulação do DDH com a polícia; d) o primeiro dia de atendimento com muitos telefonemas sem que se soubesse como proceder; e) o dia da saída da equipe de Luiz Eduardo Soares; f) "ocupação" do DDH para garantir que o serviço não fosse extinto depois da saída de Luiz Eduardo Soares; g) a saída da equipe da Ouvidoria que dava um apoio moral – uma parceria informal, mas muito valiosa (ainda não haviam conhecido a nova); h) a percepção de que o DDH acabou com a saída de Luiz Eduardo Soares e dos antigos executores; i) a reunião de emergência no Arco-Íris após a saída da equipe de Luiz Eduardo Soares para que os grupos se articulassem<sup>10</sup>.

Uma análise superficial desses dados mostra o quanto três fatores foram importantes nesse primeiro ano do DDH e o quanto eles davam sustentabilidade política para a continuidade do serviço. A sua repercussão na mídia, a articulação do DDH e outros órgãos do Estado e um acontecimento mais pontual, a saída da equipe do professor Luiz Eduardo do governo do Estado. Façamos uma análise desses pontos.

Depois de todo o processo de articulação entre os grupos homossexuais, as organizações de apoio aos direitos dos homossexuais e gabinete do deputado Carlos Minc, a entrada do DDH dentro da Secretaria de Segurança parecia algo inevitável, ainda mais

porque contava com o apoio irrestrito da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania. A própria presença da Subsecretária adjunta à frente do funcionamento do DDH mostrava o quanto o serviço era considerado prioritário para a Subsecretaria.

O DDH foi criado oficialmente no dia 01 de julho de 1999 e os seus primeiros meses podem ser considerados um sucesso, dado o número significativo de ligações que o serviço recebeu<sup>11</sup>. Os dados apresentados pelo primeiro relatório sobre o serviço não apenas definem o perfil do "usuário típico" do DDH nos primeiros meses, como também apresentam um índice estatístico importante e confirmam um dos fatores que permitiu ao DDH atingir bons índices de aceitabilidade dentro da comunidade homossexual: a ampla divulgação pela mídia. Como fica claro no primeiro relatório elaborado com os dados oriundos das fichas de atendimento do serviço, a maioria dos usuários sabia do funcionamento através da mídia (42%)<sup>12</sup>.

Realmente, a mídia foi uma grande aliada do serviço logo nos seus primeiros meses de funcionamento, dando destaque às prisões ocorridas através de denúncias do DDH ou mesmo informando sobre a importância do trabalho pioneiro e inovador de tal proposta política. A visibilidade midiática do DDH e dos outros projetos sociais da nova Subsecretaria fazia com que as propostas elaboradas pela equipe do Subsecretário de Pesquisa e Cidadania fossem tornadas públicas e atingissem um grande número de pessoas que, na maioria das vezes, se posicionava a favor de suas idéias "civilizatórias" em relação à uma nova política de segurança para o estado do Rio de Janeiro. A mídia favorável e o consentimento da opinião pública permi-



tiam que os projetos tomassem o fôlego necessário para a sua consolidação, enquanto uma nova proposta política não mais preocupada em obter resultados imediatistas, mas sim disposta a abordar o problema da violência de maneira continuada e sistemática, agindo de maneira preventiva, sem buscar soluções mágicas para a questão. Isso se torna ainda mais claro em um trecho do relatório elaborado pelo próprio serviço e que apresenta o papel do DDH dentro dessa nova política de segurança:

“O DDH é um dispositivo de segurança através do qual a população homossexual mobiliza o sistema de segurança a seu favor. Nesse sentido é uma experiência pioneira, que concorre para a criação de uma nova cultura, uma cultura da segurança – em oposição à cultura da denúncia e da violência, tão conhecidas pela sociedade civil brasileira nas últimas décadas.” (Relatório Final do DDH, 1999)

O DDH parecia ter essa perspectiva como seu norte, já que o serviço funcionava com um espaço aberto para o acolhimento das denúncias sempre com o intuito de resolvê-las satisfatoriamente através dos vários encaminhamentos possíveis<sup>13</sup>.

Esse funcionamento se manteve praticamente inalterado até a primeira quinzena de março de 1999, quando ocorreu a saída da equipe de Luiz Eduardo Soares, devido a vários fatores.<sup>14</sup> Sempre ficou bem claro o investimento e empenho que toda a equipe do Subsecretário de Pesquisa e Cidadania dedicava à efetivação e ao andamento dos projetos, inclusive o DDH. O empenho político necessário para dar sustentabilidade aos projetos era visível pela participação ativa e continuada dos membros da equipe e do

próprio Subsecretário na sua realização. O apoio público e a defesa constante dos projetos era uma marca dessa equipe, que utilizava, sempre que possível, o apoio da mídia para difundir os sucessos alcançados com os trabalhos que vinham sendo realizados. Com a saída de toda a equipe, ficou a sensação de que o DDH seria extinto ou que não teria mais o mesmo apoio anterior. Isso não se verificou. De fato, a saída da antiga equipe de executores iria mesmo propiciar que os militantes se propusessem a ter um controle mais efetivo dentro do serviço.

Antes da demissão do Subsecretário de Pesquisa e Cidadania, nas visitas que fiz ao DDH, pude notar certos “atritos” entre os militantes que atuavam como voluntários e a equipe executora, encarregada então de monitorar o DDH. Na visão de muitos voluntários, havia uma certa hierarquia de prestígio, que colocava os grupos como meros cumpridores das ordens exaradas pela “cúpula”. Por acreditarem que seu trabalho não era valorizado e não tinha tanto destaque como as aparições públicas dos executores, os voluntários e alguns líderes dos grupos envolvidos começaram a questionar a sua participação dentro do trabalho realizado no DDH.

A antiga equipe de executores era vista por alguns como autoritária e independente, não buscando o auxílio dos grupos ou dos voluntários para a resolução dos problemas, vendo mesmo o trabalho dos voluntários como secundário. Isso ficou bastante claro nos comentários de alguns militantes<sup>15</sup> que externalizavam, com frequência, suas críticas em quase todas as visitas que fiz ao DDH. Essas tensões foram crescendo progressivamente, deixando claro que a “aliança” sempre seria mais retórica que real no contexto que ia

sendo construído. Ficava evidente a luta política que estava sendo travada e o que estava em jogo: quem realmente era o "dono" do DDH, quem de verdade dava as ordens e as cartas nesse jogo.

Os grupos viam seu prestígio e autonomia ameaçados sempre que algo escapava ao seu crivo. Não era à toa que os militantes questionavam a paternidade do nome do serviço e também apontavam a suposta "tutela" do ISER, quando este resolveu assumir a realização da reunião de avaliação. Isso deveria ser feito por quem estava, na visão de alguns, mais implicado no problema da violência contra os homossexuais, ou seja, os próprios grupos homossexuais.

O fantasma da tutela esteve sempre presente, tanto como ameaça, conforme descrito acima, quanto como solução, já que os grupos sempre demonstravam desejar um auxílio do Estado de uma forma mais direta, seja através da distribuição de cargos públicos para os militantes mais "ativos", seja através da subvenção por parte das instituições de pesquisa de seus projetos, mesmo que eles não tivessem objetivos suficientemente claros. Havia no ar uma expectativa da execução de uma espécie de política da "influência", prática tão comum na política brasileira, ou seja, a possibilidade de alcançar algum cargo ou qualquer tipo de auxílio financeiro através da influência de seus parceiros, um nepotismo mal disfarçado. Tal fato pode ser demonstrado pela polêmica gerada a partir da idéia de um dos executores de criar novos cargos de coordenação, pagos pelo Estado, com base na importância que as pessoas escolhidas tinham para o funcionamento do DDH. Essa importância era entretanto relativa, pois um dos escolhidos nem havia participado desde do início do funcionamento do DDH e nem

havia sido treinado para ser voluntário. Esse ato causou indignação nos voluntários mais antigos que se sentiam desprestigiados, já que o seu trabalho não havia sido reconhecido quando se tratava de assumir um cargo remunerado dentro do serviço. Ao que parece, ao surgir oportunidade de o movimento homossexual assumir um controle mais efetivo do serviço, quando a equipe do Subsecretário de Pesquisa e Cidadania colocou os cargos à disposição e saiu do governo, o que se viu foi um declínio do atendimento e da procura pelo serviço<sup>16</sup>. Poder-se-ia afirmar que a falta de experiência dos novos executores teria sido um fator fundamental para esse processo. A falta de preparo para tal situação teria implicado a inexistência de uma proposta política que desse sustentação para a manutenção do DDH. Nesse sentido, é ilustrativo um fato ocorrido na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e que demonstra a falta de coordenação e articulação dos novos executores. Foi realizada, na Assembléia, uma reunião de avaliação do funcionamento dos Centros de Referência criados pelo governo. O único centro que não tinha representante oficial durante boa parte da reunião era o Centro de Referência contra Discriminação Homossexual. Todos os outros centros, mesmo os que ainda não tinham nem espaço físico dentro da Secretaria, estavam presentes. Quando finalmente o representante do DDH chegou, ele não soube sequer informar aos presentes sobre os problemas por que passava o serviço, se limitando a informar que a falta de material de escritório era a dificuldade principal. A falta de visão política mais ampla dos novos executores era evidente. Pareciam estar mais preocupados com a sala em que o serviço ficaria e se haveria um fax para enviar cartas aos grupos<sup>17</sup>.

Não podemos, entretanto, nos esquecer de outros fatores que certamente contribuíram para o atual quadro deficitário em que se encontra o DDH. Depois da saída da antiga equipe de executores da Secretaria de Segurança, não houve a nomeação de ninguém que pudesse mediar a relação do serviço com os outros órgãos de segurança. Por conta disso, as parcerias que haviam sido feitas com as delegacias e outros órgãos começaram a sofrer forte desgaste, sendo bastante comum que alguns setores da própria Secretaria de Segurança desconhecem a existência do DDH. Ao assumir publicamente as ações do DDH, o antigo Subsecretário não só dava sustentabilidade política ao serviço, como também garantia a aliança e a aceitação ao projeto por vários setores contrários à sua implementação e continuidade. Desfeita a aliança, restava aos militantes "caminhar com as próprias pernas". E o que se viu foi o total despreparo para tal tarefa. Os grupos já não participavam com tanto empenho da manutenção do serviço, sendo a saída de alguns voluntários um retrato evidente da desmotivação que se generalizava. Não devemos esquecer que o projeto "civilizatório" iniciado pelo antigo Subsecretário de Pesquisa e Cidadania (polícia mais bem treinada e cidadã, ocupação pacífica dos morros, conselhos comunitários de segurança, política de apoio às minorias sociais, como negros, mulheres e homossexuais, etc) foi sendo esquecido, havendo um retorno a uma postura mais "militarizante" <sup>18</sup>.

Enfim, parece ser pertinente perguntar por que, apesar de todos esses fatos, o serviço ainda é uma referência para o público homossexual? Mesmo que atualmente seja precário, o DDH continua merecendo o apoio desse público, demonstrando que pode sobreviver a

crises e problemas internos. A partir da análise que foi apresentada aqui, também fica evidente que parcerias entre Estado e sociedade podem ser construídas, independentemente dos conflitos e crises que decorrem da sua implementação. Como disse, havia algo em jogo desde o começo e os atores se empenham em dar a sua versão para a história. Poder compreender como tais alianças são produzidas nos permite compreender como a sociedade brasileira resolve seus conflitos e responde aos problemas que vão surgindo. O DDH foi um cenário privilegiado para entender um pouco sobre como o tema da violência pode ser discutido por instâncias diferentes da nossa sociedade e quais podem ser seus encaminhamentos para a questão.

De todo modo, continuando ou não, o DDH parece já ter cumprido um papel fundamental. Não apenas contribuiu para solucionar alguns crimes e dar mais visibilidade à violência que atinge os homossexuais no Brasil. Talvez mais importante seja o fato de que o DDH serviu de modelo para a criação de um serviço similar em outras cidades. Em Brasília, existe um serviço financiado pelo Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, e que recebeu mais de cem reclamações no seu primeiro dia de funcionamento<sup>19</sup>. Outros projetos parecem estar surgindo em outras capitais do país, demonstrando uma vez mais que o DDH é mais do que um serviço, é uma idéia que pode e deve ser disseminada.

### **Bibliografia Consultada**

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In: Educação e Realidade, número 20 (2), pg. 133-184. Porto Alegre. 1995.

CARRARA, Sérgio, e HEILBORN, Maria L. Em cena, os homens... Revista Estudos Feministas, n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DAMATTA, Roberto. Tem pente aí. In: Homens. São Paulo: Senac, 1997.

DUMONT, Louis. O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FRY, Peter. Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. O que é a homossexualidade. São Paulo: Editora Brasiliense, sétima edição, 1991.

GREEN, James Naylor. Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX; tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HEILBORN, Maria L. Gênero e hierarquia – a costela de Adão revisitada. Revista Estudos Feministas, n. 1. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1993.

PARKER, Richard. A construção da solidariedade: AIDS, sexualidade e política no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS, UERJ, 1994.

RELATÓRIO DO DDH. Rio de Janeiro, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo. Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 3ª edição, 2000.

## Notas:

\* Gostaria de agradecer o auxílio inestimável que tive de Sérgio Carrara, professor adjunto do Instituto de Medicina Social da UERJ, na confecção do texto, e Sílvia Ramos, pesquisadora do CESEc – Universidade Cândido Mendes e ex-Subsecretária Adjunta de Segurança do Estado, pelo esclarecimento de certos dados históricos aqui presentes.

\*\* Mestrando do Instituto de Medicina Social da UERJ e assistente de pesquisa do Instituto Superior de Estudos da Religião.

1 Havia uma exceção, já que um dos coordenadores era um funcionário cedido do gabinete de um deputado do PT-RJ.

2 Lembro que essa reunião ocorre após a saída de parte da antiga equipe executora do projeto. Com a sua saída, os coordenadores assumem o funcionamento do serviço. A coordenação era composta por um militante do movimento homossexual e um representante do gabinete do deputado petista Carlos Minc.

3 A coordenadora já havia comentado comigo o quanto ela estava preocupada com o andamento do serviço, considerando necessário repensar todo o trabalho que estava sendo feito. Outro fato de grande relevância e que vou retomar posteriormente é que a escolha do local e, principalmente, da organização do evento pelo ISER foram motivos de crítica do

Secretário da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros) e membro do Arco-Íris, que acreditava que o evento deveria ser realizado pelos grupos homossexuais organizados.

4 Isso podia ser constatado pelos "buracos" cada vez mais freqüentes nos plantões do serviço em decorrência da falta de voluntários para o seu preenchimento.

5 O crime denominado de "Boa noite Cinderela" é um recurso usado por marginais que se aproximam dos homossexuais, na maioria das vezes em boates, e que utilizam algum sedativo adicionado à bebida da vítima que, quando adormece, é roubada, podendo chegar em alguns casos até a perda da própria vida. Esse recurso começou a ser bastante freqüente, fazendo com que a própria polícia dedicasse grande atenção para tentar diminuir a sua ocorrência.

6 Além do Centro de Referência contra a discriminação homossexual, existiam mais três Centros de Referência, mas nenhum deles operava com um serviço de atendimento.

7 O Viva Rio é uma ONG carioca que promove vários eventos contra a violência no Rio de Janeiro e até em âmbito nacional. O evento citado conseguiu mobilizar centenas de pessoas.

8 Luiz Eduardo foi convidado pelo Governador do Estado para implementar uma nova política de segurança, projeto idealizado por ambos. Eles publicaram um livro intitulado Violência e criminalidade no Estado do Rio de Janeiro, onde constam análises sobre o problema da segurança no estado.

9 Podemos tomar como exemplo a "gratificação faroeste", proposta de incentivo salarial para aqueles que se destacassem por "atos de bravura", em ações de confronto entre policiais e supostos bandidos e que, para muitos, aumentou o número de mortes em favelas do Rio de Janeiro e que havia sido idealizada na gestão de Marcello Alencar, ex-governador do Estado.

10 O serviço contava inicialmente com dez homens e quatro mulheres no atendimento. Os travestis nunca tiveram um representante entre os voluntários, mesmo contando com a participação freqüente nas reuniões do Fórum (instância máxima de participação dos grupos dentro da Secretaria) através dos representantes de dois grupos voltados especificamente para esse público: os grupos Água-Viva e Astral.

11 Os fatos foram narrados assim pelos participantes.

12 Isso pode ser confirmado pelo relatório elaborado pela equipe do DDH, que informa que foram atendidas 270 ligações nos primeiros 8 meses de funcionamento, o que daria uma média de 33 ligações por mês. Ver Relatório do DDH (Julho – 1999/Fevereiro – 2000).

13 Relatório do DDH (Julho – 1999/Fevereiro – 2000).

14 Os voluntários deveriam encaminhar a "queixa" para alguns dos serviços vinculados ao DDH em decorrência da sua gravidade e do tipo de problemática. Faziam parte desse projeto o Balcão de Direitos do Viva Rio (encaminhamento dos casos onde havia indicação de acompanhamento jurídico e assessoria jurídica), o Escritório Modelo da Universidade Cândido Mendes (assessoria jurídica), o serviço voluntário de psicanalistas e psicólogos (atendimento das demandas por

terapia, através de um "banco de horas") e o acompanhamento das denúncias e crimes encaminhados às delegacias de polícia do Estado.

15 Entretanto um tomou grande destaque. Foi o apoio público de Luiz Eduardo a Moreira Salles no caso Marcinho VP. Luiz Eduardo seria demitido ao vivo, em rede de televisão, num programa de telejornal, pelo então Governador do Estado, depois de um incidente envolvendo o cineasta João Moreira Salles e a sua ligação com um traficante do Rio de Janeiro, já que o cineasta havia financiado, através do pagamento de uma bolsa, a produção de um livro pelo traficante. O próprio Luiz Eduardo dá sua versão dos fatos em seu livro *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. A saída da equipe se deu em 17 de março de 1999.

16 O comentário a que estou me referindo foi feito por um militante numa reunião do Fórum realizado na Secretaria de Segurança, em que ele exigiu desculpas da Subsecretária adjunta por suas atitudes autoritárias em um evento e declarou que passavam por cima da autonomia dos grupos.

17 Fazendo um cálculo baseado no último relatório do DDH, que informa que foram atendidas um total de 500 ligações até março de 2000, constata-se que a média de atendimento caiu para 23 ligações, quando era de 33 nos primeiros meses do serviço. A presença na mídia também sofreu queda considerável.

18 Cabe acrescentar que o serviço foi trocado de sala pelo menos duas vezes, desde a mudança que aconteceu na Secretaria, o que prejudicava o seu funcionamento e irritava bastante os voluntários. Já a falta do fax era um argumento usado para a desmobilização dos grupos.

19 É evidente que o atual Secretário de Segurança, através da política implementada, proporcionou o total esvaziamento dos projetos criados pelo ex-Subsecretário de Pesquisa e Cidadania.

## 4- Disque Defesa Homossexual: Narrativas da Violência na Primeira Pessoa

Silvia Ramos\*

### Introdução

O presente capítulo procura refletir sobre a violência contra homossexuais tomando como base 500 denúncias feitas ao Disque Defesa Homossexual do Rio de Janeiro, entre julho de 1999 e dezembro de 2000.

A análise de relatos de violência narrados pelas próprias vítimas suscita uma aproximação à problemática da violência diferente daquela que o movimento homossexual tem tido oportunidade de desenvolver nas últimas décadas. Nessa tradição, os trabalhos têm sido baseados em notícias de imprensa, em relatos de militantes e em depoimentos policiais<sup>1</sup>.

A primeira diferença está em que os casos de violência que ora analisamos são resultantes da percepção das vítimas e, dessa forma, refletem aquilo que as próprias vítimas consideram violência e não aquilo que a sociedade, ou o senso comum, a partir dos meios de comunicação, aprendeu a representar e eleger como sendo violência contra homossexuais.

A análise do discurso da violência na primeira pessoa sugere, antes de mais nada, que não há propriamente violência homossexual, mas violências homossexuais, evidenciando a pluralidade de noções que as próprias vítimas têm sobre o que é ser discriminado, ofendido, humilhado, impedido ou violentado, ao lado dos casos tipicamente criminais, ou tipicamente policiais, de roubos e assassinatos. É essa pluralidade de vozes, situações e representações simultâneas - o discurso polissêmico que tece a homofobia - que procuraremos compreender aqui.

Em segundo lugar, quando enunciada pela vítima, a violência aparece na riqueza dos contextos e na sutileza das dinâmicas que engendram a malha das discriminações e dos preconceitos. A complexidade desse retrato impõe o rompimento com os estereótipos que aprisionam muitas formas de homofobia a algumas poucas imagens de sadismo associadas a crimes sexuais - com muita frequência veiculadas por jornais sensacionalistas, por meio de fotos e manchetes chocantes.

Se é que há interesse em engessar a imagem do homossexual como vítima incapaz de criar mecanismos de segurança e de gerar ação solidária e criativa em torno de si, o fato é que essas representações simplórias foram sendo superadas a partir dos anos 90. A predominância da vitimização ou do vitimismo - também presente nos movimentos de mulheres, nos movimentos negros e em outros movimentos de minorias dos anos 70 e 80 - aparece com os dias contados no final da década de 90. É isto que as narrativas aqui analisadas podem ajudar a compreender.

Também é de interesse compreender as dinâmicas criadas pela experiência do Disque Defesa Homossexual: que relações foi capaz de construir com a militância, com os órgãos de governo, com a mídia e com a sociedade. Neste momento é preciso entender seu sentido pioneiro e suas limitações. A distância entre o período de sua criação e o amadurecimento do movimento homossexual permite reflexões de maior fôlego. Passados quase dois anos da implantação do DDH do Rio de Janeiro, em vários estados e cidades desenvolvem-se ou planejam-se desenvolver iniciativas similares. É, pois, importante analisar essas linhas de força. A maioria dos dados e tabelas gerados pelo DDH são auto-explicativos.

Para que o leitor possa fazer análises próprias, poderá encontrá-los apresentados integralmente no próximo capítulo<sup>2</sup>.

### “A dor da gente não sai no jornal”<sup>3</sup>”

F. 26 anos, queixa-se de sucessivas ameaças feitas pelo pai de sua namorada. Trata-se do policial V., lotado na delegacia do bairro. Apavorada, pede orientação sobre como proceder sem se arriscar. Dois dias depois, liga para comunicar que o pai de sua namorada a seguiu de carro. A usuária teme a concretização das ameaças, que incluem sua família. F. permanece preocupada com a segurança de T. e solicita informações sobre as implicações de saírem da cidade, pois T. é menor de idade. Relata que T. está sitiada em casa, sem possibilidade de contato e bastante deprimida. As duas decidiram esperar T. encerrar as provas escolares, para resolverem se vão à Delegacia de Mulheres. “Nossa vida virou um inferno”, diz F.

#### A casa e a vizinhança no contexto da homofobia

-29,8% dos casos denunciados ao DDH ocorrem na casa ou vizinhança;  
-Quando as vítimas são mulheres, esse percentual sobe para 44,4%;  
-Entre os denunciantes que têm mais de 40 anos, a proporção vai a 47,1%;  
-Entre os adolescentes e jovens (até 21 anos), 26,7% das denúncias são de violência em casa;  
-Os demais contextos da homofobia são: 32,8% em locais públicos (ruas, rodoviárias, shopping centers, banheiros públicos, etc.); 21% em estabelecimentos comerciais (bares, boates, lojas, cabeleireiros); 6,7% nos locais de trabalho; 1,8% na escola.

A indicação mais surpreendente dos números do DDH é a revelação da dimensão silenciosa e invisível da homofobia em quantidade muito expressiva e em formas muito variadas. Os conflitos interativos - em que vítima e agressor se conhecem - dão conta de um terço dos casos denunciados e chegam a representar aproximadamente a metade das denúncias quando as vítimas são mulheres. Esses conflitos também são muito concentrados quando as vítimas têm 40 anos ou mais. (Veja a distribuição de gênero e etária dos usuários do DDH nos gráficos da seção “perfil do usuário”, no próximo capítulo).

Os fatos ocorridos na esfera da casa ou da vizinhança agregam um conjunto variadíssimo de agressões que se manifestam desde insinuações veladas, ameaças de “outing”<sup>4</sup>, ou intimidações, tais como escândalos na vizinhança ou cartas ao síndico, chegando a agressões físicas, nos casos em que há lesão corporal e, no limite, a assassinato ou a tentativa de assassinato. Entre esses conflitos, situam-se também as violências entre parceiros do mesmo sexo<sup>5</sup>.

As principais características da modalidade interativa das violências vividas por homossexuais são: i) sua baixa visibilidade<sup>6</sup> e sua vivência frequentemente solitária; ii) seu aspecto continuado: em geral mobilizam conflitos que se estendem no tempo, diferentemente de um evento único, como um assalto ou uma agressão de desconhecidos. 23,5% dos fatos denunciados ao DDH ocorrem continuamente, contra 18% de fatos que ocorrem de madrugada, 15% à noite, 15% de tarde e 3,7% de manhã. Os fatos que ocorrem continuamente chegam a representar 47,2% quando quem faz a queixa é uma mulher; iii) seu complexo processo de resolução: os

conflitos freqüentemente envolvem parentes do(a) companheiro(a), os próprios familiares, ex-cônjuges e atuais companheiros(as). No caso das mulheres, há vários relatos de ex-maridos que ameaçam pedir a guarda das crianças porque a mulher passou a viver com outra mulher. Quando não são familiares, os agressores podem ser vizinhos, pessoas da rua ou conhecidos<sup>7</sup>, caracterizando um agressor diferente do criminoso padrão, que deve ser entregue à polícia. Isto significa que a decisão de ir à polícia em geral não é simples. Quando o agressor é o pai, o atual companheiro, a ex-companheira, ou o pai dos filhos, por exemplo, o acompanhamento dos conflitos implica auxiliar a vítima a ponderar as vantagens e desvantagens da denúncia e do rompimento definitivo - e o momento em que isso deve ser feito - incluindo as possíveis perdas financeiras decorrentes da prisão do provedor.

Na gama de problemas mobilizados pelas violências interativas, é importante mantermos em mente que: i) embora não sejam "crimes de ódio" típicos, tais como os imaginamos, essas denúncias expressam experiências clássicas de homofobia, ou seja, são engendradas pelos preconceitos e discriminações contra homossexuais e contra a homossexualidade, ou mobilizam esses preconceitos; ii) sua natureza interativa não as torna menos dolorosas ou mais fáceis de suportar do que as violências praticadas por desconhecidos; iii) a espiral de tensão que envolve esses conflitos tem que ser interrompida antes que as agressões se agravem (na esfera interativa, ameaças são avisos que muitas vezes se cumprem) e que a intervenção da polícia, da lei e de auxílio externo é o único recurso para impedir mais violência; iv) que a ida à polícia ou mesmo a simples denúncia a um serviço como o DDH pode funcionar

como um sinal ao agressor de que a vítima não aceitará ser submetida às ameaças e às violências silenciosamente. Em geral, a denúncia cumpre o papel de alertar ao agressor que os conflitos que ocorrem em âmbito privado (geralmente a dois) estão sendo acompanhados e que vai haver intervenção do "outro", através da lei.

A tradição de luta dos movimentos de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e da violência de gênero já indicou que é necessário constituir redes de apoios para enfrentar essa natureza de crimes. É necessário mobilizar auxílio jurídico, psicológico e de grupos de apoio, ao lado da intervenção policial. Em alguns casos mais graves, auxílio médico e casas de acolhida são necessários. Vale lembrar que o atendimento a esse tipo de violência praticamente só pode ser prestado pela articulação da sociedade civil com os órgãos públicos e que o poder policial pode pouco sozinho, embora seja essencial que ele possa ser acionado com rapidez e precisão.

### **A homofobia com fins lucrativos**

L. estava no banheiro com outros rapazes quando dois homens entraram e armaram um "barraco". Os homens fingiram que iam participar da pegação e de repente começaram a gritar. Na rua, o usuário e o rapaz com quem estava no banheiro foram seguidos por esses dois homens, foram abordados violentamente e receberam "voz de prisão". Falando alto e usando palavrões, um deles mostrou uma carteira e ameaçou levá-los para a delegacia, chamar a imprensa e colocá-los em uma cela junto com criminosos violentos. Assustados com a agressividade e o vexame público, os dois



entregam os documentos para os supostos policiais. No caminho para a delegacia, os supostos policiais pediram R\$600,00 para liberá-los. Os policiais foram com eles a um caixa eletrônico e retiraram o dinheiro. Os documentos só foram devolvidos após a entrega do dinheiro. Mesmo sendo advogado, o usuário ficou acuado pela violência e pressão psicológica dos agressores. Mais tarde, concluiu que o rapaz com quem estava no banheiro possivelmente fazia parte da quadrilha que o extorquiu.

-Extorsões representam 10,3% dos casos denunciados;

-Assaltos ocorreram em 6,6% das violências;

-5,4% registram o golpe Boa Noite Cinderela.

Somadas, as agressões cuja natureza envolve o objetivo de ganho ilegal de dinheiro e bens representam 22,3% das denúncias ao DDH. Talvez poucas situações de violência reúnam tantos elementos da estrutura da homofobia como a extorsão e seus derivados (assaltos, roubos e alguns casos de Boa Noite Cinderela<sup>8</sup>).

O que está em jogo nas denúncias são situações de violência nas quais vítima e agressor de alguma maneira negociam a exposição da orientação sexual da vítima ou a publicidade de sua participação em práticas homossexuais.

O agressor se vale da suposição de que a vítima não vai denunciar o fato à polícia e de que, caso a denúncia seja feita, o crime não será investigado: vítima e agressor compartilham a certeza de que a denúncia “não vai dar em nada”. Dessa forma, o circuito da impunidade fica completo e realimenta uma modali-

dade covarde de criminalidade, de forma que se cria uma cadeia surpreendente: os mesmos golpes são aplicados nos mesmos lugares, pelas mesmas quadrilhas, durante muito tempo, às vezes anos, criando um padrão pouco usual no mundo do crime.

Os crimes de extorsão, assalto, roubo e Boa Noite Cinderela são: i) tipicamente masculinos (dos 74 casos denunciados, apenas em um caso a vítima era uma mulher); ii) são quase sempre noturnos, exceto quando se realizam no centro da cidade, em horário comercial; iii) a quase totalidade dos casos de extorsão ocorre (ou começa a se estruturar) em espaços públicos, como banheiros de terminais rodoviários (Menezes Cortes, Rodoviária de Nova Iguaçu), ferroviários (Central do Brasil) e marítimos (Barcas Rio-Niterói), de shopping centers, lanchonetes, em saídas de cinemas de pegação<sup>9</sup> e em outras áreas abertas de pegação (no caso do Rio de Janeiro, as denúncias se concentram no Aterro do Flamengo, no Arpoador e na Via Ápia).

Há uma gradação de força empregada nos casos de extorsão, assalto e roubo, que vai da ameaça de escândalo ao berro, podendo chegar à força física. Em quase todos os relatos, os achacadores são mais de um e com muita frequência operam com uma “isca”, ou seja, um membro do bando que finge ser vítima também.

Quando o ataque inclui a presença de uma arma, ou a insinuação da presença de uma arma, fica caracterizado o assalto. Os dados, como vimos, mostram que a força predominante nesse tipo de ação é de ordem moral, fazendo com que a vítima acredite que foi flagrada em ato “ilegal” ou “obsceno”<sup>10</sup>. O susto, a rapidez, o tom impositivo, a certeza do agressor, o ritual de gestos e sinais (como mostrar uma carteira à distância, ou mencionar

a existência de um carro de polícia a poucos metros), tudo isso estrutura o "golpe". Não raro, o denunciante compreende que "caiu num golpe" apenas quando relata o caso ao atendente do DDH. A estrutura do golpe faz com que, passada a situação e fora do contexto, a sucessão de fatos narrados não faça mais sentido. Nessa situação, é preciso auxiliar uma vítima extremamente fragilizada que, além da perda de valores, se sente tola e fraca.

Em muitos relatos, há a menção de que o criminoso - um policial ou alguém que finge ser policial - recorre a um confuso imaginário legal e jurídico do tipo "você está preso por atentado violento ao pudor" (categoria jurídica que não pode ser usada para situações de pegação, exceto se um dos parceiros for menor de idade e tiver havido penetração anal) como parte da estratégia de desestruturar, intimidar e aterrorizar a vítima. As palavras "atentado", "pudor" e "violência" provavelmente mobilizam como poucas o imaginário de culpas que permeia a moral sexual predominante na nossa sociedade.

C. saía do cinema Orly por volta das 17:30h de sábado, quando foi seguido por uma pessoa que, dizendo ser policial, o abordou na estação do metrô da Cinelândia. Em voz alta, o usuário perguntou o que ele queria, ele repetiu que era policial. Em seguida, C. chamou os seguranças do metrô que se aproximaram do tal homem e ele foi embora. O dito policial tinha cerca de 40 anos, cabelos grisalhos, era branco, 1,70m de altura, magro e vestia camisa de gola, colete jeans, calça jeans e sapato social.

M. ligou para denunciar que dois policiais do 4º Batalhão tiraram quatro rapazes do mictório da Central do Brasil e extorquiram todo

o dinheiro que eles tinham nas carteiras, exceto o do usuário, que insistiu em ir para a delegacia.

*A bicha que se garante.* As narrativas do DDH também registram, em proporção maior do que se poderia esperar, extorsão, assalto e roubo que não se realizaram porque a vítima chamou a polícia ou disse que concordava em ir para a delegacia. Essas denúncias são tão expressivas da lógica da extorsão quanto os crimes em que a vítima foi obrigada a dar dinheiro, relógio ou celular para se ver livre dos achacadores.

Os golpes de Boa Noite Cinderela denunciados ao DDH confirmam o que o movimento homossexual e a polícia já conhecem dessa dinâmica. São crimes covardes em que a vítima tem poucas chances de reagir ou escapar. Podem ser aplicados em situações muito variadas (os homens gays do Rio de Janeiro sabem que a cena não coincide obrigatoriamente com narcóticos despejados em um copo de whisky em uma boate escura de madrugada, mas podem ser colocados na água de coco de tarde na praia).

As vítimas de Boa Noite Cinderela, um golpe altamente profissional que exige planejamento e experiência do agressor ou dos agressores, têm em comum com as vítimas de extorsão o fato de que raramente se dispõem a denunciar o fato à polícia, seja porque temem estar sujeitas a nova situação de violência e humilhação, seja porque não acreditam que a denúncia possa resultar em alguma ação efetiva.

É curioso que no caso da prisão de uma gangue de achacadores que atuava no banheiro do Terminal Menezes Cortes (em novembro de 2000), após mais de uma dezena de

denúncias de vítimas diferentes, aparentemente a reação das entidades do movimento homossexual que fazem parceria com o DDH foi tímida em anunciar a vitória, mobilizar a imprensa e a própria comunidade gay e lésbica. A hesitação pode, talvez, refletir algo como a ambigüidade das entidades e das lideranças gays em apoiar abertamente práticas de pegação e talvez em apoiar quem teme tornar pública sua orientação sexual (vítimas de casos de extorsão). Se confirmadas essas hipóteses, seria o caso de o movimento incluir imediatamente na sua agenda política a discussão sobre pegação, direitos e limites das práticas homossexuais masculinas urbanas. Na agenda, deveria estar incluída consulta formal a criminalistas e autoridades policiais sobre o que de fato pode constituir crime no namoro entre pessoas do mesmo sexo, quais os direitos homossexuais assegurados e a ampla divulgação dessa consulta.

### **Crimes de ódio**

Há aproximadamente um mês, rapazes que moram na rua de N. (travesti) arrombaram seu portão. Após o usuário tê-lo consertado, os rapazes voltaram a arrombá-lo. Desta vez foi às 03:40 horas, acordando o usuário e seus vizinhos com grande barulho. Na mesma manhã, N. foi à DP do bairro registrar a ocorrência. O usuário deu o endereço de todos os agressores na delegacia e foi marcada uma acareação. Segundo o usuário, os problemas com esses rapazes já vêm acontecendo há mais tempo.

A noção de crime de ódio (hate motivated crime), que vem se tornando conhecida no Brasil a partir da década de 90, surgiu nos Estados Unidos, em 1968, quando o Con-

gresso americano aprovou a primeira lei que tornava crime federal atacar alguém por causa de sua raça, cor, religião ou origem nacional, se o objetivo fosse impedir a vítima de realizar atos protegidos por lei federal, como votar ou ir à escola. Hoje, 39 estados norte-americanos, além do Distrito de Columbia, punem com maior rigor crimes se estes foram cometidos por causa de inclinação do agressor contra o grupo ao qual a vítima pertence ou é percebida como pertencendo. Na maioria dos lugares essas categorias são gênero, religião, raça e etnia. Hoje, 22 estados incluem orientação sexual entre as categorias protegidas<sup>11</sup>.

Alguns crimes de ódio motivados pela orientação sexual da vítima se tornaram emblemáticos, como o assassinato de Matthew Shepard, espancado até a morte na Universidade de Wyoming, em 1998, ou o crime contra Edson Neris, assassinado por jovens skin heads em São Paulo, em 1999. Mas além de assassinatos e lesões corporais, crimes de ódio incluem inúmeras formas de ofensas, como palavrões, recusa em alugar imóveis, ameaças verbais, vandalismos contra a pessoa e o patrimônio, ligações telefônicas abusivas, e-mails de ódio através da internet e outras.

A importância de discutir a violência contra homossexuais associada à noção de crime de ódio está em: i) compreender a homofobia como uma variante das formas de intolerância, (de gênero, racial, étnica, física, etária, etc.), e portanto gerada do ponto de vista da lógica de identificação total e excludente com segmentos hegemônicos da sociedade (brancos, masculinos, abastados, etc.); ii) aproximar a luta contra a homofobia de estratégias e táticas que outros segmentos sociais e outras minorias procuram desenvolver para fazer valer seus direitos; iii) compreender que as violências denunciadas ao

DDH, sejam elas interativas, com fins lucrativos ou de qualquer natureza são constituídas de muitas facetas, inclusive aquelas estruturantes de crimes de ódio e que, portanto, a luta contra a violência homossexual é da conta dos democratas e da democracia.

Denúncias típicas de ódio contra orientação sexual homossexual (e suas exteriorizações, como o uso de roupas de mulheres por homens) são ilustradas por conflitos na escola (6 casos), nos locais de trabalho (22) e de inúmeros casos de travestis impedidos de freqüentar lojas, cabeleireiros, ou ingressar em bares, boates e motéis.

Dos 21 assassinatos comunicados ao DDH, apenas 13 puderam ser confirmados. Mas esses casos são muito expressivos das dinâmicas de ódio mobilizadas pela homossexualidade, especialmente a masculina e muito especialmente quando ela é associada ao fato de a vítima ser travesti. Em um dos casos mais marcantes da história do DDH nos 18 meses que estamos analisando, um homem que havia sido denunciado por ter assassinado, em momentos diferentes, três homossexuais que moravam no mesmo bairro, foi preso após ter sido corajosamente reconhecido e apontado por uma das vítimas que escapara de ser morta. Esse caso rumoroso, conhecido como "caso Marcos", foi acompanhado com grande interesse pela mídia - e pela polícia -, pois possuía todos os ingredientes do crime violento motivado pelo ódio.

Resta lembrar, à luz dos relatos ao DDH, que raramente um "crime de ódio" aparece em estado puro. Ou seja, em um assassinato onde a homofobia atuou como um elemento importante, ingredientes como relações amorosas (crime passional), drogas ou mesmo tráfico

podem ter participação central na trama. Isso tudo não descaracteriza o contexto de atração e ódio contra homossexuais e contra a homossexualidade como fontes geradoras de violência; pelo contrário, a combinação desses elementos com a homofobia é que pode tornar a mistura letal em algumas circunstâncias.

### **Travestis, denúncia e credibilidade**

B. (travesti) denuncia que no dia 4 de novembro foi discriminado durante a revista no presídio Frei Caneca. Segundo a vítima, o agente penitenciário de plantão (baixo, gordo e com bigode) pediu que ele retornasse em uma outra visita como homem. O usuário pede providências.

- 12 % das denúncias feitas ao DDH envolvem casos ocorridos com travestis;  
- Entre as 42 denúncias envolvendo travestis, 31% são casos de agressões físicas, 23,8% de discriminação e 9,5% de extorsão.

A primeira pergunta à aproximação dos dados que permitem conhecer as violências contra travestis é por que as denúncias de casos ocorridos com travestis são tão reduzidas (12%), especialmente se comparadas às denúncias de casos ocorridos com gays (75,3%)?

Há fortes razões para supor que o grau de exposição à violência sofrido por travestis é tão grande ou maior que o do resto da população homossexual<sup>12</sup>. Surpreende, portanto, que num universo de 500 comunicações apenas 42 tratem de casos de violência relacionados a travestis.

Entre as possíveis razões para a pequena incidência de denúncias por parte de travestis

podem estar: i) a relativamente pequena tradição organizativa de travestis (comparativamente com a tradição associativa de gays), o que contribui para tornar esse segmento homossexual mais distante de recursos e dispositivos comunitários, como um serviço de disque defesa; ii) a própria dificuldade de acesso aos recursos oferecidos pelo DDH, como telefone, horário de funcionamento e outras limitações práticas: chama atenção que muitos casos de travestis foram comunicados não pelas próprias vítimas, mas por militantes e por entidades de apoio a soropositivos; iii) a barreira da desconfiança: em um percentual muito alto, as agressões contra travestis são perpetradas pela própria polícia, ou por "seguranças" de lojas e boates, havendo casos com guarda municipal e agente penitenciário.

O fato de o DDH ser gerenciado a partir de uma Secretaria de Segurança e por voluntários advindos de grupos gays, e não de grupos de travestis<sup>13</sup>, pode ser complicador no lento processo de conquista de credibilidade junto a uma população marcada pela ausência de tradição de mobilização social e a seu favor<sup>14</sup>.

As violências sofridas por travestis indicam uma natureza mais "violenta", mais "física", menos metafórica e menos simbólica da homofobia<sup>15</sup> (nada menos que 13 casos em 42 denúncias foram de agressão física, enquanto essa proporção é quase a metade entre gays). Os travestis sofrem também um tipo de discriminação específico que é o sistemático impedimento físico de ingresso em estabelecimentos comerciais. Ser barrado em boates gays e casas de espetáculos para homossexuais explica em parte as desconfianças que travestis podem desenvolver em relação ao universo "gay".

As violências envolvendo policiais são comuns, como ocorre com todo o segmento homossexual. Chama atenção, porém, o fato de esses agressores não serem "supostos policiais" (como nas extorsão em banheiros de pegação), mas PMs fardados e circulando abertamente em viaturas policiais, identificáveis por número, batalhão, etc., sugerindo que o risco de ser denunciado é considerado muito baixo por esses policiais.

Não há ingenuidade ou inclinação vitimista na análise de violências contra travestis: o pertencimento a um mundo "marginal", da noite, onde circulam drogas, freqüentam menores e ocorrem furtos não deveriam impedir os registros de arbitrariedades (que são muito freqüentes exatamente por serem realizadas num mundo à margem) e a criação de uma rede própria de solidariedade. É notável que as denúncias - exatamente por serem imprevistas - tenham um grande rendimento<sup>16</sup>. Experiências com mulheres profissionais do sexo desenvolvidas em vários estados do Brasil, desde os anos 80, indicam que há muitas estratégias de construção de cidadania junto a grupos socialmente marginalizados. O DDH, é preciso reconhecer, não se constituiu um canal privilegiado dessa construção junto à população travesti do Rio de Janeiro - embora pudesse ter sido.

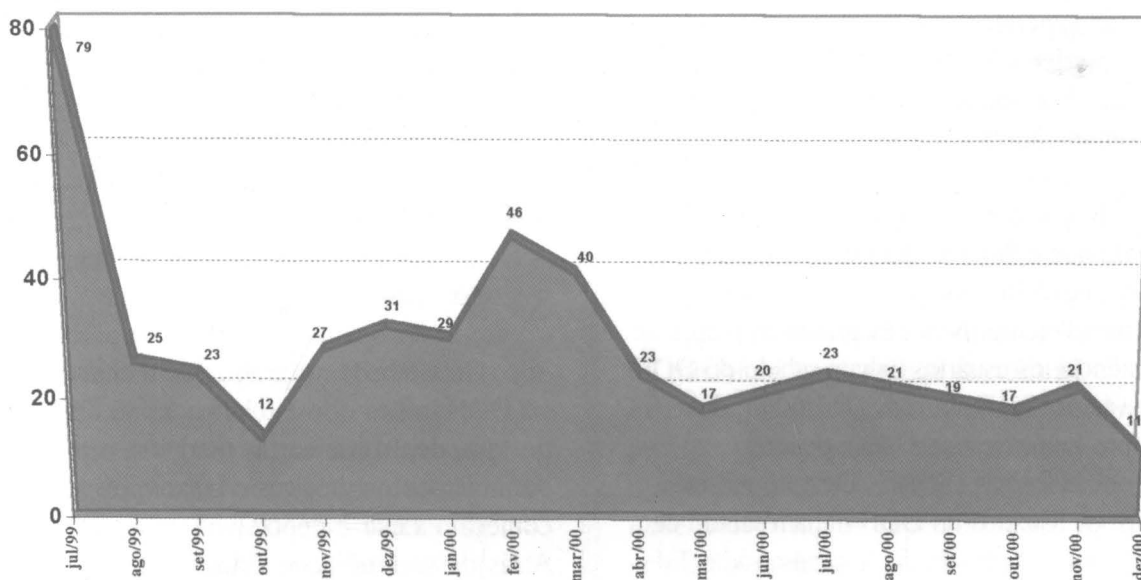
**"E o telefone irá tocar..."**

Os fluxos de demandas ao DDH

**Número de notificações no DDH por mês.**

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Ser	Out	Nov	Dez	Jul-Dez
1999*	*	*	*	*	*	*	79	25	23	12	27	31	197
2000	29	46	40	23	17	20	23	21	19	17	21	11	112

Número de notificações no DDH por mês



Há indicações importantes da experiência do DDH que podem ser transmitidas à criação de iniciativas semelhantes em outros locais do país, ainda que essas indicações não possam mais, provavelmente, alterar o curso da própria experiência do DDH no Rio de Janeiro.

No primeiro mês de funcionamento, o DDH recebeu, em média, 3,95 ligações por dia (20 dias úteis). Essa média caiu para aproximadamente 1 ligação por dia em meses subsequentes e havia caído para 0,5 ligações por dia no último mês de nossa análise.

Os números disponíveis mostram que o sucesso de uma iniciativa pioneira e experimental como um serviço de atendimento voltado para uma população raramente privilegiada por políticas públicas de segurança e cidadania está, antes de mais nada, diretamente relacionado à capacidade de criar visibilidade e presença permanente junto à comunidade que atende, mas também junto aos órgãos de segurança que pretende mobilizar e à sociedade onde essas relações se desenvolvem.

Aparentemente, o desempenho registrado pelo DDH indica que no início ocorre uma espécie de “explosão” de uma demanda que possivelmente estava represada, tanto no sentido do recebimento de denúncias antigas de pessoas que aguardavam a abertura de um canal para falar, como do recebimento de ligações dos que querem informações, desejam confirmar se o número funciona ou desejam dar apoio. Há uma tendência à queda das ligações na medida em que passa a novidade e o grande desafio dessas experiências é manter visibilidade sem perder seriedade (credibilidade, honestidade, humildade e qualidade de respostas à comunidade atendida).

Nos números do DDH, há uma evidência de que o fluxo de demandas está diretamente ligado à principal fonte de divulgação do atendimento. Nos três primeiros meses de existência, os usuários tinham sabido do DDH através de: imprensa/rádio/TV (62%); dos grupos homossexuais (15%); de amigos (12%) ou outras formas (11%)<sup>17</sup>. Dezoito meses após, os usuários do DDH tinham sabido de sua existência através de: imprensa/rádio/TV (34%); grupos (32%); amigos (16%); material de divulgação do DDH (8%) ou outras formas (10%), como mostra gráfico na próxima seção. A queda à metade de indicações através dos meios de comunicação coincide com a redução do número de denúncias, indicando que o desinvestimento em divulgar o DDH e suas ações coloca em risco a própria manutenção do DDH.

Outra indicação importante sobre o perfil do usuário do DDH é seu alto nível de instrução, formando uma pirâmide praticamente inversa à distribuição de escolaridade da população (31,5% com nível superior; 37%

com 2º grau. Apenas 16% com 1º grau ou menos de escolaridade). Esse indicador dá a dimensão do desafio e da dificuldade de atingir os segmentos menos privilegiados da sociedade e a percepção de que a construção de acessos à cidadania é um processo lento, que tem também a ver com a aquisição de recursos simbólicos, e não apenas econômicos da população desfavorecida. O usuário do DDH é predominantemente masculino (85% são homens contra 15% mulheres), as faixas etárias predominantes são de 31-40 anos (29,2%) e de 22-30 anos (27%). Usuários com menos de 21 anos somam 12%<sup>18</sup>.

### **Conclusões: a homofobia, a polícia e a mídia**

#### *Os “casos exemplares”*

Uma olhada no gráfico de demandas ao DDH indica que as chamadas se comportam, dentro de certas margens, a partir de movimentos de altos e baixos, ou seja, começam a cair e depois voltam a subir. Atrás desse fenômeno estão as repercussões que alguns casos ou acontecimentos ligados à comunidade homossexual obtêm a partir dos meios de comunicação. Uma rápida menção do telefone do disque defesa num telejornal é capaz de produzir uma grande quantidade de demanda nos dias subsequentes, que por sua vez produz interesse da mídia, que gera o interesse da polícia - e assim se rompe o círculo vicioso da desistência (“não vai dar em nada”) e da indiferença (“é só homossexual”).

Seria o caso de perguntar, neste ponto, se reconhecer a importância dos meios de comunicação não é contraditório

com as observações críticas sobre a imprensa sensacionalista e sua hegemonia na construção de imagens estigmatizadas da homofobia e da homossexualidade.

Em primeiro lugar, não é difícil compreender que as duas assertivas são verdadeiras. As relações contraditórias entre mídia e homofobia incluem o reconhecimento de que jornais sensacionalistas foram durante muito tempo - e continuam sendo em alguns lugares - os principais instrumentos capazes de despertar o interesse da polícia e da sociedade para crimes bárbaros contra homossexuais pobres, em geral travestis assassinados nas periferias das grandes cidades. Particularmente na relação com a polícia deve-se entender o papel das manchetes sensacionalistas, às vezes o único estímulo à perseguição de criminosos e à prisão de assassinos, quando a vítima pertence à imensa porção da sociedade que não tem dinheiro, nem poder nem prestígio. É preciso combater o sensacionalismo, a patologização da homossexualidade, a racionalização da violência ("vestido de mulher, de madrugada, num matagal, transando com um machão... ganhou o que buscou"<sup>19</sup>) sem o risco de perder o interesse e a indignação provocada pela violência contra homossexuais.

Em segundo lugar, a experiência do DDH, entre outras experiências recentes, atestou que a mídia, refletindo mudanças ocorridas entre os segmentos gay e lésbico e na sociedade, também evoluiu na relação com os preconceitos, ainda que esse processo não seja linear. A imprensa dos anos 90 é muito mais aberta à divulgação de iniciativas positivas construídas por

entidades de direitos humanos e de defesa de minorias. De um modo geral, os meios de comunicação são menos misóginos, menos racistas, menos homofóbicos e menos preconceituosos do que há 20 anos e, nesse sentido, as resistências e as lutas dos anos 70 e 80 tiveram um papel central.

Ainda, é preciso compreender que para falar com a própria população homossexual e ampliar o poder de um instrumento de cidadania como um disque defesa e para abrir canais de diálogo com a polícia e os órgãos do estado é obrigatório negociar novas bases de interesse com os meios de comunicação<sup>20</sup>, sobretudo a partir de uma postura honesta e não defensiva.

Diversos acontecimentos na trajetória inicial de implantação do DDH e da experiência que se desenvolveu no Rio de Janeiro até março de 2000 comprovam que é possível e necessário testar e desenvolver novos repertórios de representação simbólica sobre sexo, homossexualidade e direito à diferença com a mídia e com a sociedade. O respeito e o interesse com que a imprensa tratou a iniciativa ousada do DDH na grande maioria das vezes em que a abordou é a expressão da existência de um caminho aberto e ainda pouquíssimo explorado.

Da mesma forma, as relações de ressentimentos, desconfianças e exigências entre população homossexual, polícia e justiça precisam ser levadas em conta no desenvolvimento de experiências inovadoras na área de segurança e cidadania. Nesse ponto, também as relações com a mídia são



decisivas. Em grande parte, a polícia reage a uma proposta ou a um desafio porque eles têm visibilidade, denotam prestígio e passaram a merecer o respeito da sociedade. Para a polícia, os meios de comunicação são indicadores privilegiados no termômetro dos interesses, exatamente porque segurança em grande parte é matéria volátil, adensada pela "sensação de segurança" que a população experimenta.

No caso do Rio de Janeiro, o tratamento que a mídia deu a uma aula (apenas uma, mas com um enorme significado simbólico) que o secretário geral da ABGLT, Cláudio Nascimento, ofereceu à polícia civil antes da implantação do DDH expressa essa dinâmica curiosa de reversão de expectativas, em que um grande preconceito pode ser transformado em um símbolo de modernidade para uma instituição policial que quer parecer nova e se identificar com o profissionalismo.

Casos exemplares (como a punição de policiais que destratarem gays no Aterro do Flamengo, a prisão de aplicadores do golpe Boa Noite Cinderela, a cooperação entre grupos gays e policiais para descobrir o assassino de um homossexual conhecido e querido no seu bairro, a prisão de achacadores de gays no banheiro da rodoviária de Nova Iguaçu<sup>21</sup>) em si mesmos não alteram a realidade ou as dinâmicas criminais, mas sua divulgação funciona com um poderoso repertório de imagens novas, capazes de favorecer que órgãos de segurança, entidades e sociedade rompam estereótipos e dialoguem. Em outras palavras, sem compreender a importância da mídia e da polícia e sem explorar o potencial dessas relações, o movimento homossexual poderá muito pouco.

O que está em jogo nas experiências de ampliação do direito à segurança, à justiça e à cidadania - como as iniciativas do DDH do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, do Disque Cidadania de Brasília e da Defensoria Homossexual de São Paulo esboçam - é nada menos que o desafio do movimento homossexual na década que se inicia: incorporar as noções de "orgulho" e "visibilidade" onde predominava o vitimismo, o denunciismo e um certo conservadorismo, sem desfocar a centralidade dos temas da violência para a construção da democracia contemporânea. As lutas contra a homofobia e os crimes de ódio podem fazer diferença nesse processo.

## **Bibliografia**

- Capucho, Luís. Cinema Orly. Rio de Janeiro: Editora Interlúdio, 1999.
- Holland, Carrol. Police break down barriers of homophobia, Polícia e Sociedade Democrática, Boletim do Human Rights Research Education Centre, Universidade de Ottawa, 2000.
- Mott, Luiz. Violação de direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.
- Ramos, Sílvia e Borges, Doriam. Disque Defesa Homossexual. Banco de dados - Manual de preenchimento. Centro de Estudos de Segurança Cidadania, Universidade Candido Mendes, 2000.
- Ramos, Sílvia e Pereira Jr., Almir. Disque Defesa Homossexual. Relatório. Subsecretaria de Segurança e Cidadania, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, 1999.
- Silva, Hélio R. S. Travesti: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1993.
- Soares, Barbara Musumeci. Mulheres invisíveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- Soares, Luiz Eduardo. Meu casaco de general. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Anti-Violence Project (AVP): <http://www.lambda.org>.
- Hate Crime Network: <http://www.hate-crime.net>.

## Notas:

\* Silvia Ramos é coordenadora de Minorias e Cidadania do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESec/UCAM) e foi Subsecretária Adjunta de Segurança do Estado do Rio de Janeiro entre janeiro de 1999 e março de 2000.

1 É obrigatória a referência ao trabalho pioneiro desenvolvido pelo antropólogo Luiz Mott, com o apoio do Grupo Gay da Bahia. Durante anos, o arquivo do GGB foi praticamente a única fonte permanente de estudos e informação sobre homofobia no Brasil. Para compreender essa abordagem, consulte *Violação de Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil*. Luiz Mott, 1999.

2 Dorian Borges, estatístico do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes, é responsável pela coordenação do banco de dados do DDH e gerou os gráficos e tabelas apresentados. O trabalho de monitoramento do DDH deve-se, em grande parte, à sua dedicação, competência e paciência.

3 A canção de Haroldo Barbosa e Luiz Reis recorda que "ninguém notou, ninguém morou na dor que era o seu mal" e que a tragédia só se tornou visível depois que "Joana tentou contra a existência num humilde barracão".

4 Ameaça de revelar publicamente a orientação homossexual de uma pessoa à revelia da própria pessoa.

5 A literatura gay e lésbica internacional reiteradamente chama atenção para o problema pouco discutido da violência entre casais homossexuais ("same-sex partner abuse") lembrando que violência doméstica não é um problema apenas heterossexual. Em *Police break down barriers of homophobia*, Carrol Holland (2000), discute isto no contexto de uma experiência de trabalho conjunto com a polícia. É do máximo interesse também conhecer a página dedicada a denúncias de violência doméstica entre homossexuais no site do Anti-Violence Project (AVP): [www.lambda.org](http://www.lambda.org)

6 Para um excelente discussão sobre violência, gênero e visibilidade, veja Barbara Musumeci Soares, 1999, *Mulheres Invisíveis*, especialmente p. 47-61.

7 Não estamos contabilizando, para efeito das reflexões sobre violência interativa, as denúncias de fatos ocorridos na escola e no ambiente de trabalho. Nesses casos, os agressores quase sempre também são conhecidos da vítima, mas se comportam a partir de dinâmicas específicas, como veremos adiante.

8 Um tipo de golpe em que o agressor despeja substâncias narcóticas, geralmente na bebida da

vítima, para depois roubar dinheiro, cartões e bens, ou na casa da vítima ou em hotéis.

9 Pegação é uma expressão corrente no mundo homossexual para indicar um namoro avançado entre homens. Sobre a cultura de pegação em cinemas vale notar que os poucos relatos de extorsão nesses locais correm nas saídas, e não dentro dos cinemas. Em *Cinema Orly*, o belíssimo "romance etnográfico" de Luis Capucho, 1999, o protagonista filosofa acerca das relações entre polícia, gays e travestis, imaginando que o cinema é um espaço tolerado, um gueto em que é difícil intimidar freqüentadores: "Acho que o Orly era permitido pelas autoridades para tirar a bicharada do Aterro, da Via Ápia" (p. 69). Ou: "A polícia de vez em quando entrava no Orly, dava uma volta ou postava-se durante um tempo na entrada, o que devia ser a loucura das bichas que gostam de homens fardados (...). Nossa viagem não era reprimida. Eles ficavam muito pouco tempo no cinema" (p. 22).

10 Não há, na legislação, indicações de que a prática da pegação, se praticada voluntariamente por dois adultos, seja crime. O artigo do código penal que trata de "moral e bons costumes" depende de interpretação da autoridade policial. Teoricamente, ele pode qualificar inúmeras situações, como um beijo de um casal heterossexual em um local público, mas a pena não é compatível com o terror mobilizado na extorsão.

11 Veja conceitos, legislação, central de denúncias e estatísticas em Hate Crime Network: [www.hate-crime.net](http://www.hate-crime.net).

12 A avaliação de que no Rio de Janeiro a maioria dos travestis sobrevive como profissional do sexo "batalhando nas ruas" e, portanto, mais expostos à violência do que outros segmentos homossexuais, me foi transmitida por Jovana Baby, líder da Associação de Travestis e Liberados (Astral), em reunião na sede da entidade, em maio de 1999.

13 Para uma discussão sobre a construção da identidade do travesti e as linhas de tensão com a construção das identidades homossexuais, evidenciadas pelo desconforto de lideranças do movimento gay ao tratar das temáticas da transexualidade, é importante consultar o clássico *Travesti: a invenção do feminino*, de Hélio R. S. Silva, 1993, especialmente p. 105-135.

14 No livro já citado, Hélio Silva (1993) comenta, a partir de seu trabalho de campo realizado no início dos anos 1990: "Os travestis talvez corporifiquem uma das últimas assim ditas minorias que não suscitam qualquer protesto articulado contra a discriminação. (...) Parecem não sensibilizar muito, no sentido de que não constituem uma causa séria" (p. 158). Essa realidade já foi alterada desde então, mas há muito a fazer para superar essa herança.

15 Agradeço à Socorro Brito (Numa Ciro) a indicação da noção psicanalítica de "passagem ao ato" para compreender o universo de violências contra travestis.

16 Eu tenho a recordação de que vários casos de policiais achacadores e violentos levados diretamente aos comandantes de batalhão da Polícia Militar receberam respostas surpreendentes, como a retirada imediata dos policiais denunciados do turno da ronda e algumas vezes de averiguações e punições.

17 Cf. Sílvia Ramos e Almir Pereira Jr., 1999, Disque Defesa Homossexual. Relatório.

18 Note que a Ficha de Atendimento do DDH não inclui a pergunta "cor" do usuário. Na fase de estruturação do atendimento foi feita a escolha de "perder" essa informação importante para "ganhar" empatia e confiança, considerando que no contexto de um atendimento anônimo a pergunta poderia soar invasiva e ofensiva. Esse temor deveria ser mais bem testado em outras experiências, inclusive usando o recurso do levantamento por amostragem. Para compreender a ficha e o banco de dados do DDH cf. Sílvia Ramos e Doriam Borges, 2000, Disque Defesa Homossexual, Banco de Dados - Manual de Preenchimento.

19 A idéia de que a vítima busca a violência sofrida é recorrente em várias racionalidades policiais, sendo freqüente no universo da violência doméstica. Cf. Barbara Musumeci Soares, 1999.

20 Luiz Eduardo Soares (2000), discute a importância da mídia no processo de reformas da polícia e a relevância da homofobia nesse "processo civilizatório", em Meu Casaco de General. Veja especialmente o capítulo 5 - Giovana Baby visita o 5º Batalhão.

21 Esses exemplos estão detalhados no documento já citado, Sílvia Ramos e Almir Pereira Jr., 1999.

## 5- Disque Defesa Homossexual: Números da violência

Silvia Ramos\*

Doriam Borges\*\*

### O banco de dados

A criação do Disque Defesa Homossexual produziu novidades na luta dos direitos de cidadania homossexual. Entre outras coisas, passou a ser possível conhecer e monitorar dinâmicas específicas das violências que vitimam gays, lésbicas e travestis – dinâmicas que muitas vezes eram apenas intuídas ou acompanhadas exclusivamente em suas variáveis mais graves e visíveis, como a violência letal.

Uma das inovações do DDH é que a própria população homossexual, ao acionar o serviço, determina o que é percebido como violência e, ao descrever os fatos, constrói um repertório de situações, e algumas vezes de soluções, que pode ser acompanhado ao longo do tempo. Ou seja, na medida em que são registrados, contabilizados, relacionados e comparados os motivos e as características das ligações, é possível começar a traçar um perfil de vitimização da população atendida. É isto que este capítulo pretende mostrar.

Os registros também permitem identificar prioridades no combate e prevenção da violência, tanto as de caráter policial (por exemplo, locais de incidência de crimes) como as ações de natureza civil capazes de reduzir a homofobia, geradora de violências. Em outras palavras, os dados podem ser usados como poderosos instrumentos de pressão para a criação de políticas públicas para os homossexuais e também para a elaboração de políticas sociais pelos segmentos homossexuais.

Por tudo isso, simultaneamente à criação do DDH criou-se um sistema de registros capaz de assegurar a alimentação permanente

de uma base de dados que reunisse as informações geradas pelos atendimentos.

O banco de dados do DDH, na forma em que ora se encontra, é o resultado de um período inicial em que foram testadas e avaliadas tanto as fichas de atendimento quanto a estrutura de armazenamento e recuperação das informações. Esse trabalho durou aproximadamente três meses e foi realizado com o apoio de consultores externos especializados<sup>1</sup>.

O banco de dados foi desenvolvido em um software amigável e popular, o Access. Isto significa que o banco de dados pode ser mantido em qualquer computador e alimentado por assessores ou voluntários do DDH, sendo necessário apenas um período de treinamento<sup>2</sup>.

Nunca é demais lembrar que se a responsabilidade pela guarda, sigilo e manutenção das informações do DDH é daqueles que gerenciam o serviço (no caso do Rio de Janeiro, isto inclui os coordenadores que trabalham na Secretaria de Segurança, as entidades que formam o Conselho Gestor e os órgãos de assessoria, como o CESeC/UCAM e o ISER); o acesso aos dados e aos números do DDH deve ser franqueado a toda sociedade.

Uma base de dados é tão mais poderosa quanto mais tempo ela for capaz de monitorar indicadores que serão usados na definição de políticas públicas. Nesse sentido, é altamente desejável que os indicadores gerados pelo DDH passem a figurar entre os índices relevantes de violência regularmente divulgados pelos órgão de segurança. É para isto que este capítulo pretende contribuir, além de

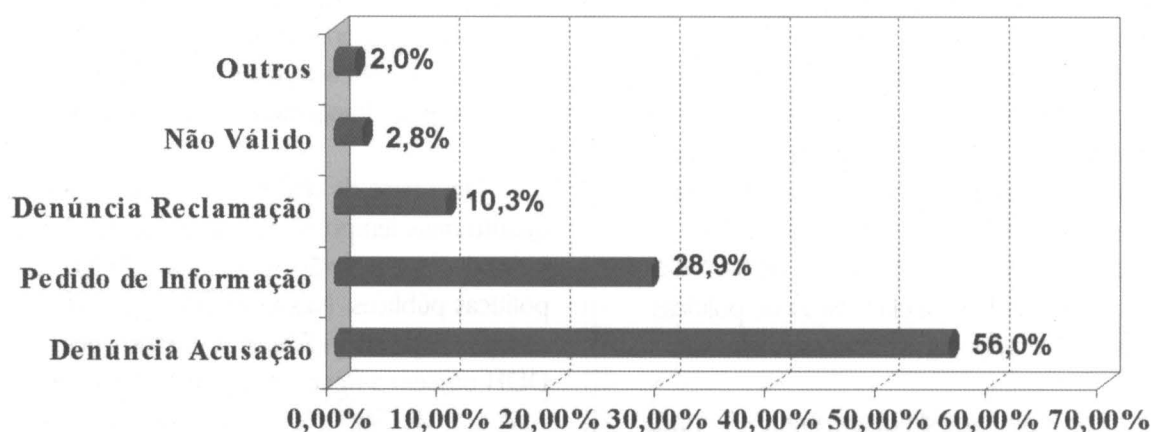
buscar favorecer a criação de uma cultura de transparência e rigor no tratamento dos dados da violência contra homossexuais e outras minorias no Brasil.

### Os dados

Nos primeiros 18 meses de funcionamento (de junho de 1999 a dezembro de 2000) o Disque Defesa Homossexual recebeu 500 ligações<sup>3</sup>. Para compreender os dados gerados por esses atendimentos é preciso ter em mente que: i) os números apresentados a seguir dão conta das denúncias que chegam ao DDH e não necessariamente expressam o universo real de violências sofridas pela população homossexual; ii) nem todas as ligações se reportam a um fato específico ocorrido com pessoas identificáveis. Como mostra o Gráfico 1, 28,9% dos atendimentos são constituídos de "pedidos de informação" (por exemplo, um usuário liga para saber que direitos legais um

homossexual tem diante do condomínio do edifício e onde pode buscar apoio jurídico, caso venha a precisar). 10,3% das denúncias são genéricas ("denúncia reclamação"), ou seja, dizem respeito a fatos e acontecimentos, mas não é possível identificar um agressor e uma vítima (por exemplo, um usuário liga para denunciar que, na rua Visconde e Silva, homossexuais são agredidos por rapazes freqüentadores de bares das redondezas; ou que, no Madureira Shopping, os seguranças perseguem homossexuais). Outro tipo de ligação, em proporção de 56%, as "denúncias acusações", dizem respeito a fatos onde há local, data, vítimas e agressores identificáveis (por exemplo, um usuário liga para informar que no dia tal, às tantas horas, um segurança do shopping tal, em frente à loja tal, empurrou e ameaçou dois rapazes que se beijavam). São as denúncias ("denúncia acusação" e "denúncia reclamação") que compõem o universo específico de "crimes" e "violências" que o DDH foi capaz de registrar e que estão indicados nesse capítulo.

**Gráfico 1 - Distribuição de casos por tipo de ligação**

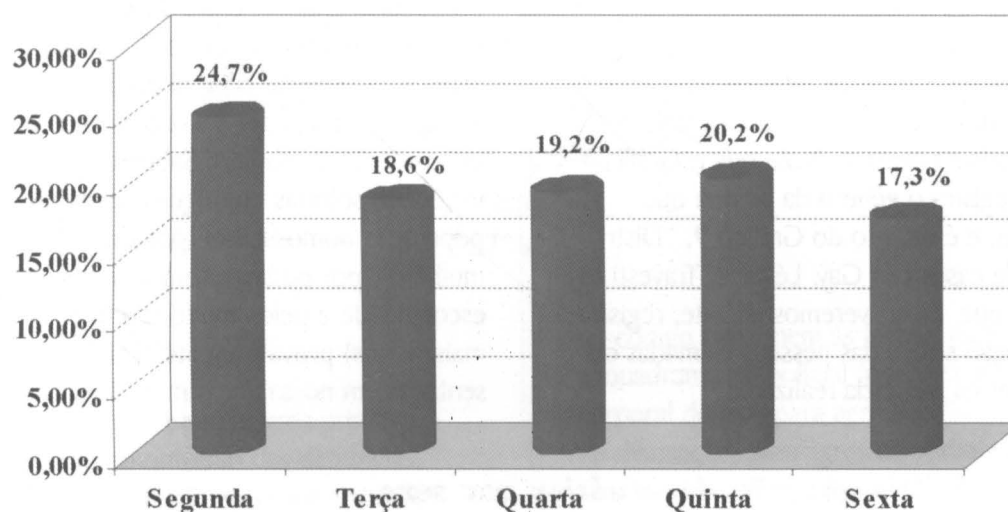


### Perfil dos usuários

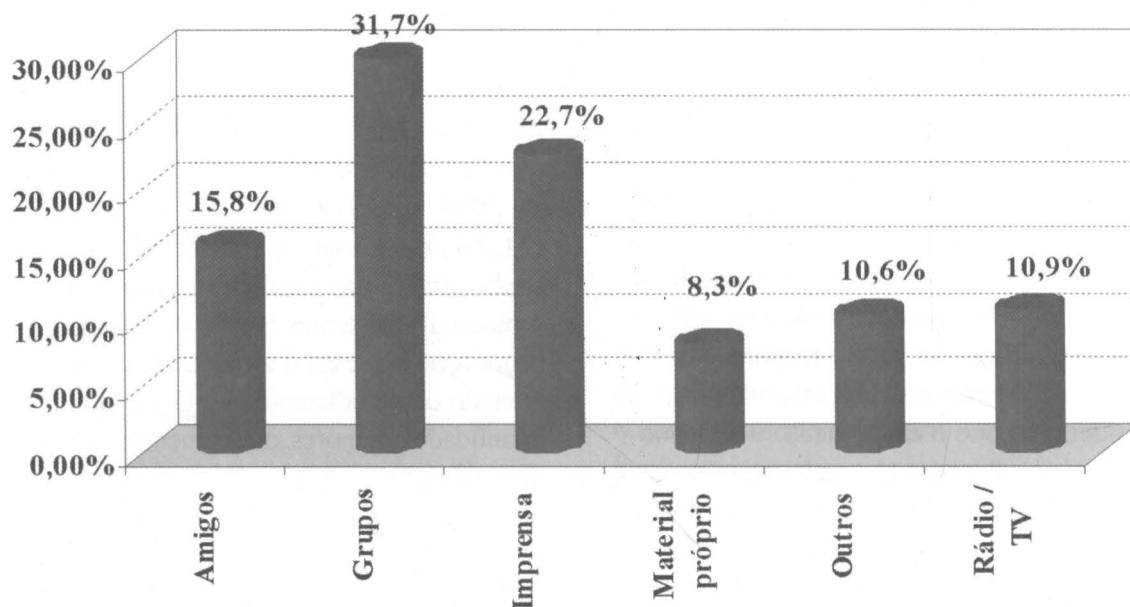
Antes de conhecer o perfil dos casos atendidos pelo DDH e das violências registradas, é importante saber quem é o usuário do DDH. Além das informações sobre o usuário (que só são respondidas pelos usuários que desejam respondê-las, considerando que o atendimento é anônimo e voluntário), também são registrados em que dias da semana os usuários ligam, como mostra o Gráfico 2. O número maior de ligações ocorridas às segundas feiras (24,7%) pode, possivelmente, ser atribuído ao acúmulo de ocorrências no fim de semana,

quando o DDH não funciona. O Gráfico 3 mostra como o usuário soube da existência do DDH, sendo que um número significativo (31,7% dos que informaram como souberam) soube através das entidades e grupos homossexuais existentes no Rio de Janeiro. Essa proporção expressa o alcance relativamente limitado do atendimento, atingindo em quantidades menores os segmentos que desconhecem os grupos de apoio e a militância homossexual. Como se verá adiante, essa impressão se confirma com o Gráfico 6, que mostra que a escolaridade do usuário do DDH é superior à escolaridade média da população.

**Gráfico 2 - Distribuição de casos registrados por dia na semana**



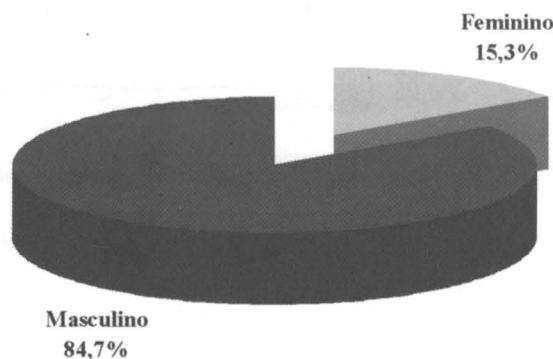
**Gráfico 3 - Distribuição de usuários por tipo de referência ao DDH**

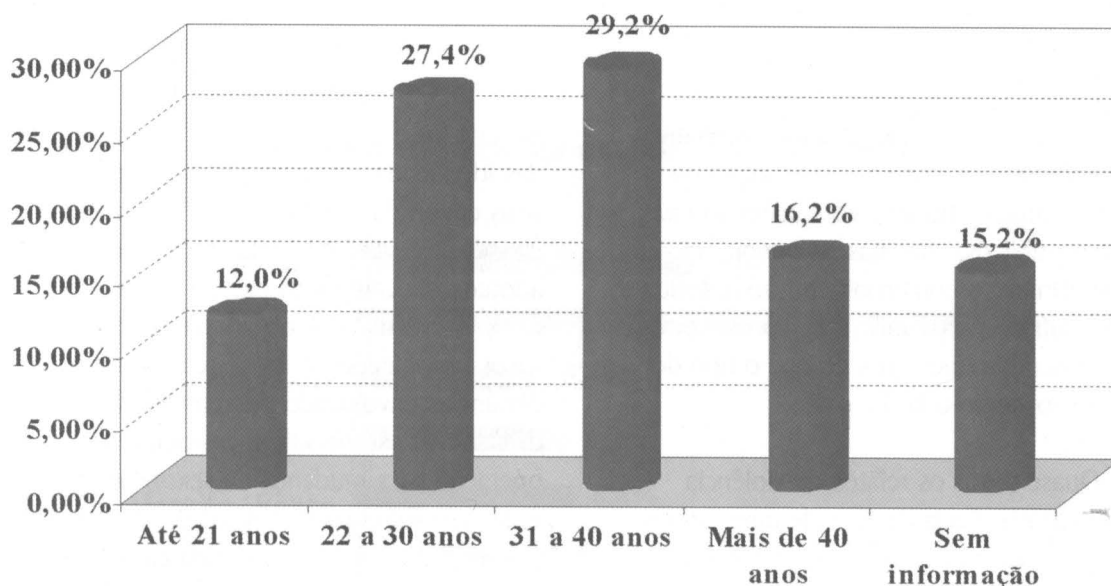
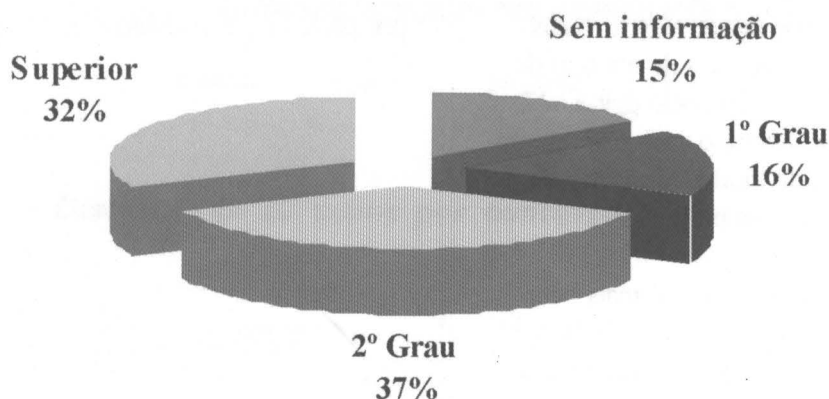


Como foi indicado e discutido no capítulo anterior, Narrativas da violência na primeira pessoa, e está mostrado no Gráfico 4, ligam para o DDH muito mais homens (84,7%) do que mulheres (15,3%). É importante notar que, neste ponto, adotou-se o critério (arbitrário) de registrar como homens os transexuais e travestis que ligaram para o DDH e que se identificaram como tais (transexuais e travestis). Note que o Gráfico 4 apenas registra o gênero da pessoa que telefonou, e é distinto do Gráfico 9, "Distribuição de casos por Gay, Lésbica, Travesti e Outros" que, como veremos adiante, registra a orientação sexual das pessoas vitimadas ou envolvidas na denúncia realizada.

Os Gráficos 5 e 6 completam as informações que ajudam a compreender quem é o usuário principal do DDH, autor das denúncias que analisaremos a seguir: trata-se, em grande parte das vezes, de um homem, predominantemente entre 31 e 40 anos, com escolaridade equivalente ao 2º grau ou nível superior. Conhecer o perfil do denunciante ajuda a compreender e a relativizar o próprio universo das denúncias. Sabemos que as violências sofridas por alguns segmentos da população homossexual (por exemplo, por mulheres, por pessoas com menor nível de escolaridade e pelos muito jovens e ou os mais velhos) provavelmente estão sub-representadas em nossa amostra de 500 casos.

**Gráfico 4- Distribuição de usuários por sexo**



**Gráfico 5 - Distribuição de usuários por faixa etária****Gráfico 6 - Distribuição de usuários por escolaridade**

### **Perfil das denúncias**

O Gráfico 7 permite uma primeira aproximação ao universo das denúncias, mostrando sua distribuição por tipos de violência, ou tipos de queixa. As categorias que classificam as denúncias foram definidas após análise dos casos atendidos nos três primeiros meses de funcionamento do DDH. A lista de categorias criadas é arbitrária e provavelmente ainda imperfeita, mas é a que melhor permite compreender a variedade de situações de violência contra homossexuais<sup>4</sup>. As categorias não correspondem aos títulos

do código penal nem às formas mais usuais de enquadramento policial (por exemplo, lesão corporal dolosa, para agressão física, injúria ou difamação, para agressão verbal ou para ameaças; impedimento para discriminação, etc.). As categorias policiais, além de imprecisas e arbitrárias (um delegado classifica um fato ou um conjunto de fatos que chega à delegacia praticamente de quantas formas quiser, exceto em casos extremos, como homicídios dolosos), não são as melhores para compreender as dinâmicas criminais da homofobia. Por exemplo, na classificação "discriminação" adotada pelo DDH encontra-



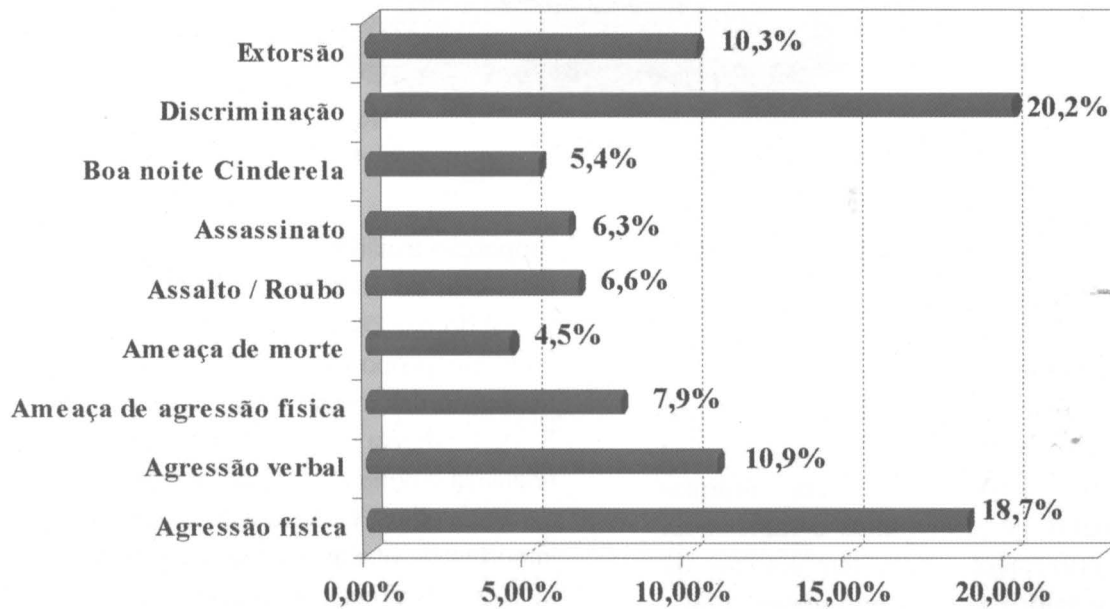
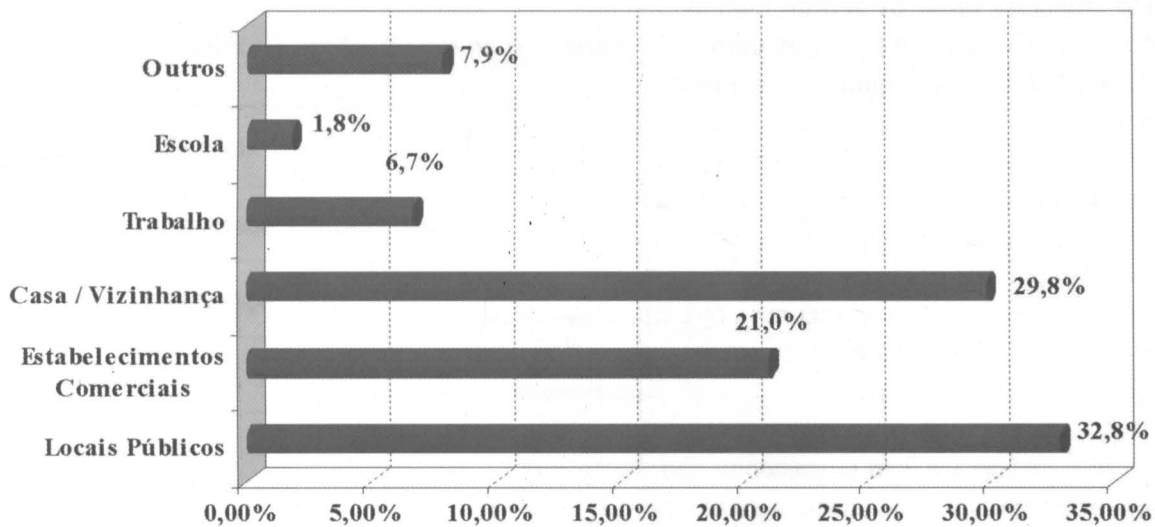
se um conjunto de situações variadas relativas a impedimento de acesso, perseguição no local de trabalho, tratamento inadequado nos serviços públicos, chacotas na rua ou em estabelecimentos comerciais, prisão indevida e muitas outras que permitem compreender que houve discriminação, mais do que o tipo de crime envolvendo o fato em si.

Quase todos os relatos de violência incluem a ocorrência de mais de uma categoria de denúncia simultaneamente. Por exemplo, um usuário informa que foi xingado (agressão verbal) por um grupo de policiais, que bateram nele e em seus colegas (agressão física) e depois mandaram que eles corressem e atiraram (ameaça de morte). Em todas as situações em que houve mais de um tipo de denúncia, a escolha foi feita pelo delito mais grave. No exemplo acima, o caso é apresentado como "ameaça de morte", considerada a mais grave das agressões praticadas.

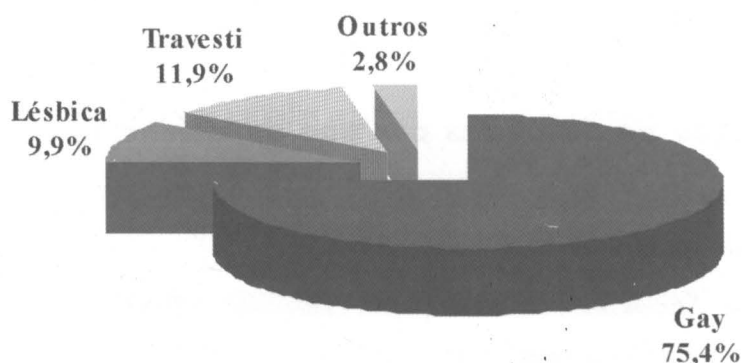
O padrão das agressões é mais bem compreendido quando olhamos o Gráfico 8, de "Distribuição dos casos por contexto do fato". Este gráfico dá a dimensão dos locais em que as violências e conflitos ocorrem e permitem entender o contexto de sua inserção. A categoria "locais públicos" foi reservada para indicar que a denúncia trata de fato ocorrido na rua, praia, praça, ou em banheiros públicos, shopping centers, rodoviárias ou ainda dentro de ônibus e barcas. "Estabelecimentos comerciais" indicam que a agressão ocorreu em locais de comércio ou lazer, como bares, boates, lojas ou motéis.

Finalmente, o Gráfico 9 procura indicar a que segmento homossexual a vítima (ou vítimas ou pessoas envolvidas na denúncia) pertence. As categorias usadas de novo são

imperfeitas e não reproduzem a complexidade das identidades sexuais vividas por pessoas reais envolvidas em fatos reais<sup>5</sup>. Para efeito de classificação das denúncias recebidas foram adotadas as categorias padrão "gays", "lésbicas", "travestis" e "outros". Os 2,8% de casos envolvendo "outros" representam 10 denúncias envolvendo pessoas em situações diversas: transexuais (homens que realizaram operação para mudança de sexo), heterossexuais que sofreram violências por serem HIV positivos, garotos de programa em litígio com autoridades do juizado de menores, heterossexuais que moram com homossexuais e por isso estão sendo discriminados e heterossexuais que denunciam ter sido vítimas de violência por parte de gays, lésbicas ou travestis.

**Gráfico 7 - Distribuição de denúncias por tipo de violência****Gráfico 8 - Distribuição de casos por contexto do fato**

**Gráfico 9 - Distribuição de casos por Gay/Lésbica/Travesti/Outros**



### **Usuários e denúncias - dados cruzados**

Para encerrar a apresentação de dados numéricos do DDH são apresentadas cinco tabelas com informações cruzadas sobre perfil do usuário com informações sobre perfil dos fatos denunciados. Esses cruzamentos permitem uma aproximação maior do riquíssimo universo de denúncias registradas. É muito importante compreender que cada uma das tabelas reúne a soma de fatos com os registros que foram cruzados. Assim, o "total" de cada tabela irá variar de acordo com as informações disponíveis para as duas categorias que estão sendo combinadas. Por exemplo, a tabela que indica faixa etária segundo tipo de violência apresentará apenas os dados para os quais as duas informações estavam disponíveis. Considerando que muitos usuários não informam a idade, esses números são menores que os apresentados no cruzamento de sexo segundo tipo de violência.

Nas Tabelas 1 e 2 os cruzamentos são relativos ao sexo do denunciante segundo tipo de violência (Tabela 1) e ao sexo do denunciante segundo contexto do crime (Tabela 2). Essas tabelas permitem compreender a natureza predominante dos crimes de acordo com o gênero e permitem conhecer em que

proporção usuárias do sexo feminino reclamam mais de discriminação ou agressão verbal do que os usuários do sexo masculino e em que proporção usuários do sexo masculino denunciam mais extorsões, Boa Noite Cinderela e assaltos. A Tabela 2 relativiza o contexto do fato por gênero. Salta aos olhos, entre as indicações mais importantes, que as usuárias do sexo feminino são mais vítimas de fatos ocorridos na esfera da casa e da vizinhança e os usuários do sexo masculino são mais vítimas de fatos ocorridos em locais públicos.

**Tabela 1 - Distribuição de casos por sexo, segundo tipo de violência**

		Feminino	Masculino	Total
<b>Agressão física</b>	Absoluto	7	53	60
	Percentual	15,6%	19,0%	18,5%
<b>Agressão verbal</b>	Absoluto	8	28	36
	Percentual	17,8%	10,0%	11,1%
<b>Ameaça de agressão física</b>	Absoluto	4	21	25
	Percentual	8,9%	7,5%	7,7%
<b>Ameaça de morte</b>	Absoluto	3	12	15
	Percentual	6,7%	4,3%	4,6%
<b>Assalto / Roubo</b>	Absoluto	0	22	22
	Percentual	0,0%	7,9%	6,8%
<b>Assassinato</b>	Absoluto	3	17	20
	Percentual	6,7%	6,1%	6,2%
<b>Boa noite Cinderela</b>	Absoluto	0	18	18
	Percentual	0,0%	6,5%	5,6%
<b>Discriminação</b>	Absoluto	13	53	66
	Percentual	28,9%	19,0%	20,4%
<b>Extorsão</b>	Absoluto	1	33	34
	Percentual	2,2%	11,8%	10,5%
<b>Outros</b>	Absoluto	6	22	28
	Percentual	13,3%	7,9%	8,6%
<b>Total Global</b>		45	279	324

**Tabela 2 - Distribuição de casos por sexo, segundo contexto do fato**

		Feminino	Masculino	Total
<b>Locais Públicos</b>	Absoluto	9	97	106
	Percentual	20,0%	35,0%	32,9%
<b>Estabelecimentos Comerciais</b>	Absoluto	9	57	66
	Percentual	20,0%	20,6%	20,5%
<b>Casa / Vizinhança</b>	Absoluto	20	77	97
	Percentual	44,4%	27,8%	30,1%
<b>Trabalho</b>	Absoluto	5	17	22
	Percentual	11,1%	6,1%	6,8%
<b>Escola</b>	Absoluto	1	4	5
	Percentual	2,2%	1,4%	1,6%
<b>Outros</b>	Absoluto	1	22	23
	Percentual	2,2%	7,9%	7,1%
<b>Sem informação</b>	Absoluto	0	3	3
	Percentual	0,0%	1,1%	0,9%
<b>Total</b>		45	277	322

Nas Tabelas 3 e 4 são apresentados os cruzamentos das variáveis faixa etária por tipo de violência (Tabela 3) e faixa etária por contexto do fato denunciado (Tabela 4). As indicações mais importantes, provavelmente, dizem respeito às faixas

mais baixa (até 21 anos) e mais alta (acima de 40 anos). É possível compreender que tipo de violência predomina e onde ela ocorre mais quando o denunciante é adolescente/jovem ou quando o usuário não é mais jovem.

**Tabela 3 - Distribuição de casos por faixa etária, segundo tipo de violência**

		Até 21 anos	22 a 30 anos	31 a 40 anos	Mais de 40 anos	Total
<b>Agressão física</b>	Absoluto	<b>6</b>	<b>24</b>	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>55</b>
	Percentual	20,0%	22,4%	19,0%	11,3%	19,0%
<b>Agressão verbal</b>	Absoluto	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>31</b>
	Percentual	13,3%	7,5%	15,0%	7,5%	10,7%
<b>Ameaça de agressão Física</b>	Absoluto	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>25</b>
	Percentual	0,0%	10,3%	7,0%	13,2%	8,6%
<b>Ameaça de morte</b>	Absoluto	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>14</b>
	Percentual	16,7%	2,8%	3,0%	5,7%	4,8%
<b>Assalto / Roubo</b>	Absoluto	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>21</b>
	Percentual	10,0%	5,6%	10,0%	3,8%	7,2%
<b>Assassinato</b>	Absoluto	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>12</b>
	Percentual	6,7%	1,9%	5,0%	5,7%	4,1%
<b>Boa noite Cinderela</b>	Absoluto	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>17</b>
	Percentual	0,0%	0,9%	6,0%	18,9%	5,9%
<b>Discriminação</b>	Absoluto	<b>9</b>	<b>24</b>	<b>21</b>	<b>7</b>	<b>61</b>
	Percentual	30,0%	22,4%	21,0%	13,2%	21,0%
<b>Extorsão</b>	Absoluto	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>29</b>
	Percentual	0,0%	15,9%	8,0%	7,5%	10,0%
<b>Outros</b>	Absoluto	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>25</b>
	Percentual	3,3%	10,3%	6,0%	13,2%	8,6%
<b>Total</b>		<b>30</b>	<b>107</b>	<b>100</b>	<b>53</b>	<b>290</b>

Tabela 4 - Distribuição de casos por faixa etária, segundo contexto do fato

		Até 21 anos	22 a 30 anos	31 a 40 anos	Mais de 40 anos	Total
Locais Públicos	<b>Absoluto</b>	<b>8</b>	<b>42</b>	<b>22</b>	<b>19</b>	<b>91</b>
	Percentual	26,7%	39,3%	25,6%	37,3%	33,2%
Estabelecimento comercial	<b>Absoluto</b>	<b>9</b>	<b>22</b>	<b>20</b>	<b>6</b>	<b>57</b>
	Percentual	30,0%	20,6%	23,3%	11,8%	20,8%
Casa / Vizinhança	<b>Absoluto</b>	<b>8</b>	<b>26</b>	<b>30</b>	<b>24</b>	<b>88</b>
	Percentual	26,7%	24,3%	34,9%	47,1%	32,1%
Trabalho	<b>Absoluto</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>18</b>
	Percentual	3,3%	9,3%	7,0%	2,0%	6,6%
Escola	<b>Absoluto</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
	Percentual	10,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
Outros	<b>Absoluto</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>20</b>
	Percentual	3,3%	6,5%	11,6%	3,9%	7,3%
<b>Total</b>		<b>30</b>	<b>107</b>	<b>86</b>	<b>51</b>	<b>274</b>

A Tabela 5, provavelmente a que contém indicações mais expressivas do universo de violências contra a população homossexual, permite aproximar a orientação sexual da vítima ao tipo de violência denunciada. Nesses cruzamentos, é possível reconhecer a natureza predominante-

mente verbal e difusa das violências contra lésbicas, a natureza proporcionalmente mais física das violências contra travestis (agressão verbal e assassinatos) e mais criminais com fins lucrativos das violências contra gays (Boa Noite Cinderela, assalto e roubo e extorsão).

**Tabela 5 - Distribuição de casos com Gay/Lésbica/Travesti/Outros, segundo tipo de violência**

		Gay	Lésbica	Travesti	Outros	Total
<b>Agressão física</b>	Absoluto	45	2	13	2	62
	Percentual	18,1%	7,1%	31,0%	20,0%	18,8%
<b>Agressão verbal</b>	Absoluto	27	7	3	0	37
	Percentual	10,8%	25,0%	7,1%	0,0%	11,2%
<b>Ameaça de agressão física</b>	Absoluto	22	4	0	0	26
	Percentual	8,8%	14,3%	0,0%	0,0%	7,9%
<b>Ameaça de morte</b>	Absoluto	8	3	3	1	15
	Percentual	3,2%	10,7%	7,1%	10,0%	4,6%
<b>Assalto / Roubo</b>	Absoluto	21	1	0	0	22
	Percentual	8,4%	3,6%	0,0%	0,0%	6,7%
<b>Assassinato</b>	Absoluto	16	1	5	0	22
	Percentual	6,4%	3,6%	11,9%	0,0%	6,7%
<b>Boa noite Cinderela</b>	Absoluto	17	0	0	0	17
	Percentual	6,8%	0,0%	0,0%	0,0%	5,2%
<b>Discriminação</b>	Absoluto	45	5	10	5	65
	Percentual	18,1%	17,9%	23,8%	50,0%	19,8%
<b>Extorsão</b>	Absoluto	28	0	4	0	32
	Percentual	11,2%	0,0%	9,5%	0,0%	9,7%
<b>Outros</b>	Absoluto	20	5	4	2	31
	Percentual	8,0%	17,9%	9,5%	20,0%	9,4%
		249	28	42	10	329

## Notas:

\* Sílvia Ramos é coordenadora de Minorias e Cidadania do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes e foi Subsecretária Adjunta de Segurança Pública entre janeiro de 1999 e março de 2000.

\*\* Doriam Borges é estatístico do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes e coordena o monitoramento do banco de dados do Dique Defesa Homossexual. O trabalho de monitoramento inclui a elaboração de manuais, a geração de gráficos e tabelas e o treinamento e supervisão de voluntários.

1 A implantação do banco de dados contou com a consultoria de Sergio Carrara, professor do Instituto de Medicina Social da UERJ, Patrick Larvie, coordenador da pesquisa Minorias Sexuais e Violência, do ISER e Alessandra Rinaldi, assistente da pesquisa do ISER e doutoranda do IMS/UERJ. A estruturação do banco de dados foi coordenada por Almir Pereira Jr., na época doutorando do IUPERJ e assessor especial da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

2 Os voluntários do DDH responsáveis pela alimentação do banco de dados são Adriana Rodrigues de Paiva e Robson Rodrigues de Paula.

3 Entre as ligações recebidas foram excluídos dos registros apenas os trotes, que nos primeiros dias de funcionamento chegaram a 50 por dia e depois foram se estabilizando em números bastante baixos, não passando regularmente de alguns poucos casos por semana.

4 Vale ressaltar que, à medida que outras experiências de acolhimento de denúncias de violências contra homossexuais forem sendo desenvolvidas em outros pontos do país, será possível construir um sistema classificatório mais elaborado e nacionalmente representativo. Nesse sentido, é alvissareira a notícia de que o Disque Cidadania Homossexual, coordenado pelo Grupo Atitude, de Brasília, já no início do atendimento de seu 0800 passou a registrar todas as ligações em um banco de dados.

5 Para ilustrar as múltiplas possibilidades de identidade sexual, vale mencionar que os registros de denúncias ao Anti Violence Project ([www.lambda.org](http://www.lambda.org)) incluem sete categorias de "orientação sexual" possíveis para identificação das vítimas (gay, lésbica, bissexual, heterossexual, assexual, não sei/estou questionando e outra). Essas categorias são combinadas com a auto definição de "orientação de gênero" (que incluem "male", "female", "transgender M-F", "transgender F-M" e outra).



**Instituto de Estudos da Religião**

*Organizadores desta Edição:*

**ALESSANDRA DE ANDRADE RINALDI**

**DORIAM BORGES**

**HILDEBERTO VIEIRA MARTINS**

**PATRICK LARVIE**

**SILVIA RAMOS**

*Design Gráfico e Editoração:*

**Caio Serpa**



# Violência e Minorias Sexuais

---

Comunicações do ISER

---

# ISER



INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO

Ladeira da Glória, 98 - Glória  
22211-120 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel. (021) 556 5004 (fax) 558 3764  
e-mail: [iser@iser.org.br](mailto:iser@iser.org.br)